

Competências do feminino?

normas, saberes e valores no ofício
de costureira

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa

Competências do feminino?

Normas, saberes e valores no ofício
de costureiras

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa



FAE/UFMG
Belo Horizonte
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Diretora Andréa Moreno

Vice-Diretora Vanessa Ferraz Almeida Neves

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Coordenador Rosimar de Fátima Oliveira

Vice-Coordenador Eucídio Pimenta Arruda

EDITORA SELO FAE

Editora-Chefe Suzana dos Santos Gomes

Editor Adjunto Ademilson de Sousa Soares

COMITÊ ASSESSOR

Juliana de Fátima Souza – Administração Escolar

Maria Amália de Almeida Cunha – Ciências Aplicadas à Educação

Telma Borges da Silva – Métodos e Técnicas de Ensino

Danilo Marques Silva – Representante discente

COMITÊ CIENTÍFICO NACIONAL

Ana Elisa Ribeiro

Breyner Ricardo de Oliveira

Cezar Luiz de Mari

Gelsa Knijnik

Hércules Tolêdo Corrêa

Leonardo Rolim Severo

Lia Tiriba

Marcelo Lima

Maria de Fátima Barbosa Abdalla

Maria Fernanda Rezende Nunes

Maria Rita Neto Sales Oliveira

Marlécio Maknamara

Mitsuko Antunes

Nilmara Braga Mozzer

Regilson Maciel Borges

Simone de Freitas Gallina

Surya Aaronovich Pombo de Barros

Tacyana Karla Gomes Ramos

Verônica Mendes Pereira

COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Daniel Melo

Eduardo José Campechano Escalona

Eric Plaisance

Felipe Andres Zurita Garrido

Juan Arturo Maguiña Agüero

Mirta Castedo

Sébastien Ponnou

Silvia Parrat Dayan

© o/a autor(a), 2023.

CAPA E PROJETO GRÁFICO Ana Cláudia Dias Rufino

ASSISTENTE EDITORIAL Denise Campos

COORDENAÇÃO DE TEXTOS Olivia Almeida

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS Verônica Marques

DIAGRAMAÇÃO Ana Cláudia Dias Rufino

ISBN 978-65-88446-26-3

R788c
T

Rosa, Mislene Aparecida Gonçalves, 1985-
Competências do feminino? [recurso eletrônico] : normas,
saberes e valores no ofício de costureiras / Mislene Aparecida
Gonçalves Rosa. - Belo Horizonte : UFMG / FaE, 2023.
268 p.

ISBN: 978-65-88446-26-3 (e-book).
Bibliografia: f. 251-267.

1. Trabalho feminino. 2. Costureiras -- Formação profissional.
3. Trabalhadoras da indústria de vestuário. 4. Corte e costura --
Estudo e ensino. 5. Diversidade no local de trabalho. 6. Educação
para o trabalho. 7. Educação feminina. 8. Educação -- Relações de
gênero. 9. Trabalho -- Aspectos sociológicos. 10. Trabalho --
Relações de gênero.

I. Título. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Educação.

CDD- 331.4

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

Editora Selo FaE – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha

CEP 31.270-901 – Belo Horizonte/MG

site: livrosabertos.fae.ufmg.br | e-mail: editora.selofae@gmail.com

Sumário

Prefácio	5
Daisy Cunha	
1. Competências constituídas	10
2. Abordagem Ergológica do Trabalho	44
3. Estratégias de Aproximação do Objeto de pesquisa	96
4. Ofício de Costureira	132
5. Situação de Trabalho em Contexto Doméstico	158
6. Competências no Ofício de Costureira	180
7. Atividade e Divisão Sexual do Trabalho	209
Considerações Finais	235
Referências	251
Sobre a autora	268

Prefácio

É com enorme prazer que me dirijo a vocês, leitores e leitoras desse livro escrito por Mislene Rosa. São várias satisfações sem que eu possa ordená-las em uma escala de valor. É uma satisfação ver a tese de Mislene Rosa transformada em livro. Mislene possui graduação em Engenharia Mecânica (2014), com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (2015). Mostrou interesse pelo magistério ao cursar Especialização em Formação Docente, com habilitação em Matemática no CEFET MG (2015). Nessa trajetória encontrou os caminhos da Pós-graduação em Educação. A pesquisa de Mestrado, *Divisão Sexual do Trabalho na Indústria Têxtil: interlocuções com a ergonomia* (2018) já trazia preocupações com as mulheres e sua inserção no mercado de trabalho. Essa preocupação se estendeu para o Doutorado, *Competências do feminino? Normas, saberes e valores no ofício de costureiras* (2022). Os temas abordados por Mislene são pertinentes ao campo da linha de pesquisa Trabalho, Política e Formação Humana pois visam o reconhecimento das experiências femininas do trabalho situado em âmbito doméstico. Todas essas questões levantadas nas pesquisas de Mislene são relativas ao escopo de estudos do Programa de Pós-graduação *Conhecimento e Inclusão Social*, pois sabemos que a educação não pode ignorar aspectos materiais da formação de homens e mulheres nos espaços de trabalho e de reprodução da vida.

A tese é produto de um caminho sinuoso para manter a tensão entre esses campos do conhecimento, e seus respectivos conceitos e contributos analíticos, produzindo um diálogo entre eles com base em dados empíricos num ofício tão intrigante quanto é aquele das costureiras autônomas em espaços arranjados no espaço-tempo de suas residências, lugares de construções e resistências de vida. Nessa pesquisa, aqui transformada em livro, sua pergunta fundamental continha tensões conceituais importantes e fundamentais para compreender meandros da inserção das mulheres nas franjas do mercado de trabalho do vestuário pelo ofício de costureiras. Uma primeira tensão conceitual confrontava o campo dos estudos sobre relações sociais de sexo, de orientação francesa, e um entendimento de classe, do trabalho assalariado, em uma perspectiva genérica. Nesse prisma, Mislene oferece visibilidade ao contexto amorfo das labutas cotidianas dessas trabalhadoras, costureiras de ofício, numa agência diária e minuciosa, incansáveis. São obstinadas não apenas no agenciamento do trabalho autônomo, mas ao guardar todo o sentido do trabalho na reprodução da vida, de suas famílias, de seu entorno. Elas constroem, finalmente, uma economia que não é, de fato, subterrânea, uma vez que movem suas máquinas, instrumentos, tecidos, competências, valores e saberes na cadeia produtiva do vestuário. Pelos meandros da análise do trabalho diário no interior do espaço reprodutivo, dos lares dessas senhoras, Mislene vislum-

brou ainda o transpassamento do clássico conflito Capital/Trabalho num corte mais sinuoso que vai revelando as articulações e tessituras dessas mulheres entre o trabalho dos afazeres domésticos, prehe e produtor de valores, e o trabalho de um ofício em âmbito doméstico, também marcado por valores diversos na construção dos pilares da vida. É a mesma mulher que costura a vida no território doméstico entre coser, cozinhar, cuidar dos filhos e da casa... São valores e competências de um *corporsi mulher* que circulam entre uma tarefa doméstica e uma tarefa do ofício de costureira mesclando as temporalidades dos afazeres, todos ao mesmo tempo, numa mesma territorialidade, sua residência.

Ao adentrar no trabalho real para perscrutar nele as competências em atividade, nessas micro dimensões da realidade das situações de trabalho, outras tensões vieram à tona. Foi um árduo trabalho conceitual para não repetir em larga escala os conceitos da *Abordagem Ergológica do Trabalho* e dos estudos sobre *Trabalho e Relações Sociais de Sexo*. Traçamos longos e infindáveis debates entre nós, e com vários parceiros, para tecer uma análise fina no entrecruzamento desses campos de estudo sobre trabalho. Chegamos a um bom termo e o resultado representa uma contribuição enorme para a *ergologia*. Visto que, baseando-se em conceitos muitos gerais, essa abordagem do trabalho requer um diálogo com a produção conceitual em outros campos do conhecimento, no caso específico a sociologia, sem contudo abrir mão do residual ao considerar

cada sujeito e cada situação em sua particularidade. Isso implica *generalizar em tendência – observar regularidades* no universo pesquisado sem, contudo, tirar conclusões para toda e qualquer situação analisada.

Por fim, entre essas muitas satisfações, uma, refere-se ao fato de o livro ser editado pela Editora Selo FaE/UFMG criada em 2022. Foram inúmeros motivos que nos levaram a criar a Editora, entre elas, divulgar o trabalho de pesquisa de egressos de nossos programas de pós-graduação. Gente como Mislene, que vai se dedicar à pesquisa e ao ensino em uma longa carreira que se inicia. Pensamos que seria importante dar suporte àqueles que desejassem publicar suas obras e que não tivessem recursos financeiros para pagar os custos altos de uma publicação, em Editoras privadas, no início de suas carreiras acadêmicas. Consideramos muito relevante divulgar, por meio da Editora Selo FaE, resultados de pesquisas de servidores Docentes e Técnico-Administrativos da FaE/UFMG expressando um pensamento pedagógico que acata a diversidade. Para além disso, pensamos em como seria importante, que nós, que também criamos em 2021 o *Portal de Livros Abertos da FaE*, pudéssemos disponibilizar nossas produções de modo a fazer circular, também gratuitamente, a produção científica da FaE/UFMG num contexto de profundas transformações no mercado Editorial que solapa num único e mesmo golpe nossas pequenas e médias Editoras e livrarias.

Boa leitura a todos!

Vida longa à carreira de pesquisadora de Mislene e sua paixão pelo tema Relações de Gênero!

Vida longa à Editora Selo FaE/UFMG!

Daisy Cunha

[Professora Titular da Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais]

1

Competências Constituídas

Este livro se insere na linha Política, Trabalho e Formação Humana, do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), que tem por objetivo estudar o trabalho como realidade constitutiva do ser humano.

Ao considerar o trabalho como princípio educativo, a linha de pesquisa focaliza, entre outras questões, a área de políticas de gestão e formação do/a trabalhador/a, os usos sociais do tempo de trabalho, os sentidos e as condições da mobilização subjetiva dos/as trabalhadores/as na atividade de trabalho, assim como, os saberes, as qualificações e as competências como objeto de disputa política e de reconhecimento social.¹

Esta é uma pesquisa que aborda a atividade de trabalho, mais precisamente a atividade das mulheres. O significado de trabalho e atividade tem sido construído desde os mais longínquos tempos da história a partir de autores/as que se dedicaram a refletir e discutir a importância da atividade de trabalho na vida humana, tornando essa uma questão instigante que suscita muitas reflexões. Abordar a atividade de trabalho significa estar diante de um universo de aspectos bastante amplos em que

1. Disponível em:
<https://www.posgrad.fae.ufmg.br/sobre-o-programa/linhas-de-pesquisa>.
Acesso: 20 abril de 2021

vários temas podem se encontrar. Assim, diante de um campo enorme de possibilidades escolheu-se: divisão sexual do trabalho; trabalho reprodutivo e produtivo; competências; normas; saberes e valores, como temáticas a serem abordadas neste livro. A pesquisa busca articular tais temas a fim de encontrar os saberes das mulheres, as competências constituídas na esfera do trabalho reprodutivo e no trabalho produtivo, analisando a atividade de trabalho no ofício de costureira.

Por hora, importa assinalar que, no espaço desta pesquisa, a atividade das mulheres será analisada com o objetivo de compreender em que medida os saberes constituídos por elas no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

A exposição do processo desta pesquisa está estruturada em oito capítulos, tal como especificado a seguir.

O Capítulo 1, inicia-se mostrando a origem dos questionamentos que instigaram a pesquisa sobre o tema, apresentando-se: contextualização do problema; objeto, questões e objetivos da pesquisa; campo no qual se desenvolveu o trabalho empírico; sujeitos do estudo de caso. Indicando também da metodologia utilizada, as técnicas e instrumentos, assim como a organização em categorias e tratamento dos dados de acordo com o método escolhido. Na contextualização do problema de pesquisa,

faz-se um breve mapeamento do trabalho na cadeia produtiva têxtil – que inicia com a matéria-prima que é transformada em fios, processo de fiação, de onde seguem para a tecelagem, posteriormente, passam pelo acabamento para finalmente atingir a confecção – até justificar o recorte da pesquisa no ofício de costureira, para analisar o seguinte problema: dinâmica entre os saberes considerados “naturais” da mulher e as competências, saberes mobilizados, na cadeia têxtil especificamente no ofício de costureira. Logo apresenta-se o objeto, as questões e os objetivos da pesquisa, assim como as categorizações de análise, organiza os dados da pesquisa em quatro categorias definidas a partir das questões e objetivos. Os dados apurados durante o estudo são agrupados e discutidos de acordo com as categorizações propostas.

No item Metodologia, apresenta-se subsídios teóricos para justificar a escolha das técnicas para levantamento e coleta de dados, assim com ampliar a compreensão dos dados empíricos. No delineamento metodológico geral, distingue-se os termos método e técnicas de pesquisa, argumentando sobre a escolha do método materialista histórico como estratégias de produção de conhecimento científico. O item Trajetória Metodológica, descreve de forma específica e concreta as técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa. Apresenta-se os aspectos éticos seguidos na pesquisa e justifica-se a escolha dos sujeitos do estudo de caso.

O Capítulo 2 tem como objetivo apresentar e discutir as perspectivas teóricas que orientaram a pesquisa, explicitar as teorias que serviram de base para realização da pesquisa. O texto está estruturado em quatro partes, a primeira parte – “Entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo” – delinea a base teórica em torno do conceito de relações sociais de sexo, mostra as ligações teóricas entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo, bem como seu caráter antagônico expresso na divisão sexual do trabalho. No item “Entre o trabalho prescrito e o trabalho real”, o enfoque da ergonomia é apresentado para explicar a distância entre prescrito e real, apresentando que no trabalho real constam as intervenções e soluções encontradas pelos/as trabalhadores/as para a efetivação da atividade. O item seguinte apresenta abordagem ergológica do trabalho, perspectiva que em larga medida orienta esta pesquisa. Expõe o sistema conceitual elaborado em torno do debate de normas e construção de competências. Finalizando o capítulo o item “Abordagem ergológica do trabalho e relações sociais de sexo” busca no sistema conceitual elaborado mostrar a interlocução entre os temas, de um lado, relações sociais de sexo; trabalho reprodutivo e produtivo e, de outro lado, as competências; normas; saberes e valores.

O Capítulo 3 está estruturado em duas seções: a primeira, “Levantamentos bibliográficos” – considerações sobre a prescrição e inferências sobre o trabalho real – tem o intuito de situar a pesquisa à

proposito do assunto investigado, explanando-se a respeito de produções anteriores acerca do tema. Na segunda seção, “Estudos preliminares” – participar do curso de corte/costura e observar uma costureira fazendo uma camisa feminina – propõe-se como estratégia de pesquisa um “mergulho” em busca do objeto, possibilitando à pesquisadora se aproximar da complexidade da realidade dos sujeitos de pesquisa, que não seria possível sem essa etapa.

Sendo assim, o texto deste livro está organizado em dois momentos, a primeira parte formada pelos capítulos apresentados anteriormente – Capítulo 1, Capítulo 2 e Capítulo 3 – estabelece as bases que possibilitaram assinalar os contornos do tema: saberes de mulheres, competências constituídas na esfera do trabalho reprodutivo e no trabalho produtivo, analisando a atividade de trabalho no ofício de costureira.

O segundo momento do texto amplia a discussão por meio do estudo de caso, em que se examina de forma intensa a atividade de duas costureiras. Esta segunda parte é composta por outros quatro capítulos, organizados de acordo com as categorias de análise proposta.

O Capítulo 4, apresenta e analisa o ofício, adentra na atividade a partir da relação entre normas, valores e saberes expressos no ofício de costureira. Colocando em evidência a contraposição do sistema formal de profissionalização e os saberes que se constroem nas situações do dia a dia e na situação de trabalho.

No Capítulo 5, buscou-se evidenciar à situação de trabalho das costureiras que trabalham em casa, discutindo as categorias exploração e dominação da mulher. Outro ponto importante do capítulo é o delineamento do contexto socioeconômico a que as costureiras estão submetidas.

Propõe-se no Capítulo 6 compreender a atividade das costureiras enquanto um agir em competências na perspectiva da abordagem ergológica do trabalho, prevê considerar uma combinação de ingredientes que estariam presentes nas situações de trabalho. Busca-se compreender como diferentes saberes têm sido convocados e articulados, assinalando questões relativas às condições de trabalho e principalmente como as mulheres (re) normatizam o trabalho, construindo, assim, o trabalho real.

No Capítulo 7, a partir da compreensão da atividade humana como um emaranhado de normas antecedentes e renormalização, que resultam em escolhas feitas pelos sujeitos, apropriados dos conceitos discutidos na abordagem ergológica do trabalho, busca-se uma interlocução com pressupostos teóricos das relações sociais de sexo, tal perspectiva tem por objetivo primeiramente conceder às mulheres o status de objeto legítimo de pesquisa, em contraposição o modelo universal masculino, no sentido de comprovar que o sexo/gênero não é apenas uma variável complementar.

Encerrando o texto da pesquisa, o capítulo 8 retoma as proposições iniciais da pesquisa discutin-

do-as com base no percurso teórico e nos aspectos que emergiram ao longo do caminho percorrido. Assim como reconhece-se as limitações do estudo e as possibilidades para trabalhos futuros.

Apresentação: os caminhos da pesquisa

Muitas foram as conquistas feministas nos últimos anos – que se deram em diferentes setores, incluindo no mundo do trabalho – mas ainda hoje a mulher busca uma reorganização dos papéis até agora destinados a ela na sociedade. Dentro dessa realidade, considera-se o tema desta pesquisa relevante, uma vez que visa compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

O interesse pela temática Educação e Trabalho na perspectiva do trabalho da mulher vem da necessidade de se discutir as implicações políticas, econômicas, sociais, dentre outras, que permeiam as relações sociais estabelecidas entre os sexos no mundo do trabalho, que são desiguais, antagônicas, de disputa e contraditórias (KÉRGOAT, 1986).

Contudo, o interesse por esse campo de debate não se restringe apenas a tais aspectos, pois, além das questões referidas há elementos que se rela-

cionam com a história de vida da pesquisadora. A inquietação em pesquisar sobre a temática fortaleceu-se a partir de 2009, quando a pesquisadora iniciou a graduação em Engenharia Mecânica, que lhe proporcionou conhecer melhor o ambiente industrial onde predominava a presença masculina. No ano de 2014, a Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho, possibilitou-lhe o aprofundamento dos estudos acerca das condições de trabalho, trazendo uma reflexão crítica sobre as condições de trabalho de todos os trabalhadores, em particular da mulher trabalhadora.

Na convivência no dia a dia de trabalho em um ambiente predominantemente masculino, com certa frequência, ouvia comentários sobre as competências ditas “naturais” da mulher, tais como: “mulher é detalhista”, “mulher é paciente”, “mulher é mais habilidosa”. Tais estereótipos pautados em uma lógica inerente à constituição do sexo feminino sempre a incomodaram, uma vez que eram evidenciadas em oposição às competências masculinas: determinação, força, controle e comando, além de capacidade técnica. Tais argumentos serviam para justificar e legitimar a imposição de tarefas diferentes para homens e mulheres, ainda que ambos tivessem a mesma formação técnica-profissional e ocupassem os mesmos cargos, configurando-se, na realidade, em uma relação de poder, com uma valorização diferenciada e desigual do trabalho masculino e feminino.

Para Hirata (2004, p. 18) todas as definições de competência fazem aparecer figuras masculinas: “criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidades técnicas, autonomia no trabalho”. Segundo a autora as competências ditas femininas não são reconhecidas nem remuneradas, são considerados atributos “naturais” da mulher, na medida em que não foram adquiridas pela formação profissional (HIRATA, 2004).

Quirino (2011) ressalta uma “pseudo valorização” das competências ditas femininas, uma vez que são reconhecidas, no entanto, não são levadas em consideração para a promoção das mulheres a cargos de comando, prestígio e poder. A partir de tais constatações questiona-se, se o processo de construção das competências ditas femininas é verdadeiramente conhecido. Há particularidades na experiência de vida da mulher que não são passíveis de serem adquiridas via escolarização e formação profissional formal. Dentre elas, destaca-se a relação da mulher com o trabalho doméstico, o “trabalho duplicado” (NOGUEIRA, 2006); o “trabalho de cuidado, care” (HIRATA, 2011).

No ano de 2018 a pesquisadora conclui o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), na “Linha II: Processos Formativos em Educação Tecnológica”, a pesquisa intitulada “A divisão sexual do trabalho na indústria têxtil: interlocuções com a ergonomia”, apontou para o silenciamento das relações

sociais de sexo na cadeia têxtil. Dessa forma, esta pesquisa de doutoramento originou-se a partir de questões que surgiram ao longo da trajetória acadêmico-profissional da pesquisadora, enfatiza-se também a necessidade de ampliar a discussão em busca de desvelar os processos sócios históricos que determinam as desigualdades entre os sexo na sociedade e na atuação profissional, não obstante tem-se ainda uma longa jornada para dar visibilidade a efetiva contribuição feminina para a reprodução social e para a atividade econômica no campo dito produtivo.

Neste sentido a proposta de situar esta pesquisa empírica na cadeia têxtil especificamente ofício de costureira, deve-se ao fato desse setor, historicamente, ter uma preponderância da força de trabalho feminina, no qual destina às mulheres as tarefas que requerem paciência, minúcia e habilidade motora fina, associadas ao estereótipo feminino.

Compartilha-se da visão de Kér goat (1996) ao afirmar que as diferenças entre os sexos são construídas socialmente, possuem uma base material e revelam-se como relações de poder. No entanto, a determinação de lugares e funções para homens e mulheres de maneira natural, como se suas capacidades fossem inerentes ao sexo biológico e, portanto, impossíveis de serem superadas, ainda existe na sociedade atual. E é justamente a possibilidade de superação que intriga e conduz a busca de se compreender de que maneira as mulheres produzem não só saberes ditos “naturais”, mas

também como são capazes de apreender e mobilizar saberes constituídos na esfera do trabalho reprodutivo na realização das atividades de trabalho produtivo. A pesquisa foi conduzida sob a ótica da mulher trabalhadora no ofício de costureira, de modo a compreender as estratégias utilizadas por elas para constituir competências.

De acordo com Cannac (1985 apud Dugué, 2004), competência é um “saber em ação”, ou seja, não apenas o conteúdo das competências, mas como mobilizar essas competências, por meio de comportamentos e atitudes. Também para Tomasi (2002), o saber diz respeito essencialmente à competência e envolve três dimensões do saber: saber, saber-fazer e saber ser. A primeira diz respeito às prescrições, regras; já o saber-fazer refere-se à experiência. Por fim, o saber ser contempla os comportamentos e condutas.

Nesse mesmo contexto, Schwartz (1998), afirma que o saber engloba a conexão que a pessoa faz a partir das informações, considerando causas e efeitos entre conceitos, problemas e significados. Relaciona-se com as habilidades que está vinculada, com os princípios e valores; com o saber, que remete ao afetivo ou à motivação, enquanto capacidade de apropriação dos saberes; e a atitude se relaciona com o comportamental ou ao grau de apropriação das dimensões históricas, singulares e coletivas de cada situação de trabalho. Considera-se, portanto, competência a capacidade do sujeito em integrar saberes, habilidades e atitudes como

instrumentos para agir em determinada situação.

De acordo com Aranha (1997), o saber tácito, investido pela experiência é construído pelo/a trabalhador/a tanto no processo de trabalho, quanto na sua atividade social em geral, adquire-se articulando os seus conhecimentos teóricos e práticos com suas experiências acumuladas dentro e fora do ambiente de trabalho. Tomasi (1999) corrobora tal assertiva ao explicar sobre a construção dos saberes da experiência, numerosos acontecimentos vão modelar a experiência, os acontecimentos internos ao indivíduo – os hábitos, as características, as motivações ou a história de vida pessoal – são construídos no interior de grupos sociais variados e os acontecimentos externos ao indivíduo, tais como o tempo, a variabilidade, construídos especificamente na situação de trabalho

Argumenta-se, portanto que os saberes são construídos socialmente e embora o autor não faça a distinção entre os sexos dos trabalhadores quanto à construção dos saberes, justifica-se estudar sobre os saberes na perspectiva de sujeitos sexados uma vez que homens e mulheres possuem experiências socioculturais muito distintas. Para Schwartz (1998, p. 81), “toda situação de trabalho seria sempre, segundo graus variáveis, experiência, encontro; por isso, ela é colocada à prova de normas e valores antecedentes numa situação histórica sempre em parte singular”.

Neste contexto, com base nas dinâmicas estudadas, o desenvolvimento da pesquisa foi estrutu-

rado em dois eixos principais: i) abordagem ergológica do trabalho; ii) relações sociais de sexo. A partir desses eixos busca-se no referencial teórico a base para responder à questão: em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho?

Contextualização do problema de pesquisa

O problema gerador desta pesquisa localiza-se na dinâmica entre as competências ditas “naturais” da mulher e o agir em competências, saberes, mobilizadas especificamente no ofício de costureira.

A respeito dos saberes, a revisão da literatura confirmou a relevância do tema. Destaca-se aqui três pesquisas: Almeida (2012), que discutiu sobre os saberes dos operários da construção civil; Dias (2009), que problematiza o processo de mobilização, aquisição e produção de saberes efetivado por docentes do Ensino Fundamental; e Santos (2008) que explora, com base nos aportes teórico-metodológicos nas análises ergonômica e ergológica do trabalho, a dinâmica saúde/trabalho de professores das séries iniciais da Educação Básica. Esses trabalhos constataram a importância dos saberes da experiência, no processo de mobilização e construção de competências.

Sobre as condições de trabalho da mulher na cadeia têxtil, as informações apreendidas nas teses, dissertações e artigos pesquisados, como por exemplo, o trabalho de Resende (2003) e Lima (2009), constataam que a cadeia têxtil ainda permanece como um setor onde são marcantes as disparidades entre os sexos.

A cadeia têxtil caracteriza-se por um emaranhado de trabalho feminino, o setor insere na sua teia de relações de trabalho os conflitos e contradições presentes nas relações sociais de sexo. Dessa forma, a relação entre os saberes constituídos no processo de trabalho e nas relações sociais estão conectadas. Hirata (2002) explica que embora desvalorizadas e naturalizadas enquanto habilidades inatas às mulheres, as habilidades e competências que elas constroem nas diversas tarefas domésticas são qualificações aproveitadas pelo mundo do trabalho produtivo.

O processo produtivo da cadeia têxtil engloba desde o setor agrícola de algodão que proporciona as fibras naturais, o setor de plásticos que produz as fibras sintéticas, o setor de fiação e tecelagem que produz os diversos tipos de tecidos, o setor de beneficiamento e acabamento, até a etapa de confecção têxtil. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT, 2018), a cadeia têxtil emprega cerca de 1,7 milhão de brasileiros/as, sendo que 75% são funcionários/as do segmento de confecção, mulheres em maioria.

Para Gorini e Siqueira (2002) o setor de confecção é o que mais gera empregos, porque é o segmento mais difícil de ser automatizado. No entanto, Pereira (2011) constata que na indústria de confecção têxtil, principalmente nas empresas de maior porte, a adoção de novas tecnologias de base microeletrônica e a implantação de modernas técnicas organizacionais com controle gerencial e utilização de métodos informatizados no processo produtivo são estratégias adotadas para a modernização do processo produtivo. Embora seja preciso destacar que as inovações tecnológicas no setor se aglomeram nas primeiras etapas, do desenho ao corte. Na etapa de costura, o trabalho a domicílio ocorre fortemente, adotado tanto em empresas de grande, quanto de pequeno porte.

Neste sentido, é preciso refletir sobre o real jogo de interesses em investir no setor de confecção, a atividade de costurar é claramente tida como feminina. Quanto à remuneração na indústria de confecção, a força de trabalho feminina está condicionada a baixos níveis de salário e uma rotina de trabalho extremamente árdua. No trabalho a domicílio destaca-se que a rotina de trabalho não é menos desgastante, entre outros fatores, porque a rotina de trabalho no domicílio é muito interrompida pelo trabalho doméstico, não há uma divisão clara do horário de trabalho remunerado e do trabalho doméstico (PEREIRA, 2011).

De forma geral, a confecção têxtil caracteriza-se pela transformação do tecido em peças de vestuá-

rio, as empresas podem ser divididas em fabricantes com marca própria – empresas que desenvolvem seus modelos e os fabricam – e faccionistas, empresas que recebem os tecidos cortados na justa medida e são responsáveis pela montagem da peça do vestuário. Uma costureira² também pode trabalhar de forma autônoma, ter seu próprio negócio trabalhando em casa ou em outro local, realizando todas as etapas de confecção da roupa ou dedicando-se a reparos e reformas de roupas.

Por esses fatores, indicados resumidamente até então, considera-se que a cadeia têxtil e o ofício de costureira, especialmente, constituem-se em extraordinárias possibilidades para a investigação. O objeto desta pesquisa são os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo mobilizados nas relações de trabalho produtivo. Tal delimitação do objeto vem da necessidade de oferecer elementos para responder às questões que perpassam a investigação deste livro.

A principal questão que orientou esta pesquisa é: em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho? Algumas questões secundárias são apresentadas no intuito de melhor apreender o fenômeno estudado, assim como para delinear a escolha dos procedimentos e técnicas de pesquisa:

2. Ainda que seja possível encontrar homens costureiros, visando dar protagonismo à mulher, neste trabalho será usado apenas o feminino, costureira.

1. Que normas, saberes e valores perpassam a atividade no ofício de costureira?
2. De que forma as mulheres mobilizam seus saberes, quais os conflitos vivenciados, estratégias desenvolvidas e outros saberes produzidos por elas na situação de trabalho no ofício de costureira?
3. Quais competências evidenciadas em situações de trabalho, no ofício de costureira?
4. Qual o impacto na análise da atividade de trabalho ao se considerar os saberes de forma sexuada e atribuí-los às mulheres e aos homens de forma diferenciada e naturalizada de acordo com o sexo biológico?

O objetivo principal de pesquisa é: desvelar a complexidade dos saberes da mulher costureira, buscando identificar e compreender quais são e como foram desenvolvidos estes saberes. Desta forma, objetiva-se compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho. Tem-se também objetivos mais específicos:

- Compreender a relação entre normas, saberes e valores na abordagem ergológica do trabalho.
- Identificar a contribuição da Relações sociais de sexo para ampliar o conceito de trabalho.

- Identificar normas, saberes e valores necessários para ofício de costureira.
- Verificar como se dá a relação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico das mulheres costureiras.
- Analisar as competências desenvolvidas pelas mulheres evidenciadas em situação de trabalho.
- Identificar e compreender quais são e como foram desenvolvidos os saberes da mulher costureira, buscando desvelar a complexidade destes saberes e assim desmistificar a naturalização dos saberes de mulheres.

A partir das questões e dos objetivos de pesquisa os dados coletados foram agrupados em quatro categorizações que foram desenvolvidas e problematizadas no Capítulo 4, Capítulo 5, Capítulo 6 e Capítulo 7, respectivamente.

Metodologia

A investigação aqui proposta teve uma abordagem qualitativa, contextualizada no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias e conflitantes. Os resultados foram analisados em uma perspectiva dialética, conforme alerta Frigotto (2010) de forma a romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante. É, conforme sugere Gramsci

(1978), apresentar uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente.

É, portanto, buscar a crítica do “senso comum”, mas, não apenas a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social. Segundo Minayo (2000), essa proposta de interpretação descortina o conteúdo antagônico da realidade, contextualizando social e historicamente e, ainda, permite ao observador estar dentro do processo de pesquisa, nunca de forma contemplativa. É um caminho que conduz à teorização sobre os dados e a consequente construção de novos conhecimentos.

A pesquisa foi realizada na perspectiva de relações sociais de sexo, a produção nesse campo é densa, propícia e apresenta uma variedade de conceitos que contribuiram para o estudo. Dessa forma, o objetivo foi compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

A discussão foi realizada a partir do aprofundamento dos conceitos propostos principalmente Danièle Kérigoat e Helena Hirata, e a ampliação desse estudo ocorreu pela análise de outras questões apresentadas por autoras/es que dialogam com os conceitos da divisão sexual do trabalho.

Com o objetivo de estabelecer as bases conceituais para pensar a atividade, o valor e os saberes, utilizou-se a Abordagem Ergológica do Trabalho e a Ergonomia da Atividade, tendo como interlocutores principais, Yves Schwartz, François Guérin e François Daniellou.

Delineamento metodológico geral

Ressalta-se a diferença entre os termos método e técnicas de pesquisa, as técnicas são formas específicas e concretas de coleta de dados necessários para dialogar com a teoria proposta. As técnicas (pesquisa exploratória – estudo preliminar, observação e entrevistas) utilizadas nesta pesquisa são apresentadas no item 1.2.2 “Trajetória Metodológica”.

O método por sua vez é mais abrangente e contempla estratégias gerais de produção de conhecimento científico, nesta pesquisa propõe se discutir os dados em uma perspectiva materialista histórica. Souza Júnior (2015, p. 143), explica que o materialismo histórico é o método que vai analisar os pressupostos teóricos a partir de sua condição real de existência, desta forma “quando buscamos compreender, entender e apreender a vida, o mundo, partimos da vida e do mundo e não do conceito sobre a vida e sobre o mundo”.

Frigotto (2001), assinala que na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu

conjunto, constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx (2010), observa-se a centralidade do trabalho na produção e reprodução da existência humana, nesse sentido a categoria trabalho é utilizada aqui enquanto mediação do ser humano com a natureza, sendo a dimensão material da vida colocada no plano da história indicando que essa dimensão não é única ou permanente, o trabalho é tido com conjunto de relações estabelecidas historicamente entre os seres humanos.

A linguagem enquanto expressão material do pensamento exprime a possibilidade de o ser humano representar o real simbolicamente, tendo, como referência teórico-metodológica e procedimental, a ontologia do ser social fundada no pensamento de Marx, Souza Júnior (2015), conclui que:

[...] não podemos compreender a essência humana de forma unicamente abstrata ou produzi-la unicamente pelo pensamento, ou seja, não deve ser produto unicamente das faculdades intelectuais da mente humana. É necessário que antes nosso pensamento possa ser guiado, orientado pelo primado ontológico da criticidade que funda os objetos (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 149).

Frigotto (2009), explana que para Marx não é o pensamento, a teoria e a linguagem que criam a

realidade, mas a realidade que transforma o pensamento, essa compreensão revela que pensamento e linguagem são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, porém, elas mesmas partes dessa realidade.

Destaca-se aqui, o procedimento para o processo de produção de conhecimento, de acordo com Marx, Souza Júnior (2015, p. 150) afirma que a “ontologia do ser social marxiana supõe um caminho investigativo dinâmico, no sentido de possibilitar a explicitação das regularidades e da integridade dos objetos postos à investigação”. Logo constata-se o importante papel da abstração no processo de investigação como meio adequado à apreensão dos objetos postos para investigação. No entanto, não seria qualquer abstração, conforme explica o autor:

[...] não é qualquer abstração que cumpre esse papel. Somente a abstração razoável, que é sacada da realidade do próprio objeto, é que se presta ao ato cognitivo. Assim, podemos dizer que as abstrações têm a função de fixar e destacar os elementos comuns, por meio da atividade do pensamento, elementos estes que são abstraídos e isolados a partir da comparação, compondo, assim, uma noção geral, ou seja, uma determinação comum a todas as fases e manifestações de um mesmo objeto. Trata-se, pois, de um instrumento de organização preliminar dos materiais postos à análise (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 151).

Pode-se considerar que o reflexo do fenômeno material pela consciência permite ao ser humano, em geral, reconhecer esse fenômeno material como algo existente fora de sua consciência:

[...] a teoria, se apresenta na consciência como uma imagem que representa o fenômeno material elaborado e organizado como fenômeno espiritual. Mediante a linguagem oral ou escrita, que constituem uma prática social, ou exclusivamente com a prática, esse fenômeno espiritual se transforma em fenômeno material, que representa o fenômeno material original, captado pela consciência (TRIVIÑOS, 2006, p. 121).

A partir do materialismo histórico, a linguagem é a equivalência concreta da consciência, conforme explica Marx e Engels (2007 apud Vianna, 2010):

A linguagem é tão velha quanto a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim mesmo; e a linguagem nasce, assim como a consciência, da necessidade, da carência de intercâmbio com os demais homens. [...] A consciência é, portanto, já de antemão, um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos (MARX; ENGELS, 2007, p. 53 apud VIANNA, 2010, p. 35).

Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, assinala que:

O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ele também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal (MARX, 2010, p. 107).

As reflexões apresentadas procuram apropriar-se do método materialista histórico para compor os argumentos a respeito da análise dos dados da pesquisa, considera-se o método adequado, na medida em que possibilita compreender melhor as contradições da sociedade, no contexto de um capitalismo patriarcal.

A escolha do método materialista histórico visa dar sentido e validade explicativa ao objeto de pesquisa, busca-se articular as categorias atividade e relações sociais de sexo, trazendo o conjunto de reflexões e práticas, que de acordo com Hirata (2018) convencionou-se denominar feminismo materialista para compreender a divisão social e sexual do trabalho como a base material das relações de gênero.

Trajetória Metodológica

A pesquisa apresenta conceitos e aspectos da pesquisa exploratória, descritiva, explicativa e crítica analítica. Conforme Gil (2002, p. 89), “pesquisas exploratórias objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, envolvendo: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e, (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.”

Classifica-se como descritiva e explicativa por objetivar a descrição das características de determinada população, identificando os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Também, a análise crítica será buscada no intuito de ir além da aparência descritiva e explicativa do fenômeno e buscar atingir sua essência (GIL, 2002).

As indicações metodológicas utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa, têm sua escolha justificada pelo objeto e pelas questões diante das quais ele nos coloca, desta forma, propõe-se a utilização de três técnicas de coletas de dados: i) pesquisa exploratória; ii) observação; e iii) entrevistas semiestruturadas.

i) *pesquisa exploratória*, em primeiro lugar são apresentadas as informações do levantamento bibliográfico, seguidos dos dados coletados no estudo preliminar realizado no curso de corte/costura e na observação de uma costureira fazendo uma

camisa feminina. No Capítulo 3, “Estratégias de aproximação do objeto de pesquisa”, especifica-se os percursos que foram seguidos para uma aproximação do objeto de pesquisa.

ii) utilizou-se da técnica de *observação* para apreensão das atividades realizadas pelos sujeitos escolhidos para a pesquisa. De acordo com Velho (1978, p. 123), “neste processo o/a pesquisador/a deve captar as experiências e vivência do objeto de estudo e ao mesmo tempo deve mergulhar no problema da pesquisa com uma distância social e psicológica”. Justifica-se também a opção pela observação a partir da constatação de Guérin et al. (2001, p. 143), “uma apreensão da atividade de trabalho que ultrapasse as representações parciais dos diferentes atores na empresa implica na coleta de informações no momento do exercício efetivo dessa atividade”.

Pautou-se na observação direta da atuação das costureiras, tal procedimento permitiu observar o fenômeno estudado mais de perto e, ainda, no momento em que está ocorrendo o trabalho real. Os primeiros dias de observação foram filmados, importante informar que as costureiras foram avisadas que estavam sendo gravadas. Além da gravação do áudio e vídeo, fez-se também um registro escrito de alguns acontecimentos que chamaram mais a atenção da pesquisadora (diário de campo).

Após as primeiras observações, os vídeos foram assistidos com o objetivo de selecionar episódios que permitissem elencar aspectos significativos

que pareceram pertinentes para desvelar a complexidade dos saberes da mulher costureira, buscando identificar e compreender quais são e como foram desenvolvidos estes saberes. Desta forma, objetiva-se compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

A princípio a observação seria o único instrumento de coleta de dados, no entanto no decorrer do processo por vezes, a pesquisadora considerou muito difícil apenas observar, pois a observação não parecia nem completa, nem consistente para responder a problemática desta pesquisa. Sendo assim, em face da natureza dos objetivos da pesquisa, além da observação direta da atuação das costureiras, optou-se também pela realização de entrevistas semiestruturadas.

iii) considerando que a atividade não pode ser reduzida ao que a pesquisadora conseguiu observar, realizou-se também *entrevistas semiestruturadas*. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, possibilitando uma análise que inter-relacione a percepção e a realidade das costureiras em relação a realização de sua atividade e seus saberes teóricos e práticos.

A entrevista semiestruturada possibilitou a exposição espontânea do sujeito sobre fatos e informações, bem como permitiu observar atitudes e

esclarecer dúvidas sobre percepções, sentimentos e atitudes relativos aos saberes requeridos, mobilizados, reconhecidos e valorizados na atividade da costureira, função socialmente considerada feminina.

Desta forma, foram utilizados como instrumento de coleta de dados, o registro escrito realizado durante a observação, gravações em áudio e o roteiro de entrevista semiestruturada. Estruturou-se o roteiro de entrevista com uma série de perguntas simples com o objetivo de dar oportunidade para as entrevistadas refletirem sobre sua atividade de trabalho, revelando aspectos de sua prática que denotasse as normas, saberes e valores pertencentes ao ofício de costureira.

Ao mesmo tempo em que a observação e as entrevistas semiestruturadas se mostraram ferramentas indispensáveis para apreender os saberes inscritos na realização de uma atividade de trabalho, reconhece-se os limites das técnicas a partir da constatação de Cunha (2005) que considera a observação limitada aos sentidos, principalmente à visão e à audição e Cunha (2010), que a linguagem é insuficiente na transposição de determinados saberes, compreendendo que o ser humano sabe mais do que é capaz de expressar.

Ciente das limitações impostas pelo meio, intencionou-se procurar elementos quanto a organização e mobilização de saberes para aproximar ao máximo do que seria a atividade de trabalho dos sujeitos da pesquisa, estabelecendo relações entre os aspectos observáveis dessa atividade e outras dimensões da atividade em geral.

Deste modo, tais técnicas possibilitaram evidenciar *in loco* em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

Aspectos éticos

Um dos desafios em relação à pesquisa diz respeito ao posicionamento ético da/o pesquisadora/or, em vista do necessário diálogo com os sujeitos de pesquisa. “Ética é uma palavra com uma forte carga emocional e plena de significados ocultos. Nada pode ser mais devastador para um profissional do que ser acusado de uma prática pouco ética.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 75).

Sendo assim, torna-se necessário considerar o rigor científico na pesquisa qualitativa, frente aos aspectos éticos nela implícitos. No Brasil, as exigências éticas e científicas na pesquisa que envolvem seres humanos, aplicáveis a todas as áreas do conhecimento, estão expressas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012) e, especificamente, a sessão III intitulada “Aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.”

A pesquisadora se comprometeu, conforme o “Termo de compromisso”, a utilizar os requisitos da CNS nº 466/12, no documento lê-se:

(i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros (BRASIL, 2012, inciso III).

Referente a ética na pesquisa Bogdan e Biklen (1994, p. 75) explicam: “Ainda que a palavra sugira imagens de uma autoridade suprema, em investigação, a ética consiste nas normas relativas aos procedimentos considerados corretos e incorretos por determinado grupo”. Neste cenário, esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, o que ocorreu pela Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema Comitês de Ética em Pesquisa (CEP)/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), sob o número de parecer 3.356.423, aprovado em 29 de maio de 2019, conforme o “Parecer consubstanciado do CEP”.

Bogdan e Biklen (1994, p. 77) “apresentam duas perspectivas que devem orientar a pesquisa científica: i) o consentimento informado; ii) proteção dos sujeitos contra qualquer espécie de danos.”

Conforme o “Termo de consentimento livre e esclarecido”, a adesão das participantes foi voluntária, sendo-lhes assegurado o direito de se retirarem da pesquisa a qualquer momento. A proteção das

informações fornecidas foi garantida por meio do armazenamento do material produzido em local de acesso restrito a pesquisadora. O anonimato das participantes foi garantido ao substituir o nome por nomes fictícios.

Sujeitos do estudo de caso

Sobre a escolha dos sujeitos de pesquisa, apesar de ter desenvolvido um bom relacionamento com as alunas do curso de corte e costura e também com outras costureiras, não foi fácil encontrar alguém interessado em participar da pesquisa.

O grande desafio não foi encontrar costureiras dispostas a falar sobre sua atividade, mas, sim, que estivessem à vontade diante da observação de sua atividade de trabalho. Além disso, existia o desconforto delas e de outros familiares em receber em casa uma pessoa desconhecida, por mais boa disposição que as costureiras tinham, em suas falas, era possível perceber que participar da pesquisa iria interferir de forma negativa no seu dia a dia.

Mais de uma vez ficou evidente que as costureiras que trabalham em casa estão acostumadas a lidar com momentos da vida doméstica, no esforço de conciliar os papéis sociais atribuídos – mãe e esposa – elas resolvem problemas que os/as filhos/as não solucionam sozinhos/as, ou ainda lidam com conflitos com o cônjuge, organizando as atividades de maneira que tudo funcione em conjunto com o trabalho produtivo.

Entender essa dinâmica foi essencial para vencer o embaraço inicial na abordagem das costureiras, e assim adaptar o método de coleta de dados para que todas ficassem à vontade e pudessem colaborar da melhor maneira possível. Após essa etapa, a observação e entrevistas ocorreram com tranquilidade. Neste contexto, optou-se por escolher duas costureiras como sujeitos de pesquisa para investigar detalhadamente sua atividade de trabalho, ainda que a escolha pareça reduzida, acredita-se que com os dados coletados foi possível responder as questões e objetivos da pesquisa.

Sobre a abordagem para a observação e entrevista, assim que as costureiras aceitaram participar, por telefone, agendou-se o dia da primeira visita. O processo de observação e entrevista aconteceu no segundo semestre de 2019. Após o consentimento de Jade e Ágata (nomes fictícios) iniciou-se o processo de observação da atividade no respectivo local de trabalho. Elas demonstraram bastante receptividade o que contribuiu para os resultados do estudo.

Enquanto pesquisadora, exceto nos momentos de explicação inicial sobre a pesquisa e arguição das perguntas, mantive-me na maior parte do tempo calada, não interrompendo de forma a não influenciar as respostas. O objetivo era deixá-las falar livremente, expondo o máximo possível o seu ponto de vista, justificativas e razões.

Jade: 51 Anos; casada; um filho. Se interessou por costura ainda criança quando via a mãe costurando em casa. Começou a costurar profissionalmente quando precisou de uma fonte de renda para sustentar a família enquanto marido estava desempregado. Depois que começou a trabalhar nunca mais parou, ela relata que herdou a profissão da mãe, mas de fato gostou de ser costureira. Durante toda sua trajetória alternou entre diferentes posições na costura, trabalhou produzindo peças completas sob encomenda, realizando reformas de peças já prontas e como costureira faccionista. Motivada para manter o cuidado com o filho, priorizou trabalhar em casa.

Assim que cheguei na casa de Jade, conversamos sobre trivialidades estabelecendo um clima cordial. Expliquei como seria desenvolvida a entrevista (eu iria fazer as perguntas e gravar o áudio), Jade sugeriu que conversássemos na sala da casa e não na sala de costura. Jade considerou a sala de costura muito quente e abafada, disse que estaríamos mais confortáveis na sala de casa.

Ágata: 63 anos; divorciada; dois filhos. Ela relata que sempre gostou de costurar, mas nunca teve uma oportunidade de terminar um curso de qualificação. Iniciou alguns cursos de modelagem, corte e costura, contudo sempre acabava abandonando para cuidar dos filhos pequenos. Aprendeu a costurar com a mãe e a tia, trabalhava em casa fazendo consertos e customizações em roupas já prontas. Hoje, já com os filhos crescidos, montou

em casa um ateliê onde produz peças sob encomenda e para compor a renda, também faz alguns trabalhos como costureira faccionista.

Ao chegar para realizar a entrevista, Ágata me recebeu em casa, no entanto logo propôs que a conversa foi realizada na sala de costura. Ágata fala com muito orgulho do ateliê de costura, considera o melhor espaço da casa.

Logo após cada entrevista anotei no diário de campo minhas primeiras percepções e interpretações, buscando estabelecer possíveis relações com as questões da pesquisa. Por meio da fala de Jade e Ágata foi possível colher muitas informações para desenhar o perfil das costureiras.

2

Abordagem Ergológica do Trabalho

Conforme preconiza Bogdan e Biklen (1994, p. 52), “a fundamentação teórica é o que permite a/ao pesquisadora/or ir além de um amontoado arbitrários de acontecimentos, a teoria é responsável por aclarar o modo de entendimento do mundo e assim garantir coerência dos dados coletados”.

O conceito de gênero foi utilizado em seu significado geral de recusa do essencialismo e do determinismo biológico para a interpretação das diferenças entre os sexos, como se a anatomia fosse um destino; ponderando, conforme Saffioti (2009, p. 1), “que o ser humano constitui uma totalidade una – do biológico e do social – e indivisível, merecendo e devendo ser tratado como tal.”

Busca-se na abordagem ergológica um aprofundamento teórico para aprimorar a compreensão sobre as relações sociais de sexo no mundo do trabalho. A aproximação teórico-metodológica pluri-disciplinar desenvolvida na abordagem ergológica propõe um novo tratamento ao estudo da situação de trabalho, as normas antecedentes são confrontadas e renormalizadas pelos sujeitos.

Cunha (2014a, p. 2), explica que “a complexidade das renormalizações da atividade está em interação com os diversos níveis de normas anteceden-

tes aos quais faz face no meio em que opera – das prescrições mais simples presentes na tarefa às normas socioculturais mais gerais.”

Compreender o ponto de vista da atividade humana a partir da tensão proposta por Schwartz (2007a, p. 13) “no triângulo Atividade-Valores-Saberes, onde toda atividade de trabalho comporta debates de normas; os valores estão presentes no mais microscópico dos atos de trabalho, as escolhas de atividades, sobre as quais pesam os valores geram também trajetórias de saberes”.

Desta forma, a abordagem ergológica é relevante para a compreensão do conceito de atividade “tratando então de atividades das múltiplas dimensões do ser humano nas relações que o mesmo estabelece com o meio multidimensional no qual se insere” (CUNHA, 2005, p. 2).

Entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo

São outorgados vários sentidos ao termo trabalho, este item pretende focar na diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo para discutir as relações sociais de sexo.

A partir de Marx (1867 apud HIRATA; ZARIFIAN, 2003), Hirata e Zarifian constatam que o trabalho é em essência um ato que se passa entre o homem e a natureza e considera que as trocas entre eles

sempre se produzem em condições sociais determinadas, a partir deste conceito os autores questionam a necessidade de analisar o trabalho na perspectiva de sujeitos sexuados:

Essa definição tem o mérito de situar a atividade do trabalho no ponto preciso de imbricação de dois tipos de relação (homem-natureza e homem-homem), porém ela é ainda muito insuficiente. Primeiro, porque parte de um modelo assexuado de trabalho. O sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado ao universal. Em segundo lugar, ela também é problemática de um outro ponto de vista, na medida em que as relações suscitadas não são apreendidas de maneira idêntica. As relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais – as condições sociais do trabalho – são historicizadas. Sendo assim, essa dupla definição não pode ser pertinente se consideramos as relações historicamente, que é o que torna possível considerar o sexo social (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 65).

Em Hirata e Zarifian (2009), reafirma-se que o trabalho produtivo fundamentado na relação de troca entre homem e natureza que se processa sob condições sociais determinadas possibilitou o avanço na conceitualização de trabalho assalariado, inaugurando a ideia de trabalho como ativida-

de social mensurável e passível de ser objetivada como trabalho abstrato. Já o trabalho reprodutivo é definido por Kérgoat (2002), como aquele por meio do qual se realizam as atividades do cuidado e da reprodução da vida, o qual é um elemento fundante da divisão sexual do trabalho e, portanto, funcional e integrado ao modo de produção capitalista.

Neste contexto, problematiza-se a existência de uma perpétua hesitação entre o trabalho assalariado exclusivo, de um lado, e o trabalho doméstico ou útil em geral, de outro, e quando as mulheres começam a entrar massivamente no trabalho produtivo, é sob um *status* duplo: trabalho doméstico e profissional, caracterizando a opressão e a exploração (HIRATA; ZARIFIAN, 2003).

Segundo Kérgoat (2002), a divisão do trabalho tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também simultaneamente a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado. Para Marx,

[...] qualquer que seja a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo, deve repetir periodicamente as mesmas fases. Uma sociedade não pode deixar de produzir, como não pode deixar de consumir. Portanto, quando visto como um todo interligado, e no fluxo constante de sua renovação permanente, todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução (MARX, 1968, apud QUITANEIRO, 2003, p. 30).

O processo de produção e reprodução da vida por meio do trabalho, segundo Marx, é a atividade a partir da qual se constitui a história dos seres humanos, é para a articulação produção/reprodução que se volta o materialismo histórico, método de análise da vida econômica, social, política e intelectual, realizado através de uma perspectiva dialética que além de procurar estabelecer as leis de mudanças que regem os fenômenos esteja fundada no estudo dos fatos concretos, consciente que a síntese será constituída numa relação de tensão, pois a realidade contém muitas contradições (QUINTANEIRO, 2003).

Marx e Engels (1968) questionam a perspectiva na qual as relações sociais de produção são naturais e consideradas como leis eternas, que devem reger a sociedade. Segundo os autores o conceito de relações sociais de produção refere-se às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção e do produto e o tipo de divisão social do trabalho numa dada sociedade e em um período histórico determinado, expressa o modo como os homens/mulheres se organizam entre si para produzir e as formas existentes naquela sociedade de apropriação de ferramentas e tecnologia (MARX; ENGELS, 1968).

Nas palavras dos autores,

[...] a produção da vida, tanto a própria através do trabalho como a alheia através da procriação, surge-nos agora como uma relação dupla: por um lado, como uma relação natural e, por outro, como

uma relação social, social no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneira e com que objetivo. Segue-se que um determinado modo de produção ou estágio de desenvolvimento industrial se encontram permanentemente ligados a um modo de cooperação ou a um estado social determinado, e que esse modo de cooperação é ele mesmo uma força produtiva (MARX; ENGELS, 1968, p. 35.)

Destarte, na divisão sexual do trabalho a noção de trabalho doméstico é a forma concreta que torna o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada. Embora seja importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho não se originou no capitalismo, ela se torna intensificada a partir dos desdobramentos da reestruturação trazida pelo desenvolvimento do sistema capitalista, que separa um espaço/tempo para trabalhar e ganhar um salário do espaço/tempo do trabalho de reprodução.

A divisão sexual do trabalho pode ser encontrada em todas as sociedades. As suas modalidades mudam no tempo e no espaço, mas é constante sua estruturação no princípio hierárquico que valoriza mais o trabalho masculino em detrimento ao trabalho feminino, tal qual relatam Hirata e Kérgeat (2003).

[...] Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo

quando uma e outra são idênticas). Esse problema do “valor” do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social. Valor e princípio de hierarquia, sob aparências múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher. E quem diz hierarquia diz relação social (HIRATA; KÉRGOAT, 2003, p. 11).

Portanto a discriminação vivida pelas mulheres não é um problema exclusivo delas ou advindo de uma suposta incapacidade natural, mas resultado das relações sociais entre os sexos construídas ao longo da história. Torna-se necessário enfatizar que a opressão da mulher na sociedade não tem um fundamento natural, mas sim social e histórico, sendo assim é possível vislumbrar a sua superação por meio da mudança das práticas sociais (KÉRGOAT, 1996).

A divisão sexual do trabalho trouxe uma carga de assimetria e desigualdade quando da divisão de tarefas entre homens e mulheres. Para além da designação do homem ao trabalho público e assalariado e a mulher ao trabalho doméstico e sem remuneração, configura-se uma relação de poder e uma valorização diferenciada do trabalho masculino e feminino.

Segundo Hirata e Kér goat (2007), a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: o princípio de separação e o princípio hierar-

quização, primeiramente separa-se em “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” e, posteriormente, atribui maior valor social agregado ao trabalho do homem em detrimento do trabalho da mulher. As autoras ressaltam que tais princípios organizadores rebaixam o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Fala-se em separação, mas também, e sobretudo, hierarquização:

Todas as sociedades conhecidas operam segundo essa separação. Separação, mas também, e sobretudo, hierarquização: um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher, tanto no plano simbólico quanto no plano econômico (KÉRGOAT, 2000). Entretanto, se esses princípios organizadores se encontram em todas as sociedades conhecidas, a História e a Antropologia mostraram a variabilidade extrema das modalidades da divisão sexual do trabalho: tal profissão masculina numa sociedade será considerada feminina em outra. A mesma constatação pode ser feita em relação às empresas. Quanto às relações sociais, elas estão na origem dessa forma de divisão social do trabalho (HIRATA; KÉRGOAT, 2020, p. 23).

Para exemplificar os conceitos Biroli e Quintela (2020), no texto “Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias”; mobilizam a cate-

goria da divisão sexual do trabalho como forma de organização política, os princípios da divisão sexual do trabalho, separação e hierarquia, aplicam-se à atividade política e relegam as mulheres, por um lado, ao espaço fora da política, como se essa fosse uma atribuição “natural” dos homens e para além da “vocação” das mulheres (princípio da separação) e, por outro lado, ao adentrarem o mundo da política, as mulheres acabam sendo posicionadas desigualmente (princípio da hierarquia).

A dinâmica complexa da reprodução de desigualdades, nas quais o institucional, o estrutural e o simbólico estão imbricados, retrata os conflitos em torno da participação feminina no mundo do trabalho.

Hirata (2003) constata que é preciso considerar a relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico, uma vez que o trabalho doméstico segue assumido integralmente pelas mulheres. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), corroboram a assertiva ao analisar as características e limitações impostas pelas responsabilidades familiares da mulher, constatou-se que “a média de horas trabalhadas por homens é superior à das mulheres no mercado de trabalho; na família, no entanto, as mulheres trabalham, em média, três vezes mais do que o homem.” (DIEESE, 2012, p. 227). Outros dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), “indicam que a inserção precária das mulheres no mercado de trabalho assalariado está

fortemente atrelada à maternidade e a responsabilidade com os cuidados e afazeres domésticos. ” (IBGE, 2017, p. 34).

Neste contexto conforme proposto por Toledo (2008), ao mesmo tempo em que a inserção da mulher no mundo do trabalho produtivo possibilitou o início de sua libertação, também impôs a esta mulher trabalhadora uma duplicação de sua jornada de trabalho, uma vez que ela não foi liberada do trabalho doméstico.

A autora explica que as desigualdades entre os sexos são aprofundadas pelas relações de trabalho, pois,

[...] a situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade está o trabalho, porque está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho (TOLEDO, 2008, p. 41).

Evidencia-se que uma grande quantidade de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível e justificado sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. O ponto ancoragem das reivindicações de diversas pesquisadoras feministas era que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele. Nas estatísticas do IBGE, por exemplo, o conceito de trabalho na contabilização da popula-

ção ativa e ocupada, excluía boa parte das atividades realizadas pelas mulheres, por isso muitas vezes as mulheres eram enquadradas como inativas responsáveis “somente” pelo trabalho doméstico não remunerado (MELO; CONSIDERA; DI SABBA-TO, 2016).

Nesse sentido, visando desvelar a contribuição feminina para a reprodução social e para a atividade econômica no campo dito produtivo, foram introduzidas no questionário da Pesquisas Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) duas perguntas sobre os afazeres domésticos. A primeira foi introduzida em 1992, “realizou afazeres domésticos na semana de referência? ”, a segunda incluída em 2001, “quantas horas dedica normalmente por semana aos afazeres domésticos? ” (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2006, p. 331). Estas perguntas possibilitaram uma maior visibilidade das atividades realizadas pelas mulheres, permitindo estudos baseados no uso do tempo que as mulheres se dedicam aos afazeres domésticos.

A partir de tais constatações, Antunes (1999) analisa a dupla jornada de trabalho imposta as mulheres,

[...] a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa [...]. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato de trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital [...], mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao

mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução de sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizada (ANTUNES, 1999, p. 108).

Quanto à menor média de horas trabalhadas pelas mulheres no mercado de trabalho, de acordo com Antunes e Alves (2004) esta tendência é confirmada em diversos países, onde o aumento significativo do trabalho feminino tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo de trabalho part-time, precarizado e desregulamentado. Toledo (2008) reafirma que estas formas de organização do trabalho, com horários flexíveis e contratos precários, não favorecem a incorporação da mulher ao mundo do trabalho produtivo, apenas acentuam as desigualdades vivenciadas por elas, uma vez que elas são empurradas a aceitar tais condições de trabalho devido a circunstâncias da família, por um lado a necessidade de aumentar a renda da família ou por vezes prover o sustento da família.

Hirata e Kérgeat (2007, p. 600) também constata que a precarização e a flexibilização do emprego reforçam as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo, as autoras explicam que tais formas do trabalho e do emprego geram os de “nomadismos sexuais e nomadismo no tempo, para

as mulheres, é a explosão do trabalho em tempo parcial, geralmente associado a períodos de trabalho dispersos no dia e na semana”.

Nesse contexto Hirata (2011) apresenta modelos e configurações de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho produtivo e reprodutivo, visando uma complementaridade: “modelo tradicional”, que ainda existe em alguns países, mas é evidentemente um modelo bastante minoritário hoje, em que o papel reprodutivo de cuidado com os membros da família e do trabalho doméstico é assegurado de maneira inteiramente gratuita pelas mulheres, e o de provedor confiado inteiramente aos homens. Ressalta-se que este não é o modelo associativo familiar no qual os dois trabalham, modelo dominante nos países capitalistas chamado de “modelo de conciliação”.

O modelo de conciliação está frequentemente associado ao “modelo de delegação” que possibilita delegar a outras mulheres as tarefas domésticas, enquanto as mulheres com profissões com maior prestígio social se dedicam a carreira profissional, no entanto mesmo que exista a delegação a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência das mulheres.

A possibilidade desta delegação se deve a dois fatores: o primeiro é a polarização do emprego, ou seja, a existência de mulheres executivas e com profissões de nível superior, tipo de trabalho em que elas não podem fazer tudo o que têm de fazer dentro de casa, o que acarreta a delegação deste

trabalho para outras mulheres, membros da família ou remuneradas. “É essa polarização que permite, de um lado, a existência de mulheres que aceitam estas tarefas e, de outro, mulheres que podem desenvolver toda uma carreira profissional, porque possuem o lado doméstico assegurado por outras mulheres” (HIRATA, 2011, p. 86).

Partindo desses princípios, por vezes contraditórios, nos quais a externalização do trabalho doméstico teria a função de apaziguamento das tensões entre mulheres e homens, e permitir maior disponibilidade das mulheres em relação à demanda produtiva do mercado de trabalho, constata-se que essa pacificação das relações sociais de sexo não contribui para avançar na luta pela igualdade de gênero. Ao contrário, a partir do mascaramento e da negação, reforça-se os estereótipos sexuais (HIRATA; KÉRGOAT, 2007).

Segundo Kérgoat (2002), foi a partir da tomada de consciência da opressão específica sofrida pelas mulheres, noção que o trabalho de cuidado estava atrelado às relações afetivas da família e baseada na disponibilidade materna e conjugal das mulheres sendo atributos “naturais” e exclusivamente das mulheres, que deram início aos questionamentos feministas.

Toledo (2008) explica que a opressão é uma categoria diferente da exploração, a primeira é cultural e a segunda social, neste sentido na questão da mulher é preciso distinguir opressão de exploração.

A existência de setores oprimidos e marginalizados não é fruto do acaso. É o resultado de um sistema que se assenta na desigualdade e na divisão: numa sociedade dividida em classes e num sistema econômico assentado sobre a exploração, a pilhagem e a submissão de milhões e milhões de seres humanos (TOLEDO, 2008, p. 16).

Dessa forma, a opressão atinge mulheres de todas as classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso, já a exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classes.

Diante do exposto, visando ampliar a discussão acerca da divisão sexual do trabalho, enfatizando a discussão das diferenças existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho, sobretudo identificando e analisando a opressão e exploração sofrida pelas mulheres, faz-se necessário o entendimento teórico-conceitual das relações sociais de sexo, categoria que permeia os estudos feministas.

Quanto às relações sociais, elas estão na origem da divisão social do trabalho, as relações sociais organizam, isto é, nomeiam e hierarquizam as divisões da sociedade: privado/público, trabalho manual/trabalho intelectual, capital/trabalho. A divisão social do trabalho entre os sexos é o que está fundamentalmente em jogo nas relações sociais de sexo (HIRATA; KÉRGOAT, 2020).

A conceitualização das relações sociais recorrente entre o grupo dos homens e das mulheres no

trabalho deu origem ao termo francófono “relações sociais de sexo ou gênero”. Embora sejam indissociáveis na teorização em termos de divisão sexual do trabalho, segundo Hirata e Kérigoat (2009) as categorias “homem” e “mulher” não formavam um sistema, portanto era preciso conceitualizar a relação social que unia essas categorias. As autoras afirmam que esta relação social é caracterizada como “transversal ao conjunto do sistema social, e por isso historicizável. É uma relação de poder, de dominação; cada categoria não existe a não ser em relação à outra, elas se co-constróem incessantemente” (HIRATA; KÉRIGOAT, 2009, p. 47).

Também, conforme proposto por Quirino (2015),

[...] embora, enquanto definição, as categorias “Gênero” e “Relações de Gênero” (Scott, 1990), presentes nos estudos anglo-saxões e “Relações Sociais de Sexo” (Rial, Lago e Grassi, 2005. Hirata, 2002. Kérigoat, 1996; 2003; 2009, entre outros), dos estudos franceses possam ser considerados sinônimos – significando a construção histórica e social dos sexos, Kérigoat (1996) observa que tais termos são altamente polissêmicos, cada qual contendo o mesmo leque de acepções que vão da simples variável “mulher”, até uma análise em termos de relações sociais antagônicas (QUIRINO, 2015, p. 3).

Nessa pesquisa, foi adotado o termo relações sociais de sexo ou apenas relações de gênero, com o intuito de enfatizar que, ainda priorizando as análises sobre as mulheres, tais estudos referem-se

também aos homens, visto que um gênero só existe em relação ao outro.

Conforme reforça Quirino (2013, p. 4), é preciso discutir a opressão sofrida pelas mulheres a partir dos arranjos sociais e históricos, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação dos sexos, porque “essa divisão social expressa modos de segmentação no mundo do trabalho, ou seja, as desigualdades e separação entre trabalho de mulher e trabalho de homem”. Ressalta-se que as diferenças biológicas entre os sexos não são negadas, no entanto enfatiza-se que as desigualdades sofridas pelas mulheres são resultado da construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.

Quirino (2015) corrobora a escolha da categoria relações sociais de sexo, pois,

[...] a adoção da categoria “relações sociais de sexo”, ao invés de “gênero” ou “relações de gênero”, leva a uma visão sexualizada dos fundamentos e da organização de sociedade ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho. Esta perspectiva permite a visão global do social em termos dinâmicos, pois ela repousa em antagonismos e contradições, bem como em termos materialistas, “pois toda relação social tem um fundamento material”. E como o conceito de relações sociais de sexo se prende à noção de prática social, essa abordagem permite a passagem do abstrato ao concreto e possibilita pensar simultaneamente as dimensões mate-

riais e simbólicas que envolvem as relações sociais entre homens e mulheres (QUIRINO, 2015, p. 6).

Dessa forma, as tarefas distintas designadas a cada um dos sujeitos sexuados não podem ser legitimadas pelas diferenças naturais. Conforme Toledo (2008, p. 16), “a divisão sexual do trabalho varia grandemente no tempo e no espaço, não se pode encontrar explicações para tal divisão na natureza do homem e da mulher, mas sim nas imposições socioculturais”.

Considera-se também fundamental, a compreensão do conceito de classe social como “sexuada” em suas dimensões objetivas e subjetivas, problematização postulada por diversas pesquisadoras de que “a classe operária tem dois sexos” (SOUZA-LOBO, 1981). Destarte, o conceito de classe utilizado nessa pesquisa está assentado na concepção marxista de determinação da classe pela posição social que os indivíduos ocupam na produção material, implicando em relações sociais de exploração (HIRATA; KÉRGOAT, 1994).

As imbricações entre classe social e gênero emergem na análise situada do trabalho e os traços que essa relação assume são transversais às formas que as relações de produção tomam. Kérgoat (2018) traz os conceitos de consubstancialidade e coextensividade, para explicar a imbricação e retroalimentação entre as relações sociais de classe, de sexo e de raça/etnia, essas três contradições fundamentais do capitalismo se sobrepõem par-

cialmente (coextensão) e são regidas por dominação, opressão e exploração.

A reflexão feminista de corte materialista, passa por dois principais momentos, o primeiro seria marcado pela teorização acerca das relações sociais de sexo enquanto relações de produção ou de exploração, irredutíveis ao capitalismo. O segundo momento seria caracterizado pela teorização acerca do “sexo do trabalho assalariado”, a qual conduziria às noções de divisão sexual do trabalho e de transversalidade e, conseqüentemente, à de consubstancialidade das diferentes relações sociais de exploração (GUIMARÃES, 2020). A falta de percepção da consubstancialidade das relações sociais na produção gera desigualdades de oportunidades e legitimam hierarquias de poder no trabalho e na sociedade.

Entre o trabalho prescrito e o trabalho real

Sobre o trabalho prescrito (tarefa), Santos (1997) explica que se trata da definição prévia da maneira como o/a trabalhador/a deve executar o trabalho: o modo de usar os equipamentos e as ferramentas, o tempo concedido para operação, o como fazer e as regras que devem ser respeitadas. Já no trabalho real (atividade) constam as intervenções e soluções encontradas pelos/as trabalhadores/as para a efetivação da produção.

Daniellou, Laville e Teiger (1989) explicam que o trabalho operário é produto de uma divisão que separa, de forma radical a concepção (tarefa) da execução (atividade), a empresa define previamente, a partir de regras e de normas como o trabalho será executado:

[...] deste conceito teórico do trabalho e dos meios de trabalho provém o que chamamos de trabalho prescrito, isto é, a maneira como o trabalho deve ser executado: o modo de utilizar as ferramentas e as máquinas, o tempo concedido para cada operação, os modos operatórios e as regras a respeitar (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989, p. 1).

Porém, este trabalho prescrito nunca corresponde exatamente ao trabalho real, isto é, o que é executado pelo/a trabalhador/a, os autores constataam que o trabalho prescrito se torna irrealizável, uma vez que está fundamentado em bases científicas frágeis ou conhecimentos empíricos parciais.

Cunha (2005) amplia a discussão em torno da competência, ao constatar a importância de reconhecer que as atividades de trabalho são atravessadas por valores e saberes estratégicos que podem assegurar maior produtividade para a empresa. A autora explica a existência de um confronto de valores econômico-financeiros (da empresa) e valores sociais que são próprios dos/as trabalhadores/as, tais valores perpassam os atos de trabalho e as escolhas são feitas em microdecisões tomadas a partir desse conflito de valores. Nas palavras da autora:

Entre o trabalho prescrito a ser feito e o trabalho real finalmente realizado, o produtor resolve problemas que aparecem no processo de produção. Trabalhar é resolver questões que se interpõem na realização das tarefas determinadas por outrem ou por si mesmo. Esse trabalhar, como gerir variáveis diversas e resolver problemas, é profundamente histórico, pois, se a dimensão do protocolo, do planejado, falha, o produtor entra em ação com sua competência para “preencher os furos”. Nesse processo, ele se qualifica, consolida e/ou recria tipos de saber, ele ganha em experiência (CUNHA, 2005, p. 13).

Desta forma, observa-se que existe um “espaço” entre o trabalho prescrito e o realizado e é justamente esta lacuna que possibilita ao/as trabalhadores/as mobilizar e produzir novos saberes e competências.

A ergonomia da atividade oferece um referencial teórico a esta pesquisa na medida em que seu aporte tem a atividade de trabalho centrada em situações reais de trabalho, desta forma tal perspectiva propiciou ferramentas que serviram de inspiração para a investigação, visando compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

Conforme Guérin et al. (2001, p. 143), “uma apreensão da atividade de trabalho que ultrapasse as representações parciais dos diferentes atores na empresa implica na coleta de informações no momento do exercício efetivo dessa atividade”. Desta forma, os autores propõem que as observações sejam realizadas seguindo, mas não se restringindo, aos itens: a saber: a) Deslocamentos; b) Direção do olhar; c) Comunicações; d) Posturas; e) Gestos; f) Sequências; g) Interações; h) Observações em termos de tomadas de decisão; i) Dimensão coletiva: número de pessoas no local de trabalho, distância entre essas pessoas, escala temporal; j) Condições de trabalho; k) Domínio de saberes e habilidades básicas; l) Capacidades básicas para desenvolver os seus trabalhos; m) Competências e/ou habilidades e saberes específicos relativos ao campo profissional; n) Renormalizações (GUÉRIN et al., 2001, p. 154-164).

Clot et al. (2006), ao falar sobre relação entre a clínica do trabalho e a ergonomia enxerga ergonomia como dispositivo de transformação da situação e de restauração da saúde, explica que ergonomia da atividade com o trabalho de Alan Wisner, contribui muito na concepção de que se deve adaptar o trabalho ao homem e não o homem ao trabalho.

Segundo Laville (1977), a ergonomia nasceu de necessidades práticas apoiando-se em dados sistemáticos e utilizando métodos científicos. O autor sintetiza a definição, “como sendo o conjunto de conhecimentos a respeito do ser humano em ati-

vidade, a fim de aplicá-los à concepção das tarefas, dos instrumentos, das máquinas e dos sistemas de produção” (LAVILLE, 1977, p. 4).

De maneira geral, ainda que o termo ergonomia seja relativamente recente, a utilização de seus conhecimentos é bastante antiga, remonta à criação das primeiras ferramentas. Para Laville (1977), a ergonomia, no sentido de adaptar o ambiente natural e construir objetos artificiais para atender às suas conveniências, surge na pré-história, quando o homem pré-histórico escolheu uma pedra de formato que melhor se adaptasse à forma e movimentos de sua mão e descobriu que as ferramentas proporcionavam poder e facilitavam as tarefas como caçar, cortar e esmagar.

Também, Paschoarelli e Silva (2010) constatarem que há contribuições para a ergonomia em estudos de Leonardo da Vinci (1452-1519), principalmente os estudos anatômicos e fisiológicos. A antropometria atual, conhecimento das formas e medidas do corpo aplicado em projetos, originou-se nos estudos de Da Vinci que combinou, em um mesmo desenho, o homem inserido no círculo e no quadrado, promovendo estudos acerca das dimensões e movimentos humanos.

No século XVII, de forma mais intensificada a partir da Primeira Revolução Industrial, principalmente em construções, já se observavam preocupações em poupar a saúde e integridade física dos/as trabalhadores/as com a inserção das máquinas nos postos de trabalho pesados. Destacam-se os

estudos de Paschoarelli e Silva (2010) se dedicaram ao planejamento do trabalho e das interfaces ergonômicas na organização do trabalho, construindo instrumentos que facilitavam o carregamento de peso. Neste contexto, de acordo com Daniellou (2004), percebe-se que a análise ergonômica do trabalho apresenta duas principais esferas, uma centrada na organização e no seu desempenho, em termos de produtividade, eficiência, confiabilidade, qualidade; e outra centrada nas pessoas, em termos de segurança, saúde, conforto, facilidade de uso, bem-estar.

Segundo Laville (1977, p. 4), “a ergonomia ampliou suas bases científicas, de um lado em direção à Biometria e à Biomecânica e, de outro, em direção à Psicologia Social e à Sociologia”. Contribuindo para as duas vertentes da ergonomia, chamadas de (i) Ergonomia Americana, anglo-saxônica ou *human factors* (“fatores humanos”) orientada para concepção de dispositivos técnicos: máquinas, ferramentas, postos de trabalho, instruções; e a (ii) Ergonomia Francesa, considera a análise global das situações de trabalho. Montmollin e Darses (2011) argumentam que estas duas vertentes são complementares, os autores defendem que seria possível compreender a atividade das/os trabalhadoras/es a partir da análise minuciosa das tarefas e posteriormente conceber uma ferramenta, máquina ou método para melhorar o trabalho.

Este argumento dos autores é considerado com ressalva, a abordagem ergonômica e ergológica pro-

posta nesta pesquisa compreende os/as trabalha-
dores/as como sujeitos singulares, transformados
pelo ambiente de trabalho, mas também atuantes
sobre este. Inferir sobre as possibilidades de trans-
formação do trabalho, demanda a compreensão da
atividade, fundamentado no entendimento das ca-
racterísticas e estratégias dos sujeitos na busca de
responder às exigências de uma dada situação.

De forma similar, Clot *et al.* (2006), discorre so-
bre os diferentes enfoques da psicologia do traba-
lho e da psicologia industrial, constata, portanto,
que psicologia do trabalho e a psicologia industrial
são contraditórias, porque toda a tradição da psico-
logia industrial visa justamente adaptar o homem
ao trabalho, ela analisa a disfunção, mas a disfun-
ção dos homens e não a disfunção da situação, da
organização.

Na busca da compreensão da atividade de traba-
lho, o olhar da abordagem ergonômica é dirigido às
singularidades do sujeito em situação de trabalho.
A especificidade da ergonomia da atividade, surge
da distinção entre tarefa e atividade, “a tarefa é o
que se deve fazer o que é prescrito pela organiza-
ção. A atividade é o que é feito, o que o sujeito mo-
biliza para efetuar a tarefa.” (FALZON, 2007, p. 9).

De acordo com Guérin *et al.*, (2001) as empresas
definem as tarefas para obter maior controle sobre
o trabalho. Para os autores, analisar ergonomicamente
a atividade significa analisar as estratégias
usadas pelo/a trabalhador/a para administrar a
distância entre o trabalho prescrito pela empresa e
o trabalho real frente aos imprevistos.

É importante salientar que a abordagem ergonômica não deve ser compreendida apenas como o conjunto de ciências que visam desenvolver a melhor maneira de se executar determinado trabalho, que conforme descrito por Lima (1994, p. 8) “através da padronização estabeleceu a adoção sistemática de melhores métodos de trabalho, visando obter melhores resultados”. A ergonomia aqui proposta contrapõe-se a perspectiva taylorista defende-se que a organização do trabalho deve permitir um espaço de liberdade para o/a trabalhador/a redefinir, a cada momento, sua atividade.

De acordo com Lima (1994), ao analisar os efeitos da padronização e a distinção entre trabalho prescrito e trabalho real, tradicionalmente revelado pelas análises ergonômicas do trabalho, observa-se que na prática os simplismos das regras e padrões não são suficientes para executar o trabalho conforme requerido:

A Ergonomia de língua francesa tem mostrado que a variabilidade é característica ineliminável do trabalho, mesmo aqueles tidos como “rotineiros” e “repetitivos”. Nossas próprias observações de campo permitiram mostrar que atividades realizadas em ciclos na escala do segundo, apresentam grande diversidade, não somente quantitativa, mas qualitativa; pequenos gestos são acrescentados, por iniciativa dos próprios operadores, aos modos operatórios prescritos, a fim de que eles possam realizar o trabalho na quantidade e na qualidade desejadas (LIMA, 1994, p. 12).

Ao analisar a ergonomia considerando a variabilidade como característica inerente ao trabalho, torna-se necessário avaliar a importância do conhecimento do/a trabalhador/a, procurando relacioná-lo as categorias de trabalho prescrito e trabalho real, pois é este conhecimento que possibilita ao/a trabalhador/a inserir modificações no processo de trabalho.

Ao analisarem o trabalho em uma linha de montagem, Daniellou, Laville e Teiger (1989) fazem uma constatação relevante quanto ao trabalho da mulher, segundo os autores escolhem-se mulheres porque são teoricamente hábeis, rápidas e capazes de suportar a monotonia de um trabalho repetitivo. No entanto ao analisar o trabalho real, evidencia-se que:

[...] o posto de inserção é ocupado por uma mulher, o que é previsto; mas ela é baixa, o que não é previsto; e a regulação do banco não resolve as contradições do posto: alcançar as canaletas da fileira de cima e aproximar os olhos da placa para posicionar com precisão os elementos (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989, p. 2).

A constatação dos autores reforça o proposto por Lima (2007, p. 57), quanto à adequação do trabalho, ao destacar que o “trabalhador médio não existe. O mesmo posto de trabalho ocupado por duas pessoas diferentes apresentará duas situações de trabalho específicas”. A padronização pode resultar em desconforto e até em doenças e em acidentes de trabalho.

Conforme Vidal (2010), em sua atividade de trabalho, o ser humano interage com os diversos com-

ponentes do sistema de trabalho, com os equipamentos, instrumentos, mobiliários, e questões subjetivas como hierarquia e gestão organizacional. Observa-se que os/as trabalhadores/as toleram mal as tarefas fragmentadas, com tempos curtos para execução, principalmente quando esse tempo é imposto por uma máquina ou pela gerência, e sentem-se bem quando são solicitados a resolverem problemas ligados à execução das tarefas. Logo na visão do autor, a ergonomia busca tratar o/a trabalhador/a como um ser que pensa e age, não apenas como mero executor de tarefas fragmentadas e apêndice das máquinas.

De acordo com Trinquet (2010) os estudos da ergonomia da atividade, sob a direção do professor Alain Wisner, evidenciaram, a partir da observação de postos de trabalho extremamente taylorizados, a existência da distância permanente entre o trabalho prescrito e aquele efetivamente realizado.

[...] esses ergonomistas lançaram sua famosa “batalha do trabalho real”. Batalha exclusivamente intelectual e acadêmica, para, finalmente, se admitir a distância prescrito/real. Essa “batalha” de convicção foi, praticamente, ganha. Há poucas pessoas que negam a referida distância, embora ainda haja quem sonhe em suprimi-la. O que revela a utopia e o fantasma gerencial, por ser completamente contra a natureza e anti-humano por considerar os humanos como robôs, autômatos (TRINQUET, 2010, p. 96).

A ergonomia diferencia o trabalho entre trabalho prescrito e trabalho real, onde o trabalho prescrito refere-se aos procedimentos, as regras a tudo que pode ser antecipado, está relacionado a objetividade. Na ergologia utiliza-se o termo normas antecedentes para descrever as prescrições do trabalho. As normas antecedentes estão ligadas aos valores que elas portam e que permeiam a organização do trabalho, as normas são fundamentais, mas, desempenham um papel que não é suficiente para a execução do trabalho. De acordo com Schwartz (1996), as normas antecedentes possuem uma dimensão mais ampla se comparada à noção de trabalho prescrito. As normas antecedentes são permeadas por valores, cultura e ciência, em âmbito coletivo, social.

Já o trabalho real busca identificar os caminhos não previstos, na ergologia fala-se em renormalização para designar o modo particular que cada pessoa vai executar sua atividade, transcendendo os limites das normas antecedentes. É por meio da subjetividade que indivíduo faz do uso de si, para desempenhar cada atividade de trabalho de forma diferenciada no plano do real, às escolhas que o sujeito faz do uso de si, são denominadas por Schwartz (2007a) de “dramáticas do uso de si”.

Segundo Durrive e Schwartz (2018), os valores atravessam o micro da atividade, assim como atravessam toda a sociedade, logo a renormalização das normas antecedentes se dá quando há um desencontro entre aqueles valores que permeiam os

valores da organização, e os valores do sujeito em situação de trabalho.

Abordagem Ergológica do Trabalho

A proposta da construção da perspectiva ergologia se ampara em discussões provenientes da ergonomia da atividade, de origem francófona, e da filosofia das normas de Georges Canguilhem (2009). Outra fonte de influência para abordagem ergológica é noção de Comunidade Científica Ampliada desenvolvida por Ivar Oddone (1999), como nova concepção de pesquisa, em torno de discussões provenientes de contextos envoltos por grande tensão e conflitos correlatos às más condições de trabalho.

Schwartz (2007a, p. 13) resgata “a noção de atividade a partir enigmática distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, tratada pela ergonomia de tradição francófona”. O descompasso entre o trabalho prescrito e o trabalho real requer do sujeito um debate permanente com as normas antecedentes à atividade.

Schwartz (2007a) na Conferência proferida na Journées de Réflexion et de Débats “Intervention et Savoirs” La Pensée au Travail, Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), faz sua contribuição com objetivo de elucidar em que sentido a reelaboração do conceito de atividade conduz a renovar nosso olhar sobre a relação entre a construção dos saberes e as experiências de vida.

[...] as vidas sociais e principalmente as vidas das pessoas no trabalho, são, já, antes de todo agir, manipuladas por conceitos: através das práticas sociais, das formações discursivas, exprime-se em nós, através de nós, um sistema social de colocação de lugares, que absorve antecipadamente tudo o que se poderá dizer de pertinente a esse respeito (SCHWARTZ, 2007a, p. 2).

A abordagem ergológica permite situar de maneira complexa o conceito de trabalho porque o remete à atividade humana, o trabalho enquanto produto da vivência individual e coletiva. Schwartz (2007a) reflete sobre a necessidade de renovar nosso olhar sobre a relação entre a construção dos saberes e as experiências de vida, pensar novas formas de interferência dos saberes na experiência, para Schwartz (2007a) o uso que o sujeito faz de si no trabalho é singular e a consciência desta singularidade permite a objetivação e a desnaturalização das atividades de trabalho.

Enquanto método analítico a abordagem ergológica parte do conceito de atividade entendendo-a como um objeto transdisciplinar para compreender e intervir nas situações de trabalho, buscando estabelecer um diálogo pluridisciplinar para transformar o trabalho. Conforme Trinquet (2010, p. 94), “embora a abordagem ergológica seja muito elaborada cientificamente, ela não é uma nova disciplina, trata-se de um método ou de uma metodologia que permite abordar a realidade da atividade humana, em geral, e a atividade de trabalho, em particular”.

Durrive (2011) explica que o mundo é continuamente transformado pela atividade humana e essa transformação produz saberes de construções híbridas, mais ou menos em aderência, portanto ligadas a valores preconcebidos localmente, e mais ou menos em desaderência, quer dizer, próximos de uma elaboração conceitual.

Assumindo a atividade de trabalho como uma totalidade, busca-se estabelecer a relação entre os saberes conceituais das disciplinas científicas e os saberes investidos estruturados na experiência permitindo a formulação de um novo tipo de conhecimento. Trinquet (2010), ao abordar a pluridisciplinaridade ergológica reforça que é preciso colocar em dialética os saberes elaborados pelas disciplinas científicas (saberes constituídos) com os saberes adquiridos na experiência (saberes investidos). A complexidade da atividade humana inviabiliza que sua compreensão seja realizada a partir de uma única disciplina, qualquer que seja ela, sendo assim “todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente. Trata-se, portanto, de colocar em dialética – e não somente de sobrepô-las umas sobre as outras – o conjunto dos saberes elaborados pelas outras disciplinas.” (TRINQUET, 2010, p. 94).

Debate de normas

De acordo com Schwartz o meio de trabalho é sempre variável e imprevisto, tornando necessário

uma mobilização de saberes, por meio de escolhas a serem feitas, deixando o trabalho de ser uma mera execução, mas um *uso de si*. Schwartz (2000b) explica o termo *uso de si* frente as infidelidades do meio, *uso de si por si mesmo* é o uso que fazemos nós mesmos para renormalizar as prescrições e criar estratégias singulares para enfrentar os desafios do meio e o *uso de si pelos outros*, é o uso que o outro faz de nós para execução do trabalho, sendo o trabalho, em parte, heterodeterminado por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente.

Segundo Schwartz (2003), existe uma tensão entre uso de si por si e pelos outros, toda atividade é prevista por normas (científicas, técnicas, organizacionais, hierárquicas), que remetem a relações de desigualdades e de poder, essa dualidade é justamente o que torna o trabalho um drama. Schwartz (2003) traz o conceito “dramáticas de usos de si”, para explicar a tensão entre norma prescrita, infidelidade do meio, renormalização e atividade singular.

Drama porque as relações de força são desiguais: o desenvolvimento das ciências, sua incorporação nas técnicas, mas também a autoridade, o poder que confere a todo argumentário social sua apresentação, sob o modo conceitual, não cessaram e não cessam de impedir o outro uso (SCHWARTZ, 2003, p. 23).

Schwartz (2007a) argumenta que apesar de todo esse trabalho dramático, o/a trabalhador/a precisa transgredir, fazer valer suas próprias regras de

vida e constituir sua identidade de trabalhador/a. A dimensão coletiva do trabalho o coloca em cena histórias singulares, trazendo uma oportunidade do/a trabalhador/a ‘desanonimar’ o meio, tentando fazer valer ali suas próprias normas de vida, suas próprias referências, por meio de uma síntese pessoal de valores.

Retomando o triângulo Valores-Saber-Atividade: toda atividade de trabalho comporta debates de normas, os valores estão presentes no mais microscópico dos atos de trabalho, as escolhas de atividades, sobre as quais pesam os valores geram também trajetórias de saberes. Desta forma, “constroem-se, fazem-se e refazem-se indefinidamente triângulos que colocam em tensão Atividade-Valores-Saberes” (SCHWARTZ, 2007a, p. 13).

Ingredientes da competência

No que tange aos estudos sobre atividade humana, recorre-se às propostas de Yves Schwartz (1998) a respeito das competências, no texto “Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel”, o autor define competência como um conjunto de ingredientes necessários à execução de qualquer atividade, desta forma determinar competências para o trabalho trata-se de uma questão insolúvel, não sendo possível uma definição de competência separada das condições do dia a dia necessárias ao viver. “A competência é uma realidade vaga que recebe um

conteúdo em tendência no campo das atividades sociais; sendo assim, buscar definir suas condições nos limites equivaleria à busca absurda do que poderiam ser as competências necessárias para viver” (SCHWARTZ, 1998, p. 5).

Para Schwartz (2010), compreender a atividade de trabalho passa por perceber a existência de uma relação dialética entre os saberes da experiência e os saberes formais. “Isso permite restabelecer uma relação de interfecundação: a perspectiva ergológica chama isto de dispositivo dinâmico a três polos: considerar, fazer falar esses saberes de experiência investidos e, a partir daí, retrabalhar, recortar os conceitos mais formais” (SCHWARTZ, 2010, p. 45). Neste sentido, a proposição do Dispositivo Dinâmico à Três Polos – DD3P ampliou e aprofundou o conceito de Comunidade Científica Ampliada.

Cunha (2014b) no texto “A atividade entre a experiência e o conceito: fundamentos da abordagem ergológica do trabalho”, explica que a criação da Comunidade Científica Ampliada, conduzida pelo médico italiano Ivar Oddone com foco na experiência de trabalho dos metalúrgicos da FIAT automóveis na cidade de Turim nos anos 70 que possibilitou discutir a produção de saberes na relação saúde e trabalho, além de interpretar a realidade laboral tendo como base os conhecimentos científicos e a experiência dos operários.

No trabalho em comum entre pesquisadores e operários na Turim dos anos 70,

no bojo da instituição das Comunidades Científicas Ampliadas, Ivar Oddone discerne o problema do entendimento de parte a parte para compreender questões relacionadas à saúde operária e aos fatores de nocividade nos ambientes de trabalho dos metalúrgicos da FIAT. O que a equipe queria era compreender “o que faziam os operários, o que pensavam os operários, qual era o sentido e os objetivos de suas lutas, centradas sobre problemas de segurança e higiene” (ODDONE et al., 1981, p. 21 apud CUNHA, 2005, p. 15).

Esse movimento teve como finalidade articular, em uma confrontação permanente, os conhecimentos formais e a experiência dos trabalhadores, buscando soluções para problemas de saúde e segurança nos contextos produtivos. Conforme Schwartz (2000b) o conceito de Comunidade Científica Ampliada, proposto por Oddone, permitiu uma visão não mutilante do trabalho, trouxe respostas ao profundo mal-estar que o autor sentia em relação à diferença entre o patrimônio estocado, ensinado e o patrimônio vivo das atividades de trabalho.

Cunha (2014a, p. 3), ressalta que os estudos de Oddone vão além de ter contribuído substancialmente para o desenvolvimento de outras disciplinas, que ao longo dos tempos vieram se debruçar sobre o estudo do trabalho humano, ele também colaborou para os avanços nos modelos de prevenção dos riscos utilizados no âmbito do trabalho.

O conceito de Comunidade Científica Ampliada, também foi desenvolvido na tese de Yves Clot orientada por Yves Schwartz. De acordo com Clot et al. (2006) a noção de Comunidade Científica Ampliada modifica a comunidade científica incluindo os trabalhadores como protagonistas da psicologia do trabalho:

[...] não seria o de propor uma psicologia do trabalho alternativa, mas de mudar os protagonistas da psicologia do trabalho. Essa é uma ideia muito forte de Oddone, que é a de os trabalhadores “entrarem” na psicologia do trabalho por meio da “comunidade científica ampliada” e, de certa maneira, seria a psicologia do trabalhador. Assim, deve-se mudar a maneira de fazer a psicologia do trabalho e não propor uma outra psicologia do trabalho. E essa ideia eu desenvolvo na minha tese de doutorado com a orientação de Yves Schwartz. É uma ideia dele: a necessidade de transformar a comunidade científica. A comunidade científica deveria deixar ao trabalhador a possibilidade de ele mesmo afetar e controlar a psicologia do trabalho mediante formas de cooperação entre eles, como a co-análise do trabalho, que é o dispositivo de transformação. O ponto de partida da minha entrada na disciplina da psicologia do trabalho seria, então, propor uma nova forma de atividade comum no mundo do trabalho, com os trabalhadores (CLOT et al., 2006, p. 100).

Nas obras de Yves Schwartz o referencial ergológico avança na construção de espaços de discussão, de fomento de saberes e de troca de experiências possibilitando a produção de novos conhecimentos sobre o trabalho. A noção de Comunidade Científica Ampliada encontra-se na origem do Dispositivo Dinâmico à Três Polos, técnica utilizada para articulação entre os eixos da abordagem ergológica:

O dispositivo a três polos, a propósito do qual eu comecei a falar, por volta de 1993, é uma consequência direta da ideia de renonnalização na atividade. Inicialmente, temos o polo dos conceitos que comporta materiais para o conhecimento, por exemplo, sobre a distinção entre atividade prescrita e real, sobre a noção de mercado, sobre o corpo humano, sobre as práticas linguísticas, sobre a comunicação e as dificuldades de traduzir em palavras, que não podemos evitar (SCHWARTZ, 2000b, p. 44).

O primeiro polo – polo da desaderência – comporta saberes relativos às disciplinas científicas, saberes acadêmicos; de acordo Schwartz (2011a) saberes formalizados, construídos à distância temporal e espacialmente variável do que chamamos atividade; saberes acadêmicos, objetos de um esforço permanente de colocação em ordem teórica, de explicitação metódica e crítica.

No segundo polo – polo da aderência – concentra-se os saberes investidos, saberes desenvolvidos pelos trabalhadores em seu cotidiano, são sabe-

res diversamente ligados à singularidade das situações vividas, então em desaderência relativa, à proporção que elas escapam às dimensões as mais singulares dessas situações (SCHWARTZ, 2011a).

Segundo Cunha (2005) saberes investidos estão escondidos no corpo, configuram um patrimônio de sujeitos singulares, produto de suas experiências. Estes saberes investidos no corpo-si, proveniente do exercício do trabalho e da luta pela vida, são, em certos casos, formalizados, nas conversações, nas análises, nas observações e verbalizações das atividades situadas.

[...] o polo das “forças de convocação e de reconvoção”, que é o polo dos saberes gerados nas atividades. Os protagonistas destas atividades, portadores destes saberes, têm necessidade destes materiais para valorizar seus saberes específicos e transformar sua situação de trabalho. Descrições econômicas, modelos de gestão, categorizações sociais são encontradas sem cessar em seus meios de trabalho e é preciso tratá-los e, novamente, (re) tratá-los (SCHWARTZ, 2000b, p. 44).

Importante destacar que os saberes investidos têm inclinação para reprocessar os saberes científicos, polo da desaderência, são saberes mobilizados e produtores de renormalizações. Eles são convocados na dimensão singular e histórica do sujeito, estão em aderência aos seus valores. Para Schwartz (2003, p. 265) “não há vida humana que não seja chamada a viver naquilo que denomina-

mos aderência: seja a mobilização de nossas energias, incorporadas em nossas faculdades intelectuais em nossos equipamentos biológicos”.

Cunha (2009) corrobora a afirmação ao constatar que todo trabalho é permeado por um debate de valores que orienta as escolhas dos sujeitos:

Todo trabalho é permeado por um debate de valores que orienta as escolhas que fazem os trabalhadores no seu cotidiano e que se revelam na análise, por exemplo, das prioridades no emprego do tempo numa jornada de trabalho. A atividade humana, portanto, é sempre um debate entre normas antecedentes e re-normalizações técnicas, operacionais, éticas que produzem algo novo. A produção, a formalização e a transmissão e/ou comunicação desses saberes produzidos no retrabalho das normas antecedentes por toda atividade de trabalho devem ser objeto de confrontação com os saberes produzidos nos mais diversos campos científicos (CUNHA, 2009, p. 230).

O terceiro polo promove o confronto entre saberes em desaderência, ou seja, aqueles relativos as disciplinas acadêmicas, e os saberes em aderência, aqueles relativos à experiência. Este polo assegura a colaboração para construir uma nova forma de produção de saberes sobre trabalho. Schwartz (2000b) explica que, diferente do primeiro e segundo polo, o terceiro polo não contém saberes preestabelecidos ou saberes investidos:

O terceiro polo, contrariamente aos dois outros, não contém saberes pré-estocados ou saberes investidos nas atividades mas impõe, de uma parte, uma certa humildade dos universitários para retornar a palavra à atividade e, de outra parte, uma aceitação da disciplina do conceito e de sua aprendizagem pelos protagonistas das atividades. Enfim, o encontro fecundo destes dois polos não pode se produzir senão pela existência de um terceiro polo; aquele das exigências éticas e epistemológicas. Ele se articula sobre uma determinada filosofia da humanidade, uma maneira de ver o outro como seu semelhante. Isto quer dizer que vemos o outro como alguém com quem vamos aprender coisas sobre o que ele faz, como alguém de quem não pressupomos saber o que ele faz e porque faz, quais são seus valores e como eles têm sido “(re) tratados” (SCHWARTZ, 2000b, p. 44).

A citação explícita, que por meio do Dispositivo Dinâmico à Três Polos, busca-se fazer com os saberes científicos sejam alimentados pelos saberes da experiência, e vice e versa, tendo como foco os saberes e os valores pretende-se a definição de atividade. Schwartz (2007a) resume o Dispositivo Dinâmico à Três Polos:

[...] no *polo 1*, os saberes tendencialmente produzidos na desaderência; no *polo 2*, aqueles derivados das demandas do tratamento do vaivém entre aderência e desaderência; O *polo 3* pontua as convicções iniciais que impulsionam os protagonistas a se engajar nos processos em que

cada um deve retrabalhar seus próprios recursos, confrontando-os com os recursos dos outros (diálogos socráticos de duplo sentido) (SCHWARTZ, 2007a, p. 268).

Nessa perspectiva, o Dispositivo Dinâmico à Três Polos está intimamente relacionado aos conceitos de normas antecedentes e renormalizações, logo se relaciona também com o conceito de atividade. Ele se caracteriza como um dispositivo pluridisciplinar, Schwartz (2013, p. 330) “apresenta duas dimensões compatíveis no desenvolvimento da abordagem ergológica, com uma dimensão filosófica, antropológica e também epistemológica, porque a questão da cooperação pluridisciplinar ou interdisciplinar colocava grandes problemas epistemológicos”.

O Dispositivo Dinâmico à Três Polos é um conceito central no estudo da abordagem ergológica do trabalho:

[...] esse conceito, ele tem uma estreita relação com nosso conceito de atividade. Se existir atividade humana e atividade industriosa como debate de normas, quer dizer que ninguém pode antecipar perfeitamente as consequências do debate de normas, o que chamamos de renormalizações. Renormalizações são o resultado dos milhões de debates de normas que sempre se desenvolvem no trabalho. Se quisermos conhecer a atividade humana que se apresenta frente a nós, nas empresas, em qualquer situação onde existe atividade, não podemos va-

cular quanto ao resultado. Temos que nos dar um dispositivo para fazer o trabalho em comum (SCHWARTZ, 2013, p. 336).

O Dispositivo Dinâmico à Três Polos abre possibilidades para confrontar saberes e valores, permitindo renovar o conhecimento sobre a atividade humana, busca-se a epistemologia da atividade. Não obstante, é preciso ressaltar que os sujeitos não se encontram limitados a um polo, compreender a atividade humana não é apenas compreender como as pessoas detêm as normas antecedentes, as que são ensináveis – conceitos, saberes técnicos e acadêmicos pertinentes, prescrições e explicitações metódicas (polo 1). Inclui também entender quais valores são criados, recriados e tecidos socialmente, entender como a história é construída por meio das experiências e dos saberes próprios da vida (polo 2). Schwartz (2013, p. 330), conclui que nenhuma situação de trabalho pode ser abordada unicamente com esse patrimônio conceitual, porque esse patrimônio conceitual não pode antecipar as renormalizações, temos que trabalhar em comum entre os que detêm mais ou menos conceitos e os que são centros de renormalizações. O polo 3 é a confrontação dos dois polos em um processo dinâmico:

Porque se não compartilhamos esse antropológico da atividade humana, não precisamos de um dispositivo como esse. A ideia dominante é que existe, de um lado, os que sabem, ensinam, e, de outro, os que aprendem. Uma ideia que foi am-

plamente criticada por Paulo Freire. Por isso esse terceiro polo não pode ser identificado a ninguém. É uma preocupação comum, uma visão comum do homem como ser de atividade (SCHWARTZ, 2013, p. 337).

Resumidamente, o Dispositivo Dinâmico à Três Polos consiste na interação entre sujeitos atuantes em diferentes polos de pressão. De acordo com Trinquet (2010, p. 103) “o termo polo consiste em um lugar virtual onde se agregam, sintetizam-se e exprimem-se objetivos, competências, saberes e conhecimentos, interesses, etc., mais ou menos comuns, da realidade coletiva”. Trinquet (2010) explica que em cada polo existem grupos de pressão que buscam conhecer e reconhecer o seu ponto de vista, ressalta que são as origens e concepções diferentes, porém, complementares, o único meio de dispor de uma visão, a mais larga possível, da situação em questão.

Abordagem ergológica do trabalho e relações sociais de sexo

O contato com a produção científica sobre a abordagem ergológica do trabalho ampliou as possibilidades entendimento do papel da mulher no mundo do trabalho, bem como a importância de se discutir as implicações da divisão sexual do trabalho, tomando este no sentido amplo, como atividade humana capaz de transformar o meio.

Schwartz (2003) argumenta que a atividade de trabalho é invariavelmente entrelaçada de história:

[...] toda vida humana, porque ela é em parte uma experiência, é atravessada de história. Mas quando se trata do trabalho, se isto é verdade também, não se trata de uma “pequena história”, de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais: nenhuma situação humana, sem dúvida, concentra, “carrega” com ela tantos sedimentos, condensações, marcas de debates da história das sociedades humanas com elas mesmas quanto as situações de trabalho: os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas; as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que entrelaçam e *opõem os homens entre si*, tudo isto cristaliza produtos da história anterior da humanidade e dos povos (SCHWARTZ, 2003, p. 23, grifos do autor).

Na constatação de que a atividade de trabalho está entrelaçada pelas relações sociais, Hirata e Kérigoat (1994) explicam que as condições de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas, portanto analisar os postos de trabalho em termos de unidade de classe operária sem considerar o gênero, poderá levar a um conhecimento falso das relações de trabalho.

A hipótese inicial desta pesquisa é que a divisão do trabalho, baseada na dinâmica de “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, toma como refe-

rência a diferença sexual. Mulheres e homens são direcionados a assumirem diferentes funções sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas e não outras. No entanto, esta divisão baseada na concepção de que a diferença biológica dos sexos masculino e feminino representaria também uma diferença de habilidades e competências, que mulheres e homens carregariam naturalmente em seus corpos biológicos, são argumentos que contribuem para a desvalorização do trabalho feminino, naturalizando as desigualdades entre os sexos.

Dar visibilidade ao modo singular da atividade feminina frente às proposições do meio é o fio de onde pode-se tecer a trama para compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

A formação profissional de uma trabalhadora é impactada por competências, mais ou menos invisíveis, decorrentes da experiência nas diferentes esferas sociais. Duas dessas esferas, a do trabalho doméstico e a do trabalho produtivo, são particularmente importantes na estruturação de saberes e na constituição de valores pertinentes ao mundo do trabalho. Em uma leitura das relações sociais de sexo como uso de si, na abordagem ergológica, busca-se reconhecer tanto a determinação social entre

feminino e masculino – o uso de si pelos outros – quanto uma estratégia de ação sobre essa mesma determinação (uso de si por si).

Uma das problematizações colocadas é a tendências de elegerem e supervalorizarem algumas habilidades e competências em detrimentos de outras e atribuí-las diferentemente à mulher e ao homem – como se fosse um processo natural. Tal concepção de naturalização tem sido confrontada ao se discutir a dinâmica de incorporação de mulheres no mundo do trabalho, intensas transformações tem sido observadas, para citar um exemplo; a crescente participação de mulheres em áreas/setores socialmente consideradas masculinas. Ainda que no seio das transformações se conservem algumas permanências – designar majoritariamente às mulheres atividades gratuitas e invisíveis realizadas no espaço privado, cuidados e afazeres domésticos, sob a forma de atributos “naturais” femininos.

Ao analisar a presença da mulher no mundo do trabalho, observam-se dois aspectos, o primeiro refere-se ao quantitativo do sexo feminino na composição de determinadas áreas/setores e profissões/ocupações. O segundo concerne a aspectos qualitativos da transformação das profissões/ocupações onde tarefas/atividades que reproduzam um saber construído como socialmente feminino torna a profissão/ocupação desvalorizada socialmente. Yannoulas (2011) propõe os conceitos de feminilização e feminização para diferenciar esses dois aspectos do trabalho da mulher:

Um significado quantitativo que optamos por denominar de feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação; sua mensuração e análise realizam-se por meio de dados estatísticos e um significado qualitativo que denominaremos feminização que alude às transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação, originadas a partir da feminilização ou aumento quantitativo e vinculadas à concepção de gênero predominante em uma época (YANNOULAS, 2011, p. 271).

Ressalta-se que os “aspectos quantitativos são inerentes aos processos de transformação da composição sexual no mundo do trabalho, todavia os aspectos qualitativos da transformação dizem respeito à associação de certas características generalizadas, o que torna sua compreensão não tão evidente” (YANNOULAS, 2011, p. 273).

Na perspectiva de uma análise crítica, pretende-se discutir o papel da dimensão do sexo do indivíduo na construção da atividade de trabalho, questiona-se como a dimensão individual e o sexo estruturam as expectativas e conformam a ação social, sendo essa perspectiva especialmente importante para compreender as diferentes trajetórias percorridas por homens e mulheres no trabalho. Buscando captar como homens e mulheres, socializados conforme seu sexo/corpo biológico experienciam o processo de trabalho e são capazes de realizar sua atividade, assim como refletir como

eles são afetados pelo ambiente organizacional concernentes ao/a trabalhador/a.

Enquanto categoria de análise, sexo e gênero são dimensões fundamentais da vida social, correspondem a categorias mutuamente articuladas de análise das relações sociais. De forma simplificada considera-se aqui que, o termo sexo remete ao ser biológico/natural e o termo gênero refere-se à gradativa construção social/cultural a partir deste sexo biológico, sendo que o elemento fundador de ordem biológica é, com frequência, destacado para justificar, ideologicamente, aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres (PEDRO, 2005).

A partir desta assertiva, um dos problemas a serem investigados nesta pesquisa é a pertinência de se considerar os saberes de forma sexuada e imputá-los às mulheres e aos homens de maneira natural. Parte-se do pressuposto de que não é pertinente tal naturalização, neste contexto. A categoria sexo aqui proposta busca combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres, discutindo a opressão da mulher como socialmente construída.

Guimarães (2016, p. 32) defende a tese de que a “sociologia se constrói como reflexão científica à medida que supera e demonstra o caráter fundamentalmente histórico e socialmente construído dos seus objetos, anteriormente pensados como pertencentes à natureza”. Neste sentido o autor ressalta a importância de estudos acerca da defi-

nição social dos sexos, uma vez que o termo ainda encontra muita resistência em ser pensado fora do contexto biológico/natural.

Weber (2003) apud Guimarães (2016), propõe uma inversão metodológica, ao analisar o conceito de raça para a sociologia: “em lugar de pensar a raça como expressão de características imanentes de uma certa biologia humana, que condicionaria o comportamento social, Weber se perguntou sobre o que a crença na ideia de raça, na sua existência, poderia significar em termos de formação de comunidades” (GUIMARÃES, 2016, p. 7).

De forma análoga, propõe-se pensar o conceito de sexo além do determinismo biológico, argumenta-se que, embora mulheres e homens tenham diferenças biológicas, no mundo do trabalho as dificuldades enfrentadas pelas mulheres geralmente decorrem das normas de gênero, expectativas e oportunidades diferentes em relação a mulheres e homens, e não das diferenças biológicas entre os sexos. De acordo com Guimarães (2016, p. 18), “o sexo enquanto objeto sociológico é tão somente uma relação de poder a partir da qual operam outros processos sociais diversos”.

Ao abordar a pluridisciplinaridade na abordagem ergológica e a conjunção de saberes Trinquet (2010), faz uma analogia com a formação de uma molécula de água, onde dois elementos químicos diferentes (hidrogênio e oxigênio) se ligam para constituir uma substância nova:

A conjunção desses saberes é análoga a uma situação química, quando se mistura um átomo de oxigênio – que é um gás – com dois átomos de hidrogênio – que também é um gás –, obtém-se a água, que é um líquido. Nessa água, certamente, há oxigênio e hidrogênio, mas, a sua natureza é muito diferente; o que sinaliza a abertura de outras possibilidades e aplicações que esses dois gases originais podem oferecer (TRINQUET, 2010, p. 95).

A partir da analogia o autor conclui que a água não coloca em questão os valores e os interesses intrínsecos do oxigênio e do hidrogênio, apenas constata que a soma de vários elementos diferentes resulta em um composto diferente (TRINQUET, 2010). Extrapolando o que foi dito por Trinquet (2010), procura-se aqui estabelecer uma interlocução entre a abordagem ergológica e o conceito de consubstancialidade elaborado por Kérigoat (2002).

Partindo da ideia de relações coextensivas que se sobrepõem: a exploração de classe e a opressão de sexo/gênero como indissolúveis, tornam-se relevante utilizar-se do conceito de consubstancialidade elaborado por Kérigoat em 1978 em termos de articulação entre as relações sociais de sexo e classe social, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça (HIRATA, 2014). A autora explica o termo consubstancialidade a partir do paradoxo das relações sociais de sexo, exemplificando que a melhoria na situação da mulher no mercado de trabalho ao mesmo tempo intensifica a divisão sexual do trabalho, pois:

[...] tudo muda, mas tudo permanece igual. Esse paradoxo me parece bastante ilustrativo dos impasses que um tipo de pensamento que segmenta as relações sociais, que os considera isoladamente, enfrenta. A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KÉRGOAT, 2010, p. 94).

De acordo com Hirata (1995, p. 40), conceituar as relações sociais em termos de coextensividade, explica que “a exploração no trabalho assalariado e a opressão de sexo são indissolúveis; a esfera da exploração econômica – ou a das relações de classe – é, ao mesmo tempo a esfera em que se exerce o poder masculino sobre as mulheres”. Gerando assim desigualdades de oportunidades que legitimam hierarquias, configurando-se uma valorização diferenciada do trabalho masculino e feminino, sendo aquele mais valorizado do que este.

3

Estratégias de Aproximação do Objeto de Pesquisa

Para uma aproximação do objeto de pesquisa dois percursos foram seguidos, levantamento bibliográfico – considerações sobre a prescrição e inferências sobre o trabalho real – e estudo preliminar – participar do curso de corte/costura e observar uma costureira fazendo uma camisa feminina.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998), no *Manual de Investigação em Ciências Sociais* a pesquisa exploratória comporta tanto as operações de leitura, que visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização quanto métodos complementares (observação/entrevista) que ajudam a/o pesquisadora/or a se conectar com a realidade vivida pelos sujeitos de pesquisa.

Primeiro, fez-se um levantamento por produções científicas sobre os temas a serem estudados, e por meio da leitura dos resumos dos trabalhos foram selecionadas teses e dissertações que demonstraram maior pertinência com os objetivos deste estudo, então foi elaborada uma sistematização do conhecimento sobre o tema central dos mesmos. Essa sistematização compõe este capítulo e são tomadas como parte importante na construção da pesquisa.

Esse levantamento bibliográfico constituiu o embasamento necessário e básico para a realiza-

ção do estudo, conforme esclarece Gil (2002) a pesquisa bibliográfica trata-se de uma etapa preliminar com duplo propósito: fornece fundamentação teórica ao trabalho e identifica o estágio atual do conhecimento de determinado tema. O autor esclarece ainda que, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

O segundo percurso de aproximação contou com um estudo preliminar, a pesquisadora participou de um curso de Corte e Costura com duração de 4 (quatro) meses e acompanhou durante 2 (dois) dias o trabalho de uma costureira para fabricar uma camisa feminina. Este estudo prévio teve a finalidade principal de elaborar um instrumento de coleta de dados baseado nas experiências reais dos sujeitos de pesquisa, no seu vocabulário e ambiente de trabalho.

Contexto do trabalho

O objetivo desta seção, de natureza descritiva, é contextualizar o trabalho na confecção têxtil, buscando compreender como se processa a inter-relação entre as características dos/as trabalhadores/as com aquelas oriundas da situação de trabalho.

Abraão (2000) explica que no trabalho sempre existe uma diferença entre o que é previsto e o que

é realizado e que a resposta dos/as trabalhadores/as a esta variabilidade era entendida como o afastamento do trabalho prescrito e, portanto, como um risco à qualidade da produção. No entanto a autora ressalta que essa resposta se torna na verdade um fator positivo para a produtividade, pois incorpora as competências do/a trabalhador/a.

Para atingir o objetivo proposto, contextualização das condições de trabalho na confecção têxtil, realizou-se uma busca por produções científicas sobre os temas a serem estudados, esta pesquisa contou com a seleção de teses e dissertações disponíveis no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).³ Utilizou-se os descritores, indústria *and* confecção têxtil. A pesquisa retornou 76 teses e dissertações. Por meio da leitura dos resumos dos trabalhos foram selecionadas teses e dissertações que demonstraram maior consistência com os objetivos deste estudo, e então foi elaborada uma sistematização do conhecimento sobre o tema central dos mesmos.

Para ampliar a percepção do tema, tornou-se significativo trazer a visão de autoras/es que discutem o tema trabalho, de forma a contribuir para a compreensão de questões fundamentais acerca das tensões presentes no triângulo: Valores-Saber-Atividade.

3. Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced>

Considerações sobre a prescrição

Mesmo não sendo objetivo desta pesquisa analisar detalhadamente a prescrição das tarefas na confecção têxtil, essa tentativa de descrição será importante para mapear a problemática da pesquisa a partir de trabalhos já publicados.

Partindo da análise da tarefa, procurou-se reconhecer nas teses selecionadas resultados relacionados a instruções de trabalho, requisitos físicos e organizacionais para execução das tarefas na confecção de roupas feitas por costureiras. Dessa maneira, buscou-se identificar na literatura elementos que possam auxiliar as discussões propostas nesta pesquisa.

Monteiro (2008), em sua tese de doutoramento, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, realizou a pesquisa em empresas do setor têxtil e de confecção, intencionando analisar questões referentes à organização produtiva e sua relação com a qualidade e o desenvolvimento de produtos.

A qualidade de produtos e processos deve ser planejada durante o projeto do produto, controlada durante seu processo produtivo e finalmente deverão ser previstas fases de melhorias da qualidade nas quais as revisões no processo podem reduzir os erros crônicos da produção (JURAN; GRAYNA, 1991 apud MONTEIRO, 2008, p. 30).

A partir dos diversos conceitos de qualidade discutidos na pesquisa, o autor concluiu que para se atingir um alto grau de qualidade é necessário um elevado controle do processo produtivo, para que as especificações do projeto sejam atingidas.

Pereira e Aranha (2006) trazem uma crítica a esse modelo produtivo, no qual predominam a padronização de métodos e o treinamento do/a trabalhador/a para seguir rigorosamente o prescrito,

Deparamo-nos, assim, com a busca da eliminação da individualidade e a tentativa de eliminar o que é da ordem da subjetividade das trabalhadoras, dentro de um processo de uniformização no qual todas as trabalhadoras são consideradas iguais dentro de relações estabelecidas no mercado. Sendo assim, o que determina o valor trabalho não é a qualificação de cada uma dessas trabalhadoras, a sua relação específica com o trabalho e seu produto, e sim a fria lógica da produtividade, ainda que com a busca permanente da qualidade (PEREIRA; ARANHA, 2006, p. 110).

As autoras levantam o debate ao constatarem que a qualificação da trabalhadora costureira (geralmente construída na prática) e a qualidade do produto final se expressam em singularidades como, a liberdade de trabalho, o fato delas conhecerem todo maquinário e dominarem todo o processo de produção, além de questões mais subjetivas como tentar cultivar a confiança e amizade, “entre outros comportamentos e valores, tais como

o trabalhar com amor, trabalhar com qualidade, trabalhar com capricho, que se constituem num corpo de saberes que são fundamentais para essas trabalhadoras.” (PEREIRA; ARANHA, 2006, p. 106).

Sobre o processo de produção de uma empresa de confecção, entre outras constatações, Monteiro (2008) observou que o elevado volume de produção exige que a costura seja realizada de forma mais rápida, sendo essa uma das causas do elevado índice de peças defeituosas. Outras variáveis analisadas foram o tempo de experiência e a idade dos/as operadores/as. Assim, ele identificou que quanto maior o tempo de experiência menor o percentual de peças produzidas com defeito. Quanto à idade não foi identificada relação com o percentual de peças com defeito.

O objetivo geral de Monteiro (2008) em seu estudo, era analisar as práticas de gestão da qualidade adotadas pelas empresas, ele evidenciou que o uso de ferramentas estatísticas da qualidade e a gestão do sistema da qualidade foram essenciais para conduzir o processo produtivo, sendo uma forma para contribuir para o aprimoramento da qualidade de processos e conseqüentemente dos produtos. Desta forma, concluiu que, “uma boa gestão da qualidade se mostrou indispensável para a permanência das empresas no mercado cada vez mais competitivo, sendo responsável pela redução do custo, perdas e retrabalhos no processo produtivo” (MONTEIRO, 2008, p. 218).

A qualidade do produto também se apresentou como tema central abordado por Fischer (2016), a partir de uma abordagem ergológica procurou-se refletir sobre saberes e valores dos sujeitos da pesquisa.

Essas situações provocaram reflexões sobre as normas coletivas de qualidade e as escolhas individuais que perpassam a confecção, conforme pudemos perceber em diálogos com os coletivos de cada setor da cooperativa. O tema que era objeto de muitas e permanentes reflexões do grupo, em suas próprias assembleias, indicando algo de difícil solução. Tais constatações sinalizaram para a necessidade de aprofundamento sobre quais são e como vêm se construindo entendimentos e práticas de qualidade e em que medida estão associados às ideias de identidade profissional, profissionalização e de profissionalidade (FISCHER, 2016, p. 115).

A partir da pesquisa, a autora constatou que os parâmetros de qualidade do trabalho foram majoritariamente construídos na relação indissociável entre saber-fazer. Evidenciando a problemática naturalização da divisão social do trabalho entre concepção e execução.

Desta forma, as diferentes perspectivas apresentadas para a questão da qualidade do processo e produto são importantes para a reflexão em torno das experiências dos/as trabalhadores/as que vivenciam a separação entre concepção e execução e a possibilidade de construção de novos saberes.

Considerando a necessidade de sistematizar os processos produtivos da indústria de confecção têxtil e buscando na engenharia ferramentas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do setor, Vicentini (2010) desenvolveu no programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica sua tese de doutorado, ao questionar quais as particularidades e qual abordagem seria mais adequada para desenvolvimento de produtos têxteis e de confecção. A autora ressaltou que a escolha da indústria de confecção têxtil como campo de análise se deu por essa problemática se colocar de forma muito diferente dos objetos usualmente estudados na engenharia mecânica, sendo, portanto, um desafio pesquisar como os produtos têxteis são produzidos.

Com o objetivo de propor um método e um conjunto de ferramentas técnicas para desenvolvimento de produtos têxteis visando possibilitar maior agilidade e flexibilização no processo produtivo, Vicentini (2010) propõe um conjunto de ações, onde são prescritas cada etapa do projeto e as tarefas envolvidas. No entanto, a autora pondera sobre as dificuldades em prescrever cada tarefa, devido às características distintas dos produtos da confecção têxtil, tais como: “alto apelo estético e de inovação, curto ciclo de vida, exíguo tempo de desenvolvimento, são altamente orientados para o mercado, e o desenvolvimento desse tipo de produto é feito com o objetivo de criar coleções com características próprias” (VICENTINI, 2010, p. 2).

Explicando a metodologia proposta, Vicentini (2010) descreve que após a realização do projeto preliminar, as soluções construtivas são detalhadas, cada componente é calculado, desenhado e otimizado para ser enviado à linha de montagem.

A primeira etapa do projeto detalhado é a especificação de subsistemas, ou seja, o detalhamento de todas as partes constituintes do produto. Até aqui o que se propôs foi uma visão geral do produto. No projeto detalhado serão analisados todos os subsistemas individualmente e serão especificados os componentes, suas funções, materiais, quantidades e métodos de aplicação. Outro passo importante é a descrição das partes e posterior desenho de montagem cujos objetivos são mostrar como os componentes se ajustam entre. A lista de materiais deve acompanhar este desenho (VICENTINI, 2010, p. 106).

Por fim, são gerados os desenhos de montagem e também uma ficha técnica que deverá conter todas as informações sobre o produto.

A partir da leitura da tese, observou-se que durante a aplicação da metodologia de projeto, diversas situações escaparam à prescrição da tarefa. Vicentini (2010, p. 130) destacou que ficou evidente um desconforto inicial por parte dos/as trabalhadores/as, e explica que a princípio houve resistência por parte das pessoas envolvidas no processo, alegando que um procedimento desta natureza afetaria o processo de livre criação, sendo que quanto à execução da metodologia, etapa a etapa, em alguns momentos tornou-se trabalhosa.

O trabalho neste departamento é intenso e pouco organizado, dificultando o controle de custos e tempo. Também não há registros e documentos das tarefas efetuadas, apenas algumas planilhas de custos. Após a seleção das peças piloto é que são pesquisados fornecedores das matérias-primas, o que ocasiona atrasos consideráveis na entrega da mesma, quando não há necessidade de mudança dos tecidos escolhidos por impossibilidade de atendimento por parte do fornecedor (VICENTINI, 2010, p. 113).

Ao analisar os resultados encontrados, a autora destacou que foram necessárias revisões no método e ferramentas técnicas para adaptação à realidade da atividade a que se destinava a prescrição da tarefa, também relatou que foram necessárias várias reuniões e explicações para a aceitação do método proposto. Por exemplo, em alguns pontos: “Houve grande dificuldade em mensurar quantitativamente parâmetros subjetivos ligados ao vestuário, o que na prática inviabilizou sua utilização” (VICENTINI, 2010, p. 131).

Apesar das dificuldades encontradas Vicentini (2010, p. 131) concluiu que “a aplicação da metodologia de projetos para a criação de produtos têxteis mostrou-se satisfatória, por organizar de forma sistemática todo o processo de criação”. Sendo motivadora a possibilidade de avaliar passo a passo da tarefa que estava sendo executada.

A partir das averiguações de Monteiro (2008), Vicentini (2010) e de outros/as autores/as reforça-

-se a importância de debater a distância entre trabalho prescrito e trabalho real para a compreensão da relação do sujeito com seu trabalho.

Em relação a questões inerentes ao trabalho prescrito e os requisitos físicos para execução da tarefa, constatou-se, a partir da revisão da literatura, um conjunto de fatores relacionados à presença da nocividade na atividade de trabalho das costureiras, “a função requer o uso repetitivo e coordenado do tronco, extremidades superiores e inferiores das operárias que trabalham em postura sentada prolongada, com a região das costas curvada e a cabeça dirigida para a máquina de costura,” (PIZYBLSKI, 2015, p. 12), condições de trabalho frequentemente associadas a doenças ocupacionais. Além da atividade de costura requerer muita atenção e movimentos minuciosos de braços, mãos, pernas e pés no pedal da máquina.

Também Moretto, Chesani e Grillo (2017) destacaram:

[...] no trabalho realizado por costureiras as posturas incorretas, que causam dores difusas pelo corpo devido à diminuição da circulação e cansaço dos músculos de membros inferiores e superiores, e das colunas lombar e cervical, pois exigem habilidade, destreza, boa visão, atenção e muita concentração, uma vez que é uma atividade monótona, repetitiva e cansativa. Essas ocorrências interferem na qualidade de vida dessas trabalhadoras, uma vez que se observaram alterações

importantes nas profissionais com relato de dor (MORETTO; CHESANI; GRILLO, 2017. p. 164).

De acordo com Trierweiller et al. (2008, p. 3), “compreender as estratégias utilizadas pelos/as trabalhadores/as para elaborar a tarefa e executar sua atividade, diante das prescrições e das condições do trabalho, requer a identificação do trabalho prescrito (tarefa), do trabalho real (atividade) e das condições de trabalho”.

Neste sentido, tanto o conceito de tarefa, quanto de atividade parte do conceito de trabalho, a tarefa pode ser entendida como o trabalho prescrito, mas não deve ser confundida com o trabalho, conforme alerta Guérin et al. (2001), a tarefa seria o resultado antecipado, fixado dentro de condições determinadas, isso não quer dizer que as condições determinadas sejam as condições reais e o resultado antecipado seja o resultado efetivo. Já a atividade pode ser definida como a maneira em que os resultados são obtidos e os meios utilizados, sendo entendida como uma estratégia de adaptação à situação real de trabalho, objeto da prescrição. Completa-se, que o trabalho prescrito está contido no vasto universo do trabalho real.

Tentativas de inferências sobre o trabalho real

Pereira (2011) realizou sua pesquisa de doutorado no programa de Pós-Graduação em Sociologia, com trabalhadoras da confecção, visando investi-

gar como as trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção, inseridas nos processos de flexibilização e nas mudanças recentes no mundo do trabalho constroem sua identidade profissional. Ao analisar a articulação entre modelo taylorista/fordista de produção e a nova organização produtiva que tem como principal característica a flexibilidade, a autora fez constatações importantes sobre a atividade de trabalho das costureiras.

Nessa conjuntura, há trabalhadoras a domicílio que maximizam suas chances, desenvolvem suas potencialidades, descobrem que têm capacidades de entender que, anteriormente eram abafadas pela rigidez do sistema fordista, característico ainda hoje do trabalho dentro da fábrica. Mas, também há aquelas que não conseguem enfrentar essa nova realidade e se acham comprometidas dentro dessa nova conjuntura. Essas trabalhadoras se veem expostas e fragilizadas e sem os amparos dos sistemas de regulação coletiva (PEREIRA, 2011, p. 14).

Com o declínio, ainda que parcial, das organizações tecnicistas e fragmentadas, Schwartz (2000a) chama a atenção para a necessidade de compreender as transformações do trabalho a partir da análise dos saberes, laços coletivos, valores e as contradições presentes nos novos modelos de organização. “No modelo taylorista, existia uma ambição de previsibilidade exaustiva o que anularia toda a produção de saber no próprio curso da ati-

vidade, porque o posto de trabalho era apenas uma sequência de soluções já pensadas por outros” (SCHWARTZ, 2003, p. 22).

No entanto, sendo a atividade de trabalho atravessada de história e “toda atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vidas, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros” (SCHWARTZ, 2003, p. 23).

Pereira (2011) ao investigar o que motivou a “escolha” das mulheres por trabalhar a domicílio, percebeu-se que essa inserção se deu predominantemente por alguma forma anterior de exclusão, sendo mulheres: “a) com filhos pequenos e que ainda demandam cuidados; b) sem qualificação específica para as atividades de costura; c) com pouca experiência profissional; d) consideradas com idade avançada para o exercício da atividade”.

Não obstante, averiguou que outros motivos também foram apontados para a “escolha” desta modalidade de trabalho, como o desejo de trabalhar por conta própria, ou ter um negócio. Apesar disso, “a maior parte das trabalhadoras entrevistadas não manifesta qualquer desejo de formalização de um negócio (prestação de serviço de facção) ou empreendimento de fabricação própria” (PEREIRA, 2011, p. 121). Neste contexto, conforme alerta Lima (2009), quando identificada como trabalhadora por conta própria “a costureira pode passar a se alimentar de uma enganosa liberdade e auto-

nomia, que esconde uma ideologia de exploração, com piores condições de trabalho, maior jornada e ausência de direitos”.

Pereira (2011) pesquisou sobre as condições do trabalho das costureiras, contribuindo para a reflexão em torno da problemática desta pesquisa, que posteriormente foram averiguadas em campo por meio de uma análise ergológica do trabalho da mulher costureira. Quanto às habilidades e competências requeridas, Pereira (2011) constata que, mesmo que executem atividades fragmentadas – por exemplo, fechar ombro ou fechar lateral da camisa –, as trabalhadoras precisam ter um domínio de todo o processo de produção. Elas também precisam responsabilizar-se pela execução da peça e eventual defeito.

Barbosa (2015) corrobora a constatação:

Trabalhando em casa e sozinhas, era necessário ter o conhecimento de todo o processo da costura desde a criação, passando pelo desenho e confecção dos moldes, o corte, o alinhar, o costurar, consertar, bordar e, muitas vezes, produzindo modelos próprios. Como seu aprendizado se deu, ao longo dos anos, distante dos espaços legítimos de formação, elas aprenderam muito do seu fazer, sozinhas (BARBOSA, 2015, p. 121).

Quanto ao reconhecimento dos saberes e qualificação, de acordo com Pereira (2011, p. 219-220) em relação à formação técnica formal, há apontamentos de que esta não forneceria à trabalhadora a qua-

lificação necessária para atuar como trabalhadora da confecção. O trabalho é aprendido nas relações que estabeleceram dentro da própria indústria de confecção, nas fábricas e com trabalhadoras a domicílio mais experientes. No entanto, ainda assim, prevalece a desqualificação do trabalho feminino considerado inferior por demandar qualidades constituídas na esfera do trabalho reprodutivo.

Para Hirata (2002) na esfera reprodutiva, prevalece produção de valores de uso e não mercantis, dificultando a valorização do trabalho doméstico e os saberes nele produzidos. Neste sentido, Schwartz (1996, p. 147) explica que o “valor mercantil do trabalho é o ponto de partida, mas não o único para o entendimento de questões como centralidade ou não do trabalho, ressaltando a importância de circulações entre o trabalho mercantil e outras formas de atividades”.

Schwartz (1996) questiona o que é que constitui “valor” no trabalho, procurando delinear modelos de quantificação do valor do trabalho,

[...] para a construção de um conceito óbvio de trabalho: o tempo dedicado para o trabalho traçaria uma clara linha de demarcação entre “trabalho” e “não-trabalho”, entre a esfera do tempo “público” e a esfera do tempo “privado” ou do tempo para si mesmo, e abriria o campo para os modelos de quantificação e de medida do “valor” trabalho (SCHWARTZ, 1996, p. 148).

O autor continua a reflexão, indicando que o entendimento que o “trabalho tem valor porque é produtor ou matriz do laço social” (SCHWARTZ, 1996, p.150), seria uma denominação interessante para o questionamento. Procurando aclarar o conceito, Schwartz (1996, p. 151) afirma, “todo pensamento sobre o valor do trabalho deve tentar articular as circulações e as barreiras entre a forma do trabalho como mercadoria e os outros momentos da vida humana”.

No complexo entendimento do valor no trabalho, inserem-se os questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, sob o ponto de vista da mulher trabalhadora, desafios e barreiras enfrentadas por elas para se inserirem, permanecerem e ascenderem no trabalho produtivo. Conforme Kérigoat (2002) tem-se por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva (público) e das mulheres à esfera reprodutiva (privada), como também simultaneamente a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado.

No programa de Pós-Graduação em Educação, Barbosa (2015) pesquisou sobre a história de vida e trajetórias profissionais de mulheres costureiras, com o objetivo de compreender sobre seus saberes na perspectiva de entender como se tornaram costureiras. A pesquisa constatou uma invisibilidade dos saberes da mulher, “saberes tão complexos transmitidos pelas mulheres, aprendidos, produzidos e mobilizados na atividade de

trabalho são naturalizados e pouco valorizados.” (BARBOSA, 2015, p. 20).

Schwartz (2003, p. 23) relata que “fazer história é requestionar e recombinar os saberes”, alertando que ignorar este fato no ofício da pesquisa seria mutilar a atividade dos homens e mulheres. Sendo assim, percorrendo a narrativa das entrevistadas, Barbosa (2015, p. 63) trouxe elementos sobre o saber-fazer das costureiras: “aprendeu a costurar sozinha, ainda na infância, observando a tia. Olhava a tia costurar e achava que aquilo era uma grande coisa e queria aprender”. Além de elementos ligados à fadiga e ao sofrimento: “ela adoeceu da coluna, justamente por causa dos anos de trabalho sentada junto à máquina e não pôde mais voltar a trabalhar. Chegou a fazer tratamento até que o médico informou que, se quisesse melhorar, teria que parar de costurar” (BARBOSA, 2015, p. 70).

Em relação aos saberes da experiência e o processo de se tornarem trabalhadoras costureiras, Barbosa (2015) conclui que desde a infância essas mulheres possuíam saberes diversos relacionados às atividades manuais, aprenderam a profissão com outras mulheres na família ou na vizinhança, observando e fazendo errado. Pereira (2006, p. 110) chegou a conclusões semelhantes, “aprender a costurar constitui-se uma atividade imbricada à mulher. Isso porque costurar é tido como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo o aprendizado deste um processo totalmente naturalizado na formação das mulheres”.

Além do saber diretamente relacionado à prática de costurar, outros saberes são importantes para as trabalhadoras costureiras, a organização do trabalho, as noções de moda e medidas do corpo e a autogestão do trabalho são alguns exemplos. Nesse sentido, a pesquisa de Barbosa (2015) revelou que mesmo sem qualificação formal específica e realizando um trabalho de pouco reconhecimento social, essas trabalhadoras conseguiram uma remuneração do seu trabalho possibilitando manter-se com dignidade. Desvelando que os saberes do trabalho e da experiência possuem uma dimensão central na vida destas mulheres trabalhadoras.

O trabalho na confecção têxtil é tema estudado em diversas áreas do conhecimento, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Sociologia e Educação, foram alguns exemplos destacados nesta revisão de literatura.

Estudo Preliminar

A natureza qualitativa e contextual do estudo preliminar se aproxima do procedimento metodológico denominado pesquisa exploratória, conforme definido por Quivy e Campenhoudt (1998, p. 72), “Define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer”.

Poder-se-ia pensar o local escolhido para a pesquisa empírica, sala de costura de costureiras que trabalham em casa, como um ambiente bastante comum e rotineiro, o estudo preliminar permitiu a pesquisadora minimizar os efeitos que distorcem a percepção, permitiu que a realidade fosse percebida tal como ela é, e não como a pesquisadora pensava que fosse.

A pesquisa analítica, da maneira proposta neste estudo, ocorreu de forma aberta e flexível com o objetivo de encontrar pistas de reflexão, descobrir enfoques e percepções, contribuindo para que, pouco a pouco, as percepções da pesquisadora fosse se ajustando à percepção dos sujeitos de pesquisa. Essas estratégias permitiram um entendimento do objeto de pesquisa, e possibilitaram a definição de um percurso metodológico que favorecesse a sua ampliação.

Curso de corte e costura

Este item inicia-se com uma descrição do Curso de Corte e Costura. O Curso é ministrado por uma costureira com mais de 40 de profissão, chamada Madrepérola. Para a implantação do curso, Madrepérola vivenciou algumas dificuldades pelo fato de não contar com recursos financeiros para aquisição dos equipamentos para ministrar as aulas práticas. Outra dificuldade foi encontrar um espaço físico com estrutura adequada. Assim, Madrepérola precisou associar-se ao projeto “Ação

Social” organizado pela Paróquia Nossa Senhora da Glória (localizada na região metropolitana de Belo Horizonte).⁴

O curso não é exclusivo para mulheres, no entanto a responsável pelo projeto “Ação Social” e também a professora Madrepérola relataram que durante o tempo em que estão no projeto nenhum homem fez inscrição no curso de Corte e Costura, desta forma neste texto optou-se por utilizar apenas o termo alunas para designar quem fez o curso.

A seleção das alunas: a cada semestre são disponibilizadas 30 vagas distribuídas em 03 turmas. Realiza-se uma inscrição previa para preencher a quantidade de vagas em cada turma/horário. É cobrado das alunas uma mensalidade com valor simbólico de R\$50,00 às alunas que não tem condições de contribuir com o valor da mensalidade é concedida a isenção do valor.

Madrepérola ministra o curso de forma voluntária, o projeto social disponibiliza a sala com infraestrutura e os equipamentos. A compra de insumos de uso coletivo, por exemplo agulhas e linhas são adquiridos por meio de doações. Os materiais de uso individual são adquiridos por cada aluna, antes de iniciar o curso cada aluna recebe uma lista de material, deve-se providenciar uma régua/esquadro de costura, papel Kraft, alfinetes, fita métrica, tecido e outros.

A professora: Madrepérola, 72 anos, viúva, dois filhos e uma filha. Trabalhou como costureira por

4. Conforme o “Termo de anuência”, para a realização da pesquisa no curso de corte e costura, foi solicitado a anuência da organização.

mais de 40 anos, aprendeu o ofício observando a mãe costurar. Ao longo da vida procurou se aprimorar realizando diversos cursos de modelagem e técnicas de costura.

Madrepérola diz que atualmente não tem condições de costurar profissionalmente, ela sente muitas dores, principalmente nas costas e punho. A profissão de costureira é considerada monótona e repetitiva, o trabalho é realizado na postura sentada, na maioria das vezes, acarreta grande sobrecarga na coluna vertebral e nos membros superiores. No entanto, Madrepérola expressa ser apaixonada pela profissão que exerceu por mais de quarenta anos, por isso quando se aposentou decidiu ensinar o ofício.

Na elaboração da proposta do curso, Madrepérola desenhou seu projeto para atender a demanda de quem busca qualificação como costureira, ela pretende ser participante e contribuir na melhoria da qualidade de vida de suas alunas. Para tanto, ela compartilha seus saberes e valores visando o empoderamento feminino e oferece conhecimentos específicos para o exercício da atividade profissional de costureira. Além disso, intenciona promover nas alunas competências que considera importantes para a costureira profissional, por exemplo a capacidade para comunicar ideias, ter iniciativa, ser criativa, resolver problemas, tomar decisões e ter autonomia, auxiliando-as na interação com as/os clientes e outros/as profissionais.

O curso está estruturado em duas etapas, com duração total de quatro meses, nos quais são tratados os conteúdos de modelagem, corte e costura. Cada etapa integra um conjunto de ações para desenvolvimento das competências, com as habilidades desejadas para uma costureira. O curso é ofertado em quatro horas semanais (segunda-feira; quarta-feira ou sábado).

Para as alunas que não possuem experiência com costura, Madrepérola descreve a estrutura regular do curso: nos dois primeiros meses apresenta como fazer um molde. Inicia-se com o molde de uma saia, considerado o molde mais simples, faz-se alguns moldes de saias de modelos diferentes, depois faz-se molde de blusa, vestidos e por último o molde de calça, considerado o mais difícil. Nos meses seguintes, as alunas são incentivadas a escolher um molde e passar para o corte do tecido e posteriormente costurar a peça.

Essa estrutura regular nem sempre é seguida, como as alunas tem níveis de experiência diferentes, algumas estão no curso apenas para aprender a fazer modelagem, outras já querem aprender peças mais complexas. Madrepérola relata que o perfil de suas alunas é composto por mulheres que tiveram sua formação no próprio processo de trabalho, elas procuram no curso uma maneira de “validar” uma experiência que julgam ineficiente.

Com relação à infraestrutura do curso, o projeto “Ação Social” disponibiliza uma sala de aproximadamente 18 m², nesta sala contém três mesas

grandes para realização dos moldes e corte, cada mesa comporta até 02 alunas, também tem uma mesa com um ferro de passar e um armário para guardar materiais e alguns retalhos de tecido. A sala tem apenas duas janelas tipo basculante e um ventilador no teto, portanto a sala é quente e pouco ventilada.

Nesta sala contém seis máquinas de costura industrial, sendo três de costura reta, duas de costura Overloque e uma Galoneira. Estes podem ser considerados os três tipos básicos de máquina de costura para confecção: Reta, é o modelo mais comum e o mais utilizado pelas costureiras, usada para costura simples, ela faz o ponto reto que é utilizado para produzir a maioria dos produtos; Overloque, é um modelo que faz duas tarefas ao mesmo tempo, o chuleio⁵ e a costura, ela é usada para fazer um melhor acabamentos nas peças evitando que o tecido se desfie; Galoneira costura com quatro fios, usa duas agulhas, e é utilizada para fazer costuras retas principalmente em tecidos com elasticidade.

Sobre a experiência no curso, apresenta-se, a seguir, um resumo dos principais conhecimentos construídos pela pesquisadora durante os quatro meses em que participou do curso. Este relato foi escrito em primeira pessoa para sinalizar alguns questionamentos, observações e reflexões que essa experiência prática me proporcionou.

Oito (08) alunas iniciaram o curso na turma de segunda-feira no horário de 8 as 12h (duração de

5. O chuleio evita que o tecido se desfie. É o acabamento na beira do tecido.

março a julho de 2019), incluindo a pesquisadora. Para apresentá-las utilizou-se de nomes de pedras preciosas:

Topázio 62 anos, divorciada, 2 (dois) filhos; Turmalina 55 anos, casada, 2 (duas) filhas e 1 (um) filho; Turquesa 45 anos, casada, 1 (uma) filha; Ametista 40 anos, casada, 1 (um filho); Opala 38 anos, casada 2 (dois) filhos; Safira 29 anos, casada, sem filhos/as; e Rubi 20 anos, solteira, sem filhos/as.

Todas as alunas possuíam alguma familiaridade com a costura, havendo costureiras profissionais com ampla experiência na área. Ressalta-se que não foi traçado o perfil individual de cada aluna, no entanto os relatos e experiências delas foram de grande importância para a pesquisa.

Durante o curso, por meio de conversas informais, verifiquei que para as alunas a decisão de fazer o curso de Corte e Costura surgiu da demanda de aprimorar seus conhecimentos. Apesar do envolvimento diário com a atividade de costurar elas relatavam uma carência de competência para exercer a profissão. Observei o esforço dessas mulheres em fazer com que aspectos de sua experiência prática fizesse parte de um conhecimento formal.

Na minha percepção enquanto aluna do curso, sem experiência previa na atividade e também enquanto pesquisadora, questiono se a falta de reconhecimento das próprias competências não estaria baseada em razões tradicionais e culturais, suportadas pela desvalorização dos saberes e competências ditas femininas.

Observei que a professora Madrepérola sempre valorizava os saberes das alunas, saberes pelos quais, para efeito de qualificação profissional, as alunas seriam emponderadas. Nesse sentido, o curso não seguia uma estrutura rígida de ensino, o intuito era aproveitar conhecimentos e experiências diretamente relacionados com o perfil profissional almejado para a qualificação de uma costureira. Cada etapa propiciava uma qualificação para a atuação da costureira de acordo com sua necessidade ou interesse. Além disso, o curso possibilitava a troca de experiência entre as costureiras, valorizando saberes e experiências originados, geralmente, em contextos informais.

Encontrei ao longo deste estudo preliminar, referências entre o entrelaçamento do trabalho doméstico e o trabalho de costurar, as quais apontam para narrativas do feminino. Muitas são as histórias sobre o costurar, todas as mulheres parecem ter algo a dizer a respeito, são memórias e lembranças de contos de avós, mães e tias costureiras. Desta forma, questionei-me qual o elo entre a experiência da mulher construída nas relações sociais na esfera do trabalho reprodutivo e a experiência no ofício de costureira.

Esta pesquisa procura demonstrar que a atividade de costurar não está ligada de forma inseparável do ser mulher, parte-se do princípio que os saberes requeridos pelo ofício não são naturais, são competências desenvolvidas em um processo não formal de qualificação profissional.

No curso de corte e costura tive aula com uma costureira experiente e com mais sete alunas que já possuíam alguma experiência com a costura. Neste contexto, ao mesmo tempo em que observo e afirmo inexistir a relação entre ser mulher e saber costurar, não posso deixar de admitir que, no início da pesquisa, pareceu que costurar era um saber natural das mulheres.

Mas tal possibilidade de saber naturalizado foi sendo desconstruída já nas primeiras aulas do curso, onde foi possível evidenciar inúmeros saberes matemáticos presentes no cotidiano de uma costureira, as mulheres modelam suas competências com a prática em sua profissão.

Como eu não tinha nenhuma experiência com costura, comecei o curso aprendendo a fazer o molde de uma saia reta, o primeiro passo era saber as medidas: cintura, quadril e comprimento. Com as medidas anotadas, Madrepérola explicou que os moldes são sempre trabalhados com $\frac{1}{4}$ de medida. Utilizamos um kit de gabarito para desenhar a saia. Ela explicou cada elemento do molde, por exemplo a margem que serve de dobra para determinar onde será costurado o zíper, a linha do quadril e a linha da cintura.

O próximo passo era determinar o número do molde no gabarito (Figura 01 – Utilização do molde), utilizando $\frac{1}{4}$ da medida do quadril, assim, usei a fita métrica para determinar o número correspondente e posteriormente desenhar a cintura da saia.

Você tem 98 cm de quadril, você precisa saber quanto é $\frac{1}{4}$ desta medida, neste caso a conta está fácil de fazer, é 25 cm. Você usa a fita métrica aqui no gabarito e vê que seu número é 48 (MADREPÉROLA, 2021).

Figura 1 – Utilização do molde



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Para desenhar o comprimento da saia, Madrepérola ressaltou a importância de saber utilizar o esquadro (Figura 02 – Utilização do esquadro), nas palavras dela:

Agora é importante trabalhar bem com o esquadro, porque é o esquadro que não deixa a roupa ficar torta. Então, você precisa posicionar o esquadro na linha do quadril para traçar o comprimento da saia (MADREPÉROLA, 2021).

Figura 2 – Utilização do esquadro



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Depois que o molde estava desenhado eu conferei a medida da cintura (lembrando de sempre utilizar $\frac{1}{4}$ da medida aferida), em que foi necessário remarcar a linha da cintura inserindo mais 2 cm para marcar as pences da saia. Madrepérola utilizou uma régua curva (Figura 3 – Utilização da régua curva) para redesenhar a linha da cintura garantindo que a saia tenha um melhor “caimento”.

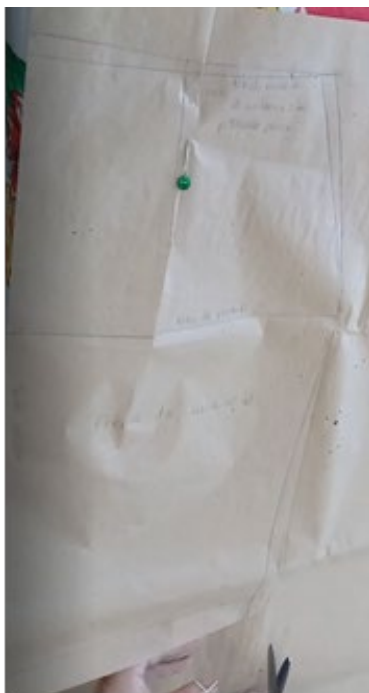
Figura 3 – Utilização da régua curva



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Durante o curso eu aprendi a fazer moldes de saias, vestidos e blusas, na Figura 04 destaco alguns moldes.

Figura 4 – Moldes feitos pela pesquisadora



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Baseado apenas no relato acima, poderíamos argumentar que não são todas as costureiras que lidam com a etapa de modelagem em sua profissão. De forma equivocada poderíamos naturalizar os saberes necessários para a atividade realizada diretamente na máquina de costura. Observei que as costureiras que não estão envolvidas com a tarefa de modelagem lidam com uma invisibilidade de saberes ainda maior, e ao longo da vida mobilizam seus saberes de forma inconsciente.

Neste ponto é importante destacar que, para mim, aprender operar a máquina de costura foi muito mais difícil que aprender a fazer um molde. Ficou claro que atividade da costureira está impregnada de outros saberes e valores próprios do ofício: guiar o tecido, lidar com a velocidade da máquina e conhecer o tipo de linha e agulha são alguns poucos exemplos.

Meu conhecimento matemático prévio (adquirido com a escolarização formal) me ajudou a compreender as normas e regras para fazer o desenho de uma peça de roupa, no entanto não foi suficiente para aprender de forma satisfatória a atividade. A atividade na máquina de costura mostrou-se ainda mais complicada para mim. Eu não dispunha das habilidades necessárias para controlar a velocidade do pedal da máquina, guiar o tecido corretamente, passar a linha na agulha e trocar alguns componentes da máquina.

Conforme será melhor discutido no decorrer da pesquisa, a todo instante as costureiras estão medindo, quantificando, comparando, explicando, usando instrumentos e materiais e, de algum modo, sistematizando saberes complexos, produzidos e mobilizados na atividade de trabalho.

Trazer meu relato de experiência no curso de corte e costura, tornou o objetivo da pesquisa mais claro, uma vez que eu procurava compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontan-

do aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências no ofício de costureira.

O curso em si não era meu objeto de pesquisa, também não era meu objetivo único aprender a costurar, pensei desenvolver essa pesquisa de modo colaborativo: expliquei claramente para a professora e para as alunas como a pesquisa seria desenvolvida; escolhi juntamente com elas, as aulas que seriam gravadas (áudio ou vídeo); e avisei os momentos em que estava gravando.

No entanto, a seleção dos episódios que seriam discutidos e/ou transcritos foram feitos sem a participação delas. Atribuo essa exclusão na escolha dos episódios, ao fato de que meus objetivos quanto ao curso eram muito específicos: eu me detive aos trechos da gravação em que, para mim, a prática revelava elementos da Abordagem Ergológica do Trabalho. Além disso, não revelei a transcrição desses episódios por causa da falta de tempo na reta final do curso e o início das medidas restritivas devido a pandemia de Covid-19.

Observação: como fazer uma camisa feminina

Este item é uma tentativa de dar sentido às observações e relatos recolhidos em torno do tema da costura, buscando desvelar a complexidade da atividade. Observou-se uma costureira em seu ofício.

O objetivo era produzir uma camisa feminina, o primeiro passo foi definir a quantidade de tecido que seria necessário, foram estimados mais ou me-

nos 150 centímetros. Para determinar a quantidade de tecido, a costureira Esmeralda relacionou o modelo da camisa e as dimensões da cliente, principalmente altura e circunferência. Neste processo, Esmeralda disse que pensa no comprimento total da camisa e soma com o comprimento das mangas e acrescenta mais um pouco para fazer a gola e os punhos. Ela acrescentou que a quantidade também depende do tipo de tecido, tecidos com elastano costumam encolher quando são molhados. No caso o tecido recomendado foi do tipo Tricoline (100% algodão).

Para fazer a camisa Esmeralda não fez desenho ou molde no papel, fez a camisa copiando de outra já pronta. No entanto, a camisa pronta era maior que o tamanho desejado e também de modelo masculino. Desta forma, Esmeralda pediu para que a cliente experimentasse a camisa masculina, utilizando alfinetes, e fez todos os ajustes necessários. Além de reduzir o tamanho proporcionalmente, ela precisou remodelar a camisa para o modelo feminino, segundo ela para deixá-la com a cintura bem definida, nas palavras dela: “Percebe a diferença que está desta camisa para o seu corpo. Como é para mulher, você pode dar pinça aqui [aponta a frente da camisa], para pegar mais o jeito do seu corpo”.

Primeiro ela cortou as costas da camisa, e em seguida posicionou a camisa pronta dobrada sobre o tecido dobrado e com o auxílio de um giz de costura desenhou no tecido, sempre atenta para manter as medidas marcadas com os alfinetes, desta forma

poderia garantir que o tamanho estaria de acordo. Depois de cortado, ao abrir o tecido as costas da camisa ficou uma peça inteira. O mesmo procedimento de desenho e corte foi realizado para as mangas, gola e punhos. Para cortar a frente da camisa, Esmeralda não utilizou o tecido dobrado, ela explicou que o modelo será aberto na frente com botões, por isso ele cortou duas peças do tecido.

Depois de elaborar o desenho no tecido, Esmeralda realizou o corte, neste momento observou-se que ela não cortava na marcação realizada no tecido, ela explicou:

Aqui você tem que deixar sobra de pano. Como eu já acostumei a cortar eu nem uso a fita, mas você tem que deixar uns 2,0 centímetros de largura mais ou menos (ela pega a fita métrica e mede). Se na hora de cortar você ficar na dúvida se vai ficar apertado, você deixa mais tecido ainda. Esses 2,0 centímetros é onde vai ficar a costura para dentro do tecido (ESMERALDA, 2021).

Esmeralda é uma senhora de 69 anos que aprendeu a costurar ainda criança, comprou sua primeira máquina de costura aos 15 anos e começou a costurar para gerar renda para a família.

Comecei a costurar quando era criança, com o auxílio de minha mãe. Eu já tentava fazer algumas coisas que saiam meio ruim, né? Aí com 15 anos eu acho que já comecei a fazer conserto de roupas e roupas para fora. (ESMERALDA, 2021).

Esmeralda concluiu o Ensino Fundamental I (4ª série) e não frequentou nenhum curso de qualificação de corte e costura, ao ser questionada se sua profissão demanda conhecimentos específicos, por exemplo matemática, ela respondeu que achava que não, no entanto disse:

No começo era muito difícil. Eu fazia a cava da camisa muito pequena e aí na hora de provar eu sabia que tinha que aumentar bem mais. Aí com o tempo eu já tive uma noção bem maior do tamanho que eu ia fazer para não precisar cortar tanto (ESMERALDA, 2021).

Ao demonstrar a confecção de uma camisa feminina, é possível identificar que Esmeralda vai aperfeiçoando os seus conhecimentos por meio da prática, ela não utiliza moldes prontos, ela tira as medidas da cliente e faz seus próprios modelos e assim desenvolve novas competências.

Neste contexto de observação, destaca-se o saber matemático na profissão de costureira, este pode ser associado ao uso da fita métrica em todas as etapas do processo, com intuito de aferir as medidas necessárias para confecção de uma peça, unidades de medidas expressas em metros e centímetros. Regras de arredondamento, a costureira faz uso somente de números inteiros desconsiderando a parte decimal, nesse caso, Esmeralda explica: “o número depois da vírgula não vai fazer diferença na hora de costurar a peça”. Além de tirar as medidas, é preciso calcular o tamanho e a proporção da roupa a

ser costurada. Estes são alguns conceitos matemáticos que fazem parte da atividade de costureiras.

Diante de tudo o que foi realizado, entende-se que a dificuldade de aproximação com o objeto de pesquisa foi minimizada com os procedimentos descritos. De uma maneira geral procurou-se promover a interação entre pesquisadora e sujeito, permitindo assim, responder a problemática em questão: qual a relação entre os saberes da mulher – constituídos nas relações sociais na esfera do trabalho reprodutivo – e a competência – saberes mobilizados nas situações de trabalho produtivo no ofício de costureira.

Avançando na construção do objeto de estudo, realizou-se um estudo de caso com o objetivo de buscar respostas para as questões apresentadas. Diante do prévio levantamento sobre o campo de pesquisa realizado no curso de Corte e Costura e na observação de uma costureira fazendo uma camisa feminina, optou-se por selecionar duas costureiras que exerciam o ofício e trabalhavam em casa.

4

Ofício de Costureira

Na perspectiva da abordagem ergológica do trabalho, traçou-se como objetivo compreender a atividade, a partir de aspectos identificados como normas, valores e saberes expressos no ofício de costureira.

Apresenta-se a análise das informações coletadas, a qual busca discutir como as costureiras mobilizam diferentes valores e saberes, por meio de um debate de normas que situa e constrói a atividade, à luz da abordagem ergológica, teoria a qual lança um olhar que expande a atividade de trabalho.

O ofício de costureira enquadra a relação entre o sistema formal de profissionalização e os saberes que se constroem nas situações do dia a dia e na situação de trabalho. Essa conjuntura induz a necessidade de um contínuo processo de normas, re-normalizações, valores e saberes, para garantir que a atividade seja realizada.

Profissão ou ofício de costureira?

A construção histórica separa o conceito de ofício e de profissão promovendo uma sequência de debates sobre ambos os termos, estendida sob diversos aspectos. Nesta pesquisa, os dois termos serão utilizados, mas será priorizado o termo ofício para definir a função de trabalho da costureira.

Para iniciar a contextualização torna-se necessário considerar a diferença dos vocábulos profissão e ofício. O termo profissão vem do latim *profesione* que remete ao ato ou efeito de professar. Targino (2000, p. 63), define profissão como “declaração ou confissão pública de uma crença, sentimento, opinião ou modo de ser, conduzindo à concepção ampla de atividade ou ocupação especializada, que requer preparo e formação”.

A palavra ofício é originária da palavra latina *officiu* (dever), Sousa Neto (2005, p. 250) explica que a definição de “dever da palavra ofício representa certo saber-fazer àqueles que comungam do mesmo conjunto de conhecimentos e habilidades, e são capazes de reproduzir certos objetos e/ou objetivos com base nos mesmos rituais”.

Os ofícios relacionados à confecção têxtil apresentam uma dinâmica significativa que envolve questões sociais e a forma que o trabalho é historicamente atribuído às mulheres, visto que as mulheres sempre estiveram envolvidas com a atividade e, embora nem sempre valorizadas como trabalhadoras profissionais, tais ofícios foram responsáveis por transformações tanto na vida familiar e social das mulheres, quanto na própria organização do trabalho ao longo da história.

Richard Sennett (2009), em seu livro *O artífice*, relata que desde a antiguidade os ofícios relacionados à confecção têxtil (fiação; tecelagem e costura) eram atividades reservadas para as mulheres, que lhes conferiam respeitabilidade na vida públi-

ca. O ofício de costureira possui um caráter utilitário para a sociedade, tendo importante papel na vida das mulheres cuja realização está relacionada ao valor atribuído ao resultado de seu trabalho. No relato de Jade percebe-se que ver a roupa pronta é fonte de grande satisfação e orgulho:

Minha avó comprava os tecidos e fazia roupas para o pessoal, sem molde sem nada. Eu via minha avó, minhas tias e minha mãe costurar, minha avó “pedalando” aquela maquininha – ela tinha aquela máquina antiga de pezinho de pedalar – e de repente tinha um vestido pronto. Elas me ensinaram a costurar, a primeira peça que eu fiz foi uma saia. Para mim é um troféu quando vejo a roupa pronta (JADE, 2021).

Dubar (2012), no texto “A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional” explica que os estudos dos sociólogos funcionalistas americanos distinguem dois tipos de atividades de trabalho: as profissões e os ofícios. As profissões são consideradas escolhas e áreas autônomas que permitem a construção de uma carreira, a sociologia funcionalista das profissões busca enfatizar características comuns capazes de identificar qualquer profissão, diferenciando-as dos ofícios. Na visão funcionalista, uma atividade só pode ser considerada uma profissão se ela possuir um conjunto específico e preciso de atributos, os critérios adotados para definir profissões baseiam-se:

[...] na presença de um corpo de conhecimento especializado e abstrato; na autonomia no exercício profissional; na capacidade de autoregulação; na existência de procedimentos de credenciamento; no exercício da autoridade sobre os clientes; e na publicação de um código de ética (DINIZ, 2001, p. 18-22).

As teorias funcionalistas atribuem uma superioridade da profissão em relação aos ofícios, entretanto, Angelin (2010) traz uma ressalva sobre a oposição entre profissão e ofício, o autor explica como surgiu a noção de superioridade das profissões:

[...] antes da multiplicação das universidades no século XIII, o trabalho era algo consagrado e todos os trabalhadores, sejam eles das artes liberais (artistas, intelectuais) ou das artes mecânicas, (artesãos, trabalhadores manuais) eram provenientes de uma mesma organização corporativa. A separação entre artes liberais e artes mecânicas só ocorreu com a expansão e fortalecimento das universidades, gerando, por fim, uma oposição entre profissões – que surgiram das artes liberais e que eram ensinadas na universidade e estavam ligadas ao conhecimento técnico-científico, e os ofícios que surge das artes mecânicas, [...] onde as mãos trabalham mais do que a cabeça e que se limitam a determinados números de operação mecânica. A partir disso, a profissão passa ser associada ao espírito, ao intelectual, ao nobre e o ofício surge associado à mão, braços, baixo, etc (ANGELIN, 2010, p. 187).

Cabe evidenciar que as teorias funcionalistas das profissões são alvo de críticas por outras correntes de pensamento. Por exemplo, teorias que ressaltam o papel dos mecanismos econômicos, tendo como base a teoria marxista, e a questão do poder e das estratégias profissionais.

No Brasil, o ofício de costureira é reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas a profissão não é regulamentada. A regulamentação depende da existência de leis que atribuem direitos e deveres específicos de cada profissão, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.806/14⁶ de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT-BA) que prevê a regulamentação da profissão de costureira em todo o território nacional.

No texto do projeto de Lei nº 7.806/14 classifica-se como costureira:

Art. 2º – Costureira (o) é a (o) profissional que projeta e modela confecções de roupas sob encomenda, atuando em todas as etapas da confecção, desde o desenho do modelo até o seu formato final, podendo atuar coletivamente em fábricas/oficinas, em cooperativas e no próprio ambiente residencial (BRASIL, 2014).

Entre outras medidas, o projeto pretende estabelecer que a profissão seja exercida apenas por maiores de 18 anos, que passaram por curso de formação específico, reconhecido pelo MTE. As costureiras em exercício de sua profissão, assim como

6. Dados disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/620217>. Acesso em: 16.08.2021.

as novas que desejarem abraçar a profissão após a promulgação desta lei, deveriam inscrever-se nos Conselhos Regionais de Costura (CRC) de sua respectiva região.

Ao debater o projeto, alguns críticos argumentam que a exigência de curso específico e a inscrição no CRC pode ser considerado uma limitação ao exercício profissional, visto que muitas costureiras ingressam em seus ofícios a partir de conhecimentos adquiridos com familiares, e muitas desenvolvem suas habilidades de maneira empírica. Eles alegam também que a regulamentação da profissão pode engessar o setor têxtil, podendo causar conflitos trabalhistas com as diferentes categorias.

O projeto também prevê:

Art. 17º – A jornada de trabalho das costureiras, tendo em vista o desgaste, o esforço repetitivo, e as doenças e problemas posturais, será limitada em seis horas diárias e em trinta semanais, sendo que as horas que excederem este tempo, não superior a duas horas diárias, serão consideradas horas extras pagas a razão de 100%.

Art. 19º – As costureiras terão direito a insalubridade de 20%, incidente sobre o conjunto de seu salário, dispensando laudo técnico para a sua comprovação (BRASIL, 2014).

O Projeto de Lei nº 7.806/14 aborda temas importantes quanto a regulamentação do trabalho de costureira, por exemplo, os limites de jornada,

as pausas, o intervalo para refeições, os adicionais de insalubridade e o piso salarial nacional. Discutir tais temas são importantes no intuito de amenizar à situação precária vivida por muitas costureiras. Nesta pesquisa não se pretende discutir a pertinência dos itens propostos no Projeto de Lei nº 7.806/14, contudo, apresentar contrapontos é essencial para fortalecer o debate, defende-se aqui a importância de discutir medidas para proteger, principalmente, mulheres trabalhadoras, pouco qualificadas, de baixa renda e com filhos pequenos.

Ciente da peculiaridade e heterogeneidade da ocupação de costureira, propõe-se pensar, de forma bastante simplista, o ofício em duas categorias distintas. Costureiras da produção industrial em grande escala estão mais vulneráveis ao trabalho escravo, trabalho precarizado e trabalho em condições insalubres. Já as costureiras que trabalham em casa, são considerados trabalhadoras autônomas que, em geral, vivem em condições bastante precárias, sem acesso a direitos sociais básicos.

O ramo de confecções, setor que faz uso intensivo do trabalho empregando majoritariamente mulheres, é fortemente marcado pela informalidade. Colombi, Lemos e Corrêa (2020), analisam a reforma trabalhista de 2017,⁷ Lei nº 13.429/2017, que versa sobre trabalho temporário e prestação de serviços, e a Lei 13.467/2017, que introduz novas modalidades de contratação e alterações na jornada de trabalho, formas de remuneração e condições de trabalho.

7. A Reforma Trabalhista é um processo que ainda não se esgotou. Desde a aprovação dessas leis, em 2017, até a crise da pandemia da Covid-19, inúmeras medidas provisórias no campo trabalhista foram aprovadas. Somente no governo Bolsonaro, são mais de 17 MPs que versam sobre o tema, dentre elas: a MP 905/2019 do Contrato Verde e Amarelo, revogada em 2020, que propunha reduzir encargos para patrões que contratassem jovens no primeiro emprego e pessoas acima de 55 anos que estavam fora do mercado de trabalho formal. Além dessa MP, há outras como as MPs 927 e 936 aprovadas no contexto da pandemia. Em todas elas, prevalece a lógica de que a flexibilização seria o caminho para combater o desemprego e a informalidade, evidenciando que o processo é mesmo de uma ampla contrarreforma trabalhista que ainda não se esgotou. (COLOMBI; LEMOS; CORRÊA, 2020, p. 241).

A reforma trabalhista, legislação que flexibiliza as relações de trabalho, tem sido amplamente defendida pelos empresários que contratam diretamente costureiras assalariadas com carteira assinada no setor da confecção, o principal argumento seria o aumento na geração de empregos formais no setor, garantindo a competitividade das empresas diante do baixo custo de produção do setor informal. No entanto, as autoras constataam que, “até o momento, a reforma não gerou resultados positivos sobre o mercado de trabalho” (COLOMBI; LEMOS; CORRÊA, 2020, p. 243).

Sorj (2004) constata que a costureira que trabalha na sua própria casa para as empresas de confecção são o elo mais precarizado na cadeia de relações distintas do ofício de costureira. Tentando fugir de uma relação formalizada com as trabalhadoras em domicílio – o que elevaria muito o custo do trabalho –, as empresas transferem para as próprias costureiras os custos sociais de direitos trabalhistas e proteção previdenciária.

Ao ser questionada sobre o contrato formal de trabalho mediante vínculo trabalhista reconhecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Jade pondera sobre a questão, explica que a modalidade teria vantagens por incluir proteções legais, incluindo as relativas a auxílio em caso de acidente ou adoecimento, licença maternidade e aposentadoria.

[...] seria melhor em parte, porque eu teria meus direitos. Trabalhando em casa, se

eu não pagar o INSS eu não tenho seguro nenhum. Tem muita gente que trabalha de costureira e não paga um centavo de INSS. Essa pessoa trabalhou para nada. Teve a profissão, ganhou dinheiro, mas não teve uma coisa digna. Eu hoje pago, eu foquei na minha cabeça eu tenho que pagar meu INSS, porque se eu passar mal na costura, eu vou sobreviver de que? (JADE, 2021).

Jade considera importante ter seus direitos reconhecidos, para ter direito a todos os benefícios previdenciários e à aposentadoria ela decidiu formalizar-se na condição de trabalhadora autônoma, esforça-se em fazer a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão do Ministério da Previdência Social. Jade disse que paga mais de R\$100,00 (cem reais) por mês na guia de recolhimento do INSS, e destaca que este valor representa um custo adicional e que muitas vezes faz falta na composição da renda da família, por isso ela nem sempre consegue realizar com o pagamento.

Para muitas costureiras, formalizar-se na condição de trabalhadoras autônomas representa um custo com o qual, dada a baixa remuneração, não conseguem arcar. Desta forma o ofício apresenta um caráter ainda mais instável, segundo Sorj (2004, p. 26) “a existência ou não de vínculos com o sistema de previdência social pública sinaliza quanto ao grau de precarização dessas ocupações”.

Na visão de empresários do setor de confecções, substituir o vínculo de trabalho por uma relação de

prestação de serviços, traz a autonomia e a autorresponsabilização para a/o trabalhadora/or estimulando o ideário do empreendedorismo. No entanto, o que se observa na realidade é que flexibilização ameaça os direitos trabalhistas, aprofunda as condições de precariedade das trabalhadoras do setor, “a reforma trabalhista se refere, notadamente, ao objetivo de esvaziamento das garantias sociais.” (COLOMBI; LEMOS; CORRÊA, 2020, p. 243).

Atualmente as atividades das costureiras estão agrupadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁸ sob o registro 7630 – Profissionais polivalentes da confecção de roupas, a categoria é descrita da seguinte forma, profissionais que,

[...] projetam e modelam confecções de roupas sob encomenda; confeccionam peças-piloto; preparam peças e costuram roupas em tecidos, couros e peles; preparam produtos para armazenagem e expedição, incluindo atividades de passadora, embalagem e controle de estoques; realizam manutenção produtiva. Atuam em todas as etapas da confecção de roupas sob medida, desde o desenho do modelo até sua expedição.

É importante destacar que, na pesquisa, a descrição formal das funções das costureiras proposta pela CBO, não foi utilizada como limitador, trouxe-se essa informação como composição de mais uma das possíveis colocações das costureiras no mercado de trabalho. Normalmente as costureiras

8. A CBO trata do reconhecimento da existência de ocupações no mercado de trabalho brasileiro e é publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ver em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/763210-costureiro-na-confeccao-em-serie>.

se deslocam entre várias posições ao longo de sua trajetória profissional e acabam experimentando novas posições de atuação na tentativa de melhorar suas condições de trabalho. Nesta pesquisa foi discutido o trabalho das costureiras que trabalham em casa, trabalhadoras sem vínculo trabalhista reconhecido pela CLT.

De acordo com Sorj e Abreu (1993) o ofício de costureiras apresentam elevado nível de informalidade, fenômeno notável do crescimento do mercado informal de trabalho no Brasil, particularmente no caso do trabalho no domicílio. As autoras classificam as unidades econômicas pertencentes ao setor informal da seguinte forma: “caracterizam-se por produzir em pequena escala e pelo baixo nível de organização e inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção, já que seu proprietário é também um trabalhador” (SORJ; ABREU, 1993, p. 154).

O questionamento específico que se faz neste momento é: seria o trabalho das costureiras sem vínculo trabalhista reconhecido CLT uma atividade desprovida de normas?

De acordo Schwartz (2013) em qualquer situação de trabalho tem-se normas antecedentes, o trabalho não deve ser visto como um espaço apartado do meio de vida, a atividade emerge debate de normas e uso de si simultaneamente:

O conceito de uso de si que se desdobra pelo uso de si por si ou por outros, são conceitos complicados, porque outros podem ser muitos grupos, muitas forças

diferentes. Mas quer dizer que não se pode trabalhar sem encontrar essa questão: qual será o meu o uso de si a fazer? Em que grau eu aceito as várias normas antecedentes, prescrições, isto é, o uso de si que os outros queriam que eu fizesse, o uso de si pelos outros? Em que grau não as aceito, “renormatizo” essas normas? Isso é uma escolha que pode ser visível ou não visível, consciente ou não consciente, mas quer dizer que é um debate, e não podemos encerrar esse debate em um campo pequeno. Eis a questão: para qual mundo aceitar esse uso de si pelos outros, por quê valor, para produzir qual mundo? (SCHWARTZ, 2013, p. 337).

Ou seja, a singularidade humana faz com que cada atividade seja única e esses conceitos de uso de si e de debate de normas permitem apontar e localizar as dimensões da atividade industriosa.

Buscando compreender melhor a questão recorre-se a obra de Abdallah Nouroudine (2011), no texto “Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? ”, o autor examina se uma atividade humana socializada pode ser realmente informal estudando sucintamente a questão da norma na atividade humana. Primeiramente o autor diferencia trabalho mercantil, trabalho não mercantil e trabalho informal, posteriormente afirma que o trabalho mercantil estabelece a norma dominante do trabalho, “a importância do trabalho mercantil é tamanha que, na linguagem corrente, os termos trabalho e trabalho mercantil se impuseram como sinônimos” (NOUROUDINE, 2011, p. 70).

O autor apoia-se no conceito de trabalho mercantil definido por Schwartz (2011a), prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito. Schwartz (2011a) também reforça que a abordagem mercantil do trabalho tende progressivamente sufocar outras definições do termo:

[...] na medida em que nos obriga a sair de nossa reflexão que toma o trabalho no *stricto sensu*, mercantil, como se esse fosse verdadeiramente o único trabalho digno de atenção, único lugar de envolvimento, de uso e de usura de nossas faculdades industriosas. Como se uma diferença de natureza separasse essas duas formas de atividade humana, prestação mercantil ou não mercantil. Outra maneira de dizer: seria esquecer os outros ‘nascimentos do trabalho’, esquecer as dimensões antropológicas do gênio humano, para se interessar por ele só quando está enquadrado em uma relação mercantil. Ou ainda, esquecer o conteúdo tão diversificado do trabalho dito ‘informal’, em que se encontram, sobre o planeta inteiro, todas as continuidades entre as formas ditas ‘domésticas’ e o trabalho ‘por contrato’ (SCHWARTZ, 2011a, p. 31).

Ao estabelecer o trabalho mercantil como norma, outros tipos de trabalho seriam cópias imperfeitas do padrão, neste sentido Nouroudine (2011) ressalta as contradições em torno da noção mercantil do trabalho e a ideia de atividade humana socializada informal:

O ‘trabalho informal’ se distingue parcialmente do trabalho mercantil no plano dos objetivos. A lógica econômica do ‘trabalho informal’ é orientada para os objetivos do ganho e da solidariedade familiar, ao passo que a do trabalho mercantil está centrada no objetivo do ganho. No entanto, no ‘trabalho informal’ o objetivo do ganho está subordinado à exigência da solidariedade familiar. Ainda que a experiência dos países do Terceiro Mundo revele que o ‘trabalho informal’ permite apenas adquirir um ganho financeiro insuficiente e realizar uma modesta solidariedade familiar, esta última constitui um ponto de demarcação importante entre o ‘trabalho informal’ e o trabalho mercantil (NOUROUDINE, 2011, p. 72).

De acordo com Freidson (1998), grande parcela de trabalho é efetuada em casa e na comunidade, mas boa parte dele não é reconhecida como trabalho: algumas vezes, porque não é normalmente recompensada; outras, porque não se realiza em tempo integral. Outros tipos de trabalho são pagos e realizados em tempo integral, mas informalmente, à margem da economia oficial.

Briguglio (2020), percorrem nuances entre formalidade e informalidade na modalidade de trabalho domiciliar no ramo da produção de confecções, expressa entre os trabalhos considerados produtivos e os trabalhos domésticos. As autoras constataam, “que à compreensão de que o trabalho domiciliar é atravessado pelas tendências globais de ampliação da extração de valor por meio da inten-

sificação do trabalho precário, informal e desprotegido executado majoritariamente pelas mulheres” (BRIGUGLIO, 2020, p. 59).

Ofício de costureira: normas, saberes e valores

A partir dos dados empíricos da pesquisa, constatou-se que a atividade das costureiras não apresenta um procedimento formal escrito. No entanto, a atividade não é desprovida de normas, as costureiras fazem de seu trabalho um espaço de normas que tenham pertinência com a atividade.

Nouroudine (2011) conclui que as normas do trabalho informal são diferentes das normas do trabalho mercantil, no trabalho informal é preciso buscar as normas nos relatos do sujeito em situação de trabalho.

Ela é, notadamente, de acesso relativamente difícil. Muitas vezes é preciso buscá-la na fala, e não na escrita. Sua função organizadora só se dá a perceber na trama das atividades sociais. Isso implica acionar uma análise aprofundada das atividades. Mas, como cada norma intrínseca a uma determinada atividade está estreitamente correlacionada às normas de outras atividades, a coerência de uma norma particular só pode ser esboçada em uma abordagem sintética da realidade social própria ao coletivo de vida em

questão. Quando este é organizado de maneira tal que a satisfação das necessidades de seus membros pode passar igualmente pelo trabalho mercantil, pelo trabalho não mercantil e pelo ‘trabalho informal’ (e que essas diferentes formas do trabalho, em vez de se oporem sistematicamente, muitas vezes se completam), surge um fenômeno de circulação das normas, valores, atividades, saberes de uma forma de trabalho para outra que complexifica o esforço de compreendê-las (NOUROUDINE, 2011, p. 70).

O empenho da pesquisa estava justamente em buscar na observação da atividade e na fala das costureiras quais normas e valores faziam sentidos para elas e para o ofício. Observou-se, que características como pontualidade, compromisso e capricho são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma boa costureira. “Para ser uma boa costureira precisa de capricho, qualidade, dedicação e responsabilidade com prazo. É um conjunto de coisas, pontualidade e capricho, para você não ter prejuízo” (ÁGATA, 2021).

Na observação da atividade foi possível evidenciar normas antecedentes, por exemplo estabelecer um prazo de entrega, planejamento na compra de insumos (linhas; agulhas; botões; outros), organizar o espaço de trabalho.

Você tem que ter uma disciplina, você tem dia e hora para entregar a roupa. Então você tem que ter disciplina, paciência e amor pela profissão, porque se você

não tiver amor você não trabalha bem. O compromisso precisa estar em primeiro lugar (JADE, 2021).

Tais normas não estão escritas, Jade usa a palavra “disciplina” para expressar que às seis horas da manhã precisa estar na sala de costura. Ágata usa a palavra “responsabilidade” para dizer que quando ela combina uma data de entrega com a cliente ela cumpre o que foi acordado. Na obra *O normal e o patológico* George Canguilhem (2009, p. 52) estabelece que viver é normativo, “esse ponto de vista é o da normatividade vital. Viver é, mesmo para uma ameba, preferir e excluir. Um tubo digestivo, órgãos sexuais são normas do comportamento de um organismo”.

Observando a atividade de trabalho, constatou-se que cada costureira interpreta e aplica as normas a partir de um conjunto de elementos que são influenciados pelo contexto específico em que a situação de trabalho se desenvolve. Jade relata que procura trabalhar em casa como se estivesse em uma fábrica, tem o horário certo para se dedicar à atividade, “A minha disciplina é como se eu estivesse em uma fábrica, só paro para tomar café e almoçar, não faço hora de almoço, nem nada. Quando eu estou focada na costura, é só costura” (JADE, 2021).

Ágata lida com a organização do tempo de forma diferente, ela não estabelece um horário fixo para iniciar o trabalho. O foco dela está em entregar a roupa no prazo determinado por isso diversas vezes tem uma longa jornada de trabalho costurando.

Não tem hora certa não, tem dia que eu levanto mais cedo organizo só um cafezinho e já vou para a costura. Começo a fazer uma peça, se eu vejo que aquela peça ficou boa eu continuo o resto. Se eu tenho muito serviço com o prazo pequeno para entregar eu trabalho 12 a 15 horas por dia. Quando tenho pouca encomenda eu trabalho bem menos (ÁGATA, 2021).

Ao examinar a interação estabelecida entre as normas criadas pelas próprias costureiras, é possível constatar que, de alguma maneira, as experiências singulares de cada uma são convocadas. Elas desenvolvem estratégias que legitimam sua condição de profissionais, levando a produção de um saber incrustado na sua experiência. O foco são os valores intrínsecos as costureiras ao reelaborarem as normas no trabalho e gerir sentidos para suas atividades.

De acordo Schwartz (2011b, p. 33) “a atividade não é um puro encadeamento de normas e procedimentos”, uma atividade de trabalho é sempre o lugar, mais ou menos infinitesimalmente, de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho, e por aí não cessa de ligar um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas.

O espaço de trabalho representa o ponto de partida para as costureiras desenvolverem suas habilidades na prática da renormalização. Importante destacar que deter certo controle do espaço é de-

terminante para que elas possam reinterpretar e reinventar as normas. Para as costureiras escolhidas como sujeitos de pesquisa, o espaço de trabalho é o mesmo espaço de casa, tal fato leva a outras questões que serão melhor discutidas nos próximos capítulos.

Nas palavras de Canguilhem (2009, p. 78), “a vida não é, portanto, para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação com um meio em que há fugas, vazios, esquivamentos e resistências inesperadas”.

Ainda que o trabalho da costureira possa ser pouco valorizado e reconhecido socialmente, o produto final do trabalho está associado a valores além do valor monetário. Durante a pesquisa foi evidenciado que as costureiras demonstram um sentimento de gratidão em relação a oportunidade de mostrarem seu potencial, elas consideram que seu sucesso profissional é proporcionado pelo benefício de uma oportunidade, esse fator é muito importante do ponto de vista do reconhecimento profissional. Ficou evidente na fala das entrevistadas que elas enfatizam e valorizam e a relação de confiança que constroem nas interações com as clientes, a confiança estabelecida promove o empenho para o constante aprendizado.

A individualidade de cada costureira está impressa nas roupas produzidas, mostrando que o ofício de costura não é constituído somente por tecidos, aviamentos e moldes padronizados, mas

também indica a presença do sujeito, de jeitos próprios de trabalhar, de renormalização, de escolhas, de valores e saberes. Para cada costureira, realizar um trabalho de qualidade é uma questão de honra, não se trata apenas de manter a cliente satisfeita, mas também, uma forma de mostrar a sua competência profissional e pessoal.

A atividade de costura é constituída por normas, valores e saberes, no ofício das costureiras os saberes envolvidos são constituídos com a prática diária na confecção de peças, por isso a atividade acaba sendo considerada como um trabalho basicamente de execução, sem qualquer evolução criativa por parte do executor. No entanto ainda que a atividade pareça essencialmente manual, fragmentada e repetitiva, cada costureira desenvolve saberes e valores, são conhecedoras de vários tipos de tecidos, insumos, acessórios, acabamentos e até noções de manutenção no maquinário de costura.

Dessa forma, em seu relato, Jade explica como organiza seu trabalho, citando inclusive que precisar ter noções básicas de como dar manutenção na máquina de costura:

A minha primeira organização é limpar as máquinas, tirar óleo de máquina, passar álcool para não sujar a roupa. Testar se a máquina está costurando bem, ver se não tem nenhum ponto errado. Eu não gasto muito dinheiro com a manutenção das máquinas, eu mesmo arrumo, não preciso sempre chamar o técnico. Às vezes é problema simples de arrumar, por exemplo quando os pontos da linha fi-

cam arrebrandando, já sei onde tenho que regular o parafuso para não ficar frouxo. Ano passado eu chamei o técnico para arrumar uma máquina que estragou a carretilha, ele arrumou, mas não ficou boa. Depois ele me orientou pelo WhatsApp e eu consegui mexer nela sozinha, agora a máquina está costurando (JADE, 2021).

Freidson (1998) explica a relação entre trabalho qualificado e não-qualificado a partir do conceito de divisão do trabalho proposto por Marx:

O trabalho qualificado se distingue do não-qualificado por um critério adicional – o grau em que essas atividades são simples e repetitivas, ou variam de um ofício para outro. Aquilo que Karl Marx chamou “divisão de trabalho parcelar”, um número relativamente pequeno de ações simples, repetitivas e invariáveis, representa o que decidi chamar especialização mecânica. No outro extremo fica o trabalho especializado que não pode ser desempenhado mecanicamente, pois as contingências de uma tarefa em particular variam tanto, em relação a outras, que o trabalhador precisa ter considerável discernimento para adaptar seu conhecimento e sua qualificação a cada circunstância, a fim de trabalhar com sucesso (FREIDSON, 1998, p. 2).

Sennett (2009), percebe que em todo trabalho a habilidade torna-se sincronizada com a atividade, não se trata apenas da aquisição de um conhecimento em profundidade, mas o diálogo constante

entre o fazer e o pensar, de forma indissociada. O autor explica que “em patamares mais elevados, a técnica deixa de ser uma atividade mecânica; as pessoas são capazes de sentir plenamente e pensar profundamente o que estão fazendo quando o fazem bem” (SENNETT, 2009, p. 30).

Nessa perspectiva, Ágata relata como realiza o aprimoramento técnico de seu ofício: ela forja seu corpo e sua mente na realização da atividade e ressalta que se sente muito feliz em aprender e ensinar o ofício em seu dia a dia:

Para sentar na máquina e fazer ou consertar uma roupa tem que ter muito treino. Eu peguei minha máquina e fui costurando, errando muito e aprendendo muito também. Fui descobrindo coisas maravilhosas costurando, mas eu nunca tinha ensinado ninguém, aí minha vizinha queria aprender a costurar e eu ensinei o que eu sabia, com isso eu aprendi ainda mais. É maravilhoso quando você encontra alguém que ama a costura igual você ama, você se apaixona ainda mais. Por isso não posso dizer que sei tudo da costura, eu aprendo todo dia (ÁGATA, 2021).

De acordo com Sennett (2009), toda atividade se baseia em aptidão técnica desenvolvida em alto grau, o autor aponta que se deve, portanto, desconfiar das supostas habilidades inatas e sem treinamento. Logo pode-se afirmar que, ao ver o trabalho de uma costureira é fato que ela aprendeu uma técnica complexa por meio de muito estudo, ainda

que esse processo de formação não seja formalmente reconhecido.

Outro ponto problemático é que o ofício de costureira, por vezes, é associado a um trabalho doméstico e não profissionalizado. De fato, no estudo empírico e no estudo teórico foi possível evidenciar que, na maioria dos casos, o aprendizado do ofício da costura se estabeleceu a partir de um ensino não formal, mas é importante destacar que isto não é obstáculo para estas mulheres exercerem a profissão.

Eu aprendi a costurar com minha avó, ela me orientava, me mostrou como cortava o tecido se era pelo avesso ou pelo direito. A primeira peça que ela me ensinou foi uma saia, sem molde sem nada, ela só media a cintura e marcava mais ou menos o comprimento, cortava o pano e colocava o zíper. Depois dessa saia eu empolguei com a costura, nunca mais parei de costurar (ÁGATA, 2021).

Sem uma qualificação formal, o que se observou na prática é a utilização de outros meios para validar os saberes envolvidos no ofício, as costureiras não são meras executoras de processos predefinidos, estas profissionais agregam diversos valores a atividade. Tais evidências, podem ser encontradas nas falas das entrevistadas que são exemplificadas nas passagens:

Faço meu trabalho com qualidade, é tão bom você ver uma pessoa usando uma peça que você fez, traz um orgulho, você se sente realizada, porque é uma coi-

sa que a gente fez. Me dá muito prazer quando alguém pega uma peça que eu fiz, olha e fala assim: “a peça dela não tem nenhum defeito, ficou perfeita” (JADE, 2021).

Observa-se um elemento de motivação na fala de Jade, o desejo de qualidade faz com que ela realize o seu trabalho numa constante busca pela perfeição. Assim, como Sennett (2009, p. 30) observa na atividade do carpinteiro, “ainda que sua atividade tenha caráter prático, sua lida não é apenas meio para alcançar um outro fim”.

Ser costureira para mim é uma honra, porque sabendo que fiz um trabalho, que outra pessoa viu, gostou e elogiou, eu já não me sinto muito inútil. Para mim é um troféu quando a cliente experimenta a roupa e eu vejo que ela gostou. Me sinto realizada quando ela veste a roupa e diz “estou linda”. Se eu fiz meu trabalho com capricho e eu mesma gostei a cliente vai ficar mais grata ainda. Quando alguém vê meu trabalho e pergunta: “nossa que roupa linda e maravilhosa, quem fez?”, fico muito feliz e tento fazer ainda melhor da próxima vez (ÁGATA, 2021).

A relação entre os saberes e os valores estão articulados à atividade, chamam atenção para a singularidade do sujeito ao apresentar o produto de seu trabalho, tanto Jade quanto Ágata expressam na costura sua maneira de relacionar consigo mesmas e com o outro, a busca por qualidade e a confecção de um bom trabalho são os principais fato-

res da forma como elas se apropriam de saberes e o que atribuem como valor.

Fischer (2016), que aborda o assunto de forma semelhante, relata, por exemplo, que a forma que a costureira faz o acabamento de uma peça, costuras e bainhas, pode tornar a roupa uma obra prima:

A estética e o toque do acabamento podem fazer da roupa uma obra-prima ou acabar com a peça. É sempre necessário ter um bom conhecimento sobre fechamentos, forros, comportamento de tecidos técnicas, tradicionais de acabamentos ou técnicas para tecidos específicos (FISCHER, 2016, p. 165).

É válido afirmar que, embora existam qualificações formais em relação à atividade da costura, essa qualificação não é fator determinante para executar a profissão, até porque a profissão da costureira ainda é uma atividade não regulamentada no Brasil, conforme já mencionado. Os saberes profissionais das costureiras entrevistadas foram validados no trabalho real, por meio de experiências anteriores e na prática diária de costura.

Apoiando-se nas pesquisas empíricas aprofundadas de Everett Hughes (1955), descrito no artigo “The making of a physician - A fabricação de um médico”, Dubar (2012) corrobora o argumento empírico ao explicar que se tornar um profissional médico não estava unicamente associado ao ingresso na universidade e na aquisição de conhecimentos teóricos e abstratos, o êxito da formação profissio-

nal era atingido a partir da iniciação ao trabalho real (oposto de trabalho prescrito). O autor conclui que “não se trata fundamentalmente de acumulação de conhecimentos, e sim de incorporação de uma definição de si e de uma projeção no futuro, envolvendo, antes de tudo, o compartilhamento de uma cultura do trabalho profissional e a exigência do trabalho bem feito” (DUBAR, 2012, p. 357).

Também para a costureira o fazer está relacionado ao pensar, ao desenvolver esta relação elas aperfeiçoam sua técnica, a qual deixa de ser apenas uma habilidade para tornar-se um saber sincronizado com a situação de trabalho, gerando novas competências.

5

Situação de Trabalho em Contexto Doméstico

O tema geral que enquadra este item é o da relação entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo, saberes e competências que se constroem nas situações do dia a dia no ambiente doméstico, visto que ambos acontecem no mesmo espaço físico.

O referencial teórico que embasou o capítulo é sintetizado pelo conceito de consubstancialidade, para compreender as relações sociais por meio do cruzamento das categorias de exploração e dominação que lhes configuram, a saber: a classe, a raça e o gênero.

As relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam relação de exploração e opressão, respectivamente, uma vez que a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza a “dupla jornada de trabalho” (NOGUEIRA, 2010) e muitas vezes “múltipla jornada de trabalho” (GUIMARÃES; QUIRINO, 2017), para as mulheres. Nesta pesquisa evidenciou-se que o trabalho da mulher vem se configurando em um trabalho múltiplo e simultâneo.

Trabalho múltiplo e simultâneo

Buscando compreender a complexa relação de poder entre homens e mulheres, e a resultante opressão feminina, recordar-se o entendimento de capitalismo patriarcal defendido no texto “Gênero, patriarcado, trabalho e classe”, entendendo por patriarcado uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente o poder é dos homens. Ele é assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (HIRATA, 2018).

O conceito capitalismo patriarcal permite avançar na compressão da complexidade das relações sociais de sexo, possibilitando desnaturalizar uma série de construções sobre o papel social de homens e mulheres. A introdução desta pesquisa propôs discutir a problemática opressão feminina, mostrando que há um grupo social que é sobrecarregado por um certo tipo de trabalho invisível, designado pela divisão social e sexual do trabalho, tal constatação está presente nos relatos das costureiras.

Ao ser questionada sobre como organiza o trabalho de costura e o trabalho doméstico, Jade explica que este é um ponto bastante polêmico em casa, ela sozinha desempenha os dois trabalhos, o marido não divide os afazeres domésticos, por isso ela precisa realizar as tarefas domésticas no período que seria de seu descanso.

O problema é organizar o trabalho, porque as vezes tem muita roupa para cos-

turar e prazo curto. Eu faço assim: o dia que tenho muita costura, eu estou focada na costura, nem em casa eu mexo muito, deixo tudo a “deus dará” mesmo. Quando chega o final de semana eu trabalho até o meio dia na costura e depois vou para o serviço de casa, vou lavar, passar, fazer faxina. O serviço de casa de uma semana inteira eu tenho que fazer todo no sábado de tarde (JADE , 2021).

As relações sociais de sexo ocorrem em vários espaços de interação social, como na moradia com a família e no local de trabalho. No caso das costureiras a esfera privada – contexto doméstico – e a esfera pública – ofício de costureira – acontece no mesmo espaço físico, desta forma apresenta-se um conjunto de novas experiências vivenciadas pelas mulheres.

A inserção da mulher no mundo do trabalho produtivo é tema investigado em diversas pesquisas, Claudia Mazzei Nogueira (2006), propõe o termo “trabalho duplicado” frente a divisão sexual do trabalho, a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que exercem um trabalho remunerado no mundo da produção, caracterizando assim, uma dupla jornada de trabalho.

[...] o combate à opressão contra a mulher se torna mais acentuado, onde era preciso mais do que nunca lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos

iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Observou-se durante a pesquisa que o trabalho das costureiras está sobreposto ao papel que a mulher desempenha como dona de casa, como esposa e como mãe. Não existe uma separação entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado de costura e o tempo das tarefas domésticas no espaço doméstico. Neste caso, o conceito de “trabalho duplicado” parece insuficiente para apreender a dinâmica real de trabalho. Como as costureiras permanecem no mesmo espaço, não ocorre uma interrupção da jornada de trabalho na costura, pelo contrário, ela é contínua nesse espaço, onde diferentes tarefas são realizadas, elas realizam um trabalho múltiplo e simultâneo.

Para discutir o impacto deste trabalho múltiplo e simultâneo, o conceito de “sujeito sexuado do trabalho” proposto por Kér goat, torna-se primordial, tal diferenciação do sujeito no trabalho permite apreender o lugar das mulheres na produção e na reprodução social. Ávila e Ferreira (2020) discutem no artigo “Reflexões acerca da constituição sexuada do sujeito em Danièle Kér goat”, a condição heterogênea e sexuada da classe e a centralidade do trabalho nas relações sociais de sexo, reafirmadas no conjunto das pesquisa empírica e elaboração teórica de Danièle Kér goat.

Kérgoat ao desvelar os processos de exploração e dominação das mulheres no mundo do trabalho, desvendando os seus mecanismos de reprodução e, ao mesmo tempo, os movimentos cotidianos de tensão nas práticas cotidianas de trabalho, constrói uma análise crítica que possibilita a compreensão dessa realidade, aportando, assim, uma base analítica importante para a ação dos sujeitos do trabalho na reflexão sobre o vivido individualmente e o problema coletivo, que só através da reflexão e da ação coletiva pode avançar, no sentido de criar o movimento da sua própria emancipação. É exatamente nesse sentido que a relação entre indivíduo e coletivo é foco central da sua análise crítica (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p. 44).

Hirata (2018) corrobora os argumentos ao destacar que o que constrói a possibilidade de tomada de consciência de gênero não é o reconhecimento de uma identidade como mulher, mas, antes, o desvendamento no processo de reflexão coletiva sobre a naturalização dessa condição e a consequente reivindicação da qualificação profissional que é, a um só tempo, a negação da vocação e do dom.

Embora a opressão feminina esteja fortemente ancorada na sociedade patriarcal, essa opressão, é claro, não atinge de maneira igual todas as mulheres, no entanto, com base em pesquisas empíricas amplas e diversificadas, Hirata (2018) conclui que a opressão das mulheres ainda persiste:

Podemos concluir essa apresentação sumária das desigualdades entre mulheres e homens no trabalho, nos referindo à constatação feita sistematicamente hoje a partir das pesquisas empíricas em ciências sociais: a posição das mulheres e dos homens na hierarquia social, em termos de repartição do trabalho doméstico, de hierarquia profissional ou de representação política não é a mesma nas sociedades contemporâneas. O paradoxo dessa desigualdade persiste, a despeito do fato de que as mulheres têm níveis de educação superiores aos dos homens em quase todos os níveis de escolaridade e em praticamente todos os países industrializados (HIRATA, 2018, p. 18).

Portanto, torna-se necessário dar visibilidade às relações que se constroem na esfera privada, a fim de aproximar-se da compreensão do trabalho real das mulheres, especialmente do contingente feminino que trabalha em domicílio. As relações de classe são sexuadas e as relações sociais de sexo são atravessadas por pontos de vista de classe – relações de sexo e relações de classe organizam a totalidade das práticas sociais (KÉRGOAT, 2018).

As costureiras entrevistadas acumulam múltiplas desvantagens sociais – de classe, de gênero e de raça – o impacto de tais desvantagens sociais na vida das mulheres trabalhadoras, não só na vida produtiva, mas, principalmente, na relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, reúne no ofício de costureira um conjunto de características indicativas de sua desvalorização social: longas jorna-

das de trabalho, baixa remuneração e ausência de proteções trabalhista e previdenciárias.

Dois termos – interseccionalidade e consubstancialidade – buscam explicar o entrelaçamento das variáveis sociais para assinalar a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes, embora distinto, ambos partem da premissa segundo o qual as relações sociais de sexo, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis.

De acordo com Hirata (2018), pode-se situar a origem do conceito de *interseccionalidade* nas elaborações teóricas do blackfeminism (feminismo negro), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco e de classe média. Por sua vez, a concepção de *consustancialidade*, proposta por Danièle Kérigoat (2002), foi elaborada em termos da articulação entre sexo e classe social, para ser desenvolvida, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça. Hirata (2018) ressalta que, embora os conceitos tenham implicações teóricas diferentes o principal ponto de convergência é a não hierarquização das relações sociais, uma não tem prioridade sobre outra:

Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade: a intersecção no ponto de partida da sua conceptualização é aquela entre sexo e raça, enquanto a de Kérigoat é aquela entre sexo e classe o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas significativamente diferentes. Um ponto maior de convergência

entre ambas é a proposta de não hierarquização dos tipos de opressão (HIRATA, 2018, p. 20).

Para além da não hierarquização das relações sociais (gênero; classe; e raça) os conceitos, consubstancialidade e interseccionalidade, apresentam implicações teóricas e políticas significativamente distintas. Danièle Kérigoat elucida melhor a diferença na conferência “Pensar o intrincamento dos sistemas de dominação: gênero, classe e raça”, proferida em 2006 no 11º Congresso da Associação Francesa de Sociologia – versão ampliada e organizada no artigo “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais” de 2010.

A autora, apresenta uma crítica à concepção de interseccionalidade, ao afirmar que a ideia de intersecção dificulta pensar as relações sociais de maneira móvel e historicamente determinada, coloca as relações em posições fixas o que leva a naturalizar as categorias analíticas.

Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propria-

mente “posições” ou, mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação (KÉRGOAT, 2010, p. 98).

Neste ponto, considera-se a conceituação consubstancialidade mais abrangente para perfazer o desafio imposto à análise empírica, na pesquisa foi possível perceber que as categorias analíticas estão sobrepostas, as costureiras são mulheres (gênero), negras (raça) e pobres (classe).

Segundo Kér goat (2010) relacionar essas três categorias de análise que compõem as relações sociais, não significa fazer uma volta em todas as relações sociais, uma a uma, mas analisar as intersecções e interpenetrações que formam esse nó no seio de uma individualidade ou de um grupo. O conceito de consubstancialidade compreende que o campo social é atravessado por tensões entre grupos de interesses diferentes, envolvendo relações de poder, dominação, opressão e exploração.

As costureiras foram classificadas como negras apenas com base no fenótipo racial, que apresenta o biótipo clássico do negro: cabelos encaracolados, nariz largo, lábios grossos, e pele escura, ciente que discutir a categoria raça está muito além de tais atributos, conforme acentua Santos, Alarcón e Rocha (2020, p. 219) é preciso apreender muito mais do que o tom da pele e os caracteres aparentes, é preciso fazer mediações sócio históricas que caracterizam a singularidade dos indivíduos, contextos e particularidades das “relações sociais que

demonstram as determinações que cercam as vidas das pessoas não brancas, sobretudo com maior intensidade daquelas identificadas em seu fenótipo como pretas e pardas”.

Portanto, nesta pesquisa, fez-se a opção por analisar apenas as categorias gênero e classe. Importante ressaltar que essas relações – gênero e classe – “são relações de produção, nelas, entrecruzam-se exploração, dominação e opressão” (KÉRGOAT, 2010, p. 86).

Na pesquisa empírica foi possível perceber que as costureiras trabalham muitas horas por dia, trabalham também aos sábados, domingos e feriados. Jade e Ágata relataram que quando tem muita demanda, trabalham enquanto aguentarem, nesse contexto, as costureiras trabalham sem jornada de trabalho definida e muitas vezes incorporam a família no trabalho produtivo, principalmente outras mulheres da família (filhas; irmãs; mãe):

Quando eu tenho muito serviço, estou muito apertada, eu chamo alguma costureira para me ajudar, geralmente chamo a minha irmã. É uma chance para ela não ficar parada e ganhar um dinheiro. É assim, uma ajudando a outra (JADE, 2021).

A marca dessa forma da inserção de outras mulheres no trabalho produtivo (no caso de Jade, a irmã) denota ainda mais precarização das condições de trabalho. Nesta modalidade é comum que outros membros da família sejam incorporados às atividades, principalmente rede de mulheres:

mães, avós, tias, filhas. Além do mais, os espaços coexistem, utensílios domésticos acabam se misturando com máquinas, equipamentos industriais, tecidos e matéria-prima.

Quanto ao contexto socioeconômico das costureiras muitos relatos foram ouvidos, e embora as costureiras tivessem histórias de vida singulares, algumas características uniam suas falas. Por mais particular que fosse cada trajetória, ainda assim, as histórias das costureiras traziam pontos semelhantes, por exemplo: tiveram contato com o ofício na infância; aprenderam a costurar com outras mulheres, em geral avó, mãe ou tia; a costura fazia parte do dia a dia da família; citaram habilidades manuais como facilitadora para o interesse em costurar. Outra marca forte foi a questão da opção pelo ofício, elas iniciaram na profissão principalmente motivadas pela necessidade em ter uma fonte de renda, talvez inseridas na costura sem escolha.

Apresenta-se o contexto socioeconômico das costureiras, sujeitos da pesquisa (Jade e Ágata), expondo as questões que elas revelaram vivenciar. São mulheres provenientes de camadas de mais baixa renda, com pouca escolaridade e com poucas oportunidades de emprego.

De acordo Sorj, Jorge e Abreu (1993, p. 165), o trabalho doméstico remunerado é a ocupação responsável pela inserção de parcela expressiva de mulheres no mercado de trabalho, devido à pouca escolaridade muitas mulheres estão ligadas as atividades que geram baixa remuneração, aumentando

a lacuna entre rendimentos e escolaridade, atuando perversamente, seja como desestímulo à escolarização feminina, seja como desestímulo à incorporação pelas mulheres de uma identidade ocupacional para além de sua identidade doméstica.

Importante destacar que as constatações das autoras são referentes aos dados da década de 1990, analisados no artigo intitulado: “Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990”. O contexto dos dados do artigo reflete a realidade narrada por Jade e Ágata, elas trabalharam no serviço doméstico remunerado ainda jovens, se inseriam no mercado de trabalho próximo da década de 1990.

Em um estudo mais recente, Bila Sorj (2014) constata que o trabalho doméstico remunerado vem passando por mudanças importantes nas últimas décadas, sugere mudanças na identidade das trabalhadoras nota-se também um envelhecimento da categoria, ou seja, a ocupação está deixando de ser a principal porta de entrada no mercado de trabalho para mulheres jovens e pobres. No entanto, embora observe-se acentuada entrada de mulheres em outras atividades, “o emprego doméstico continua a ser a maior ocupação de mulheres no Brasil: 17% das mulheres ocupadas são trabalhadoras domésticas” (SORJ, 2014, p. 125).

As mulheres precisam conciliar o trabalho remunerado com os afazeres domésticos e o cuidado com a família, sendo assim elas permanecem ligadas a atividade que geram baixa remuneração

e sem proteção da legislação trabalhista ou previdenciária, caso das entrevistadas. Antes de se tornarem costureiras elas tiveram como única oportunidade de gerar renda, o trabalho como empregada doméstica.

Trabalhei na casa da minha cunhada como empregada doméstica, na época ela me chamou até para me ajudar, porque meu marido estava desempregado. Ela já tinha uma confecção, ela disse assim: você me ajuda com o serviço de casa e quando tiver uma folga no serviço de casa você me ajuda na confecção. Você tira uma linha, arremata uma peça e vai me auxiliando em algumas coisas (JADE, 2021).

Jade relata que trabalhar como empregada doméstica foi sua primeira oportunidade para compor a renda da família, no entanto “agarrou” a chance de aprimorar-se no ofício de costureira para melhorar a condição de vida da família.

Quando terminava o serviço de casa (limpar; lavar e passar) eu ia para a confecção ajudar minha cunhada. Ela viu meu interesse e foi me instruindo. Cada dia eu ficava em uma máquina e ela me ensinando, no overloque, na reta e na galoneira. A minha cunhada tinha dificuldade em enfiar a linha na agulha, eu já tinha essa facilidade, ela ia me ensinando os detalhes de onde ir passando a linha e no final dava certo. É um conjunto de tudo, você tem que aprender a enfiar a linha no local certo para a costura ficar adequada.

Porque se colocar errado a linha a costura sai errada também, tem que saber manusear um pouquinho de tudo (JADE, 2021).

O primeiro emprego de Ágata também foi como empregada doméstica:

Comecei a trabalhar quando eu tinha 10 anos, eu fui trabalhar com uma vizinha ajudando ela em casa e cuidando dos filhos dela. Saia da escola e já ia direto para a casa dela, eu ficava lá até a noite. Um mês depois ela perguntou se eu queria aprender a costurar. Ela me ensinou a arrematar, a costurar na máquina de costura reta e no overloque. Eu saí de lá com 18 anos e logo depois me empreguei em uma confecção, mas aí já era costureira (ÁGATA, 2021).

Jade e Ágata conseguiram por meio da costura encontrar um modo de administrar a casa e família e ao mesmo tempo garantir uma fonte de renda. Sorj (2004), ao estudar as costureiras a domicílio, consta que esta é uma atividade essencialmente feminina e invisível. Esta caracterização do contexto social dos sujeitos da pesquisa, ainda que específica, sintetiza bem a dinâmica social de outras costureiras e permite apreender um pouco sobre diferentes caminhos que levam as mulheres a trabalhar como costureiras.

As mulheres enfrentam grandes dificuldades para conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico não pago, com isso o ofício de costureira, reúne um conjunto de características

indicativas de sua desvalorização social, baixa remuneração; longas jornadas de trabalho; e ausência de proteção da legislação, são alguns exemplos.

Sorj (2004), no artigo “Trabalho remunerado e não-remunerado”, enfatiza que a articulação entre a esfera da produção econômica – trabalho remunerado – e a esfera da reprodução – cuidados com a família – não podem ser compreendidos de maneira isolada. A autora aponta como tanto as obrigações domésticas quanto as más oportunidades de trabalho impõem limites às mulheres, ressalta que, quanto menor seu preparo e sua qualificação, mais difícil é para elas negociarem as tarefas domésticas, levantando a questão de uma participação diferenciada de mulheres no mercado de trabalho.

Conforme Hirata (2018) a divisão sexual do trabalho doméstico é central para compreender as condições de trabalho profissional das mulheres,

[...] quanto à divisão sexual do trabalho doméstico: se indicamos desigualdades gritantes no que diz respeito ao trabalho profissional, pior ainda parecem ser as desigualdades no âmbito do trabalho doméstico: o que é atribuído a um e a outro sexo é um fator imediato de desigualdade e de discriminação. A atribuição do trabalho doméstico às mulheres permaneceu intacto em todas as regiões do mundo, com diferenças de grau na sua realização, dos modelos tradicionais aos modelos de delegação (HIRATA, 2018, p. 18).

De uma maneira geral, a questão da conciliação entre trabalho e vida familiar é tema central da vida das mulheres, no entanto elas vivenciam situações sociais e culturais diferentes, por isso, no caso das costureiras, a questão é ainda mais evidente. Elas são mulheres de famílias mais pobres, estão em desvantagem em relação a inserção no mercado de trabalho, quando comparadas ao grupo de mulheres de renda superior, as costureiras não têm a possibilidade transferir o trabalho doméstico (modelo de delegação).

Precarização do trabalho

Apreender a dinâmica de trabalho das costureiras demandou uma série de considerações e cautelas para evitar impropriedades, devido à peculiaridade do ofício que em muitos cenários caracteriza a costureira como empregada informal ou como empreendedora autônoma. A pesquisa revelou que, embora o ofício de costureira se apresente como uma importante fonte de renda para inúmeras mulheres, essa entrada feminina no mundo de trabalho veio acompanhada pela precarização, fazendo com que as mulheres sejam as mais prejudicadas pelos processos de informalidade e flexibilidade do trabalho.

Percebeu-se dois mecanismos que expressam a multiplicação de condições precarizadas no ofício de costureira, gerando flexibilização do contrato de

trabalho, das condições de trabalho, da jornada de trabalho e uma extensão do espaço produtivo no espaço privado/doméstico, primeiramente a modalidade de trabalho domiciliar e posteriormente o incentivo ao empreendedorismo de si.

O trabalho domiciliar, de forma genérica, pode ser conceitualmente expresso como atividade remunerada exercida no espaço de moradia de quem o realiza. Assumem as formas assalariadas ou por conta própria, podendo o trabalhador realizar todo o processo produtivo ou apenas uma de suas etapas (NEVES; PEDROSA, 2007).

Conforme Briguglio (2020), o trabalho domiciliar corresponde a uma enorme variedade de atividades que abrigam diferenças significativas entre si, sobretudo acerca do processo de trabalho que repercutem no grau de autonomia das/os trabalhadoras/es domiciliares. As autoras afirmam que desde a década de 1990 o trabalho domiciliar transformou-se e ampliou-se significativamente, sendo que as estratégias de redução de custos da produção por meio da externalização, subcontratação e terceirização são exemplos muito objetivos de como tanto o crescimento quanto as mudanças no trabalho domiciliar estão associadas ao novo padrão de acumulação capitalista, que produziu novas formas de gestão e organização do trabalho.

Especificamente no setor de confecção, o trabalho domiciliar é largamente utilizado sendo possível estabelecer o nexos opressão-exploração expresso na gestão do trabalho informal e precário

que articula desigualdades de classe e sexo/gênero o trabalho domiciliar é atravessado pelas tendências globais de ampliação da extração de valor por meio da intensificação do trabalho precário, informal e desprotegido executado majoritariamente pelas mulheres (BRIGUGLIO, 2020).

A atualidade e relevância da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, estão situadas como ferramentas necessárias para a compreensão do trabalho em domicílio, já que as fronteiras entre público e privado – trabalho produtivo e trabalho reprodutivo – estão encobertas na atividade das costureiras. Faz-se necessário, tais conceitos para uma reflexão crítica sobre a atividade e o processo produtivo geralmente é estruturado de forma bastante precarizada, onde o espaço doméstico passa a ter dupla significação: espaço do trabalho produtivo e espaço para a vida privada, este tipo de organização cria uma imagem de disponibilidade permanente da mulher, as atividades são organizadas de maneiras excessiva, intermitentes e simultâneas, interferindo nas atividades familiares, no lazer e no descanso.

A Figura 05, ilustra o espaço de trabalho de Jade, ela está submetida a condições bastante precárias, o espaço da sala de costura é escuro e mal ventilado.

Figura 5 – Sala de costura



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

É possível perceber que o espaço está sempre abarrotado de roupas, tecidos e linhas, o arranjo físico, posicionamento relativo aos recursos produtivos, ou seja, a combinação dos diversos equipamentos, máquinas e materiais não estão dispostos adequadamente, fator importante que prejudica a realização da atividade. O arranjo físico da sala de costura ocupa espaço com os itens domésticos da casa, fazendo com que a própria casa se torne uma extensão da fábrica.

A pesquisa realizada por Briguglio (2020), chegou a conclusões semelhantes, pois as autoras observaram que a garagem, sala e/ou cozinha, cômodos da casa, eram transformados pela produção faccionada, oferecendo pouca ou nenhuma qualidade para o exercício da costura, sendo que a iluminação é falha e as cadeiras não são ergonômicas.

Outro fator bastante importante é o nível de isolamento que essa modalidade de trabalho impõe. As mulheres passam dias, às vezes semanas, sem sair de casa. E, na maioria dos casos, o isolamento é rompido apenas quando as costureiras necessitam ir até o armário comprar linhas e botões, e/ou quando a máquina de costura precisa de consertos. A máquina de costura, muitas vezes localizada nas cozinhas, disputa espaço com o fogão e a mesa de jantar, transformando o cotidiano e subordinando o tempo da reprodução da vida ao tempo do trabalho na produção de confecções. A maneira como as costureiras vivenciam o espaço da casa é traduzido em expropriação e sofrimento, revelado na fala de uma interlocutora, em entrevista concedida em 2017: “A minha casa é uma bagunça e soffro com isso” (BRIGUGLIO, 2020, p. 60).

Quanto ao empreendedorismo, duas modalidades são identificadas, a atividade de costurar roupa completa e ajustar roupas em casa apresenta-se de forma mais positiva em relação grau de autonomia das costureiras, constatou-se que tanto Jade quanto Ágata se sentem mais valorizadas nesta

modalidade do ofício, observou-se um sentimento de satisfação e valor como ser humano, o trabalho remunerado lhes confere poder para sustentar a si e a seu grupo familiar.

Outra forma de empreendedorismo observado na atividade das costureiras é trabalho destituído de direitos trabalhistas, Costa e Mueller (2020) trazem os termos “empreendedorismo de si”, ou “empreendedores individuais”, ideologia que surge no capitalismo contemporâneo, no limiar do século XXI, como novas formas de precarização do trabalho. Colombi, Lemos e Corrêa (2020) corroboram os argumentos ao explicar como o ideário do empreendedorismo invisibiliza os conflitos inerentes à relação de exploração

Em primeiro lugar, o esvaziamento do patamar de proteção ancorado no contrato de trabalho acentua a precariedade da trabalhadora formal do setor de confecção. Ao mesmo tempo, os empresários almejam que as trabalhadoras assumam, progressivamente, o papel de gestoras de sua trajetória profissional e busquem o acesso aos direitos sociais individualmente na esfera do mercado. Em segundo lugar, o incentivo ao empreendedorismo dissimula a relação de subordinação e invisibiliza os conflitos inerentes à relação de exploração ao promover relações entre “empresas” (COLOMBI; LEMOS; CORRÊA, 2020, p. 255).

De acordo com as autoras esse é um caso típico de como a terceirização substitui o vínculo de

trabalho por uma relação de prestação de serviços, não se trata mais de uma relação entre empregado e empregador, mas entre empresas supostamente autônomas, estimulando o ideário do empreendedorismo.

6

Competências no Ofício de Costureira

De acordo com objetivo específico da pesquisa – avaliar as competências desenvolvidas pelas mulheres evidenciadas em situação de trabalho, no ofício de costureira – discute-se o tema da competência estabelecendo conexões com uma realidade empírica específica, a das costureiras que trabalham em casa.

No início da pesquisa uma das questões centrais estava no entendimento da constituição de competências profissionais pelas mulheres na atividade, no entanto, no decorrer da pesquisa percebeu-se que interrogar-se unicamente sobre competências profissionais não fazia sentido. Abordagem Ergológica do Trabalho preconiza que é preciso reconhecer no conceito de competência um debate de normas permanente com o contexto social, cultural e histórico, são desenvolvidas competências para viver e não apenas competências para o trabalho.

No que tange aos estudos sobre atividade humana, recorre-se às propostas de Yves Schwartz (1998) a respeito das competências, no texto “Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel”, o autor define competência como um conjunto de ingredientes necessários à execução de qualquer atividade, des-

ta forma determinar competências para o trabalho trata-se de uma questão insolúvel, não sendo possível uma definição de competência separada das condições do dia a dia necessárias ao viver. “A competência é uma realidade vaga que recebe um conteúdo em tendência no campo das atividades sociais; sendo assim, buscar definir suas condições nos limites equivaleria à busca absurda do que poderiam ser as competências necessárias para viver” (SCHWARTZ, 1998, p. 5).

Considera-se pertinente utilizar a abordagem ergológica para uma análise centrada nas situações reais de trabalho e a perspectiva da mulher, desvendando as vivências das costureiras em relação à organização do trabalho. Além disso, os pressupostos da Ergologia possibilitam apreender atividade como resultado de muitos componentes, que variam de acordo com cada indivíduo e cada contexto.

Os ingredientes da competência das costureiras

No ofício de costureira o processo de trabalho pode ocorrer em diferentes dimensões, a vivência das costureiras em relação à organização do trabalho será estudada considerando os ingredientes da competência para que o trabalho seja realizado a contento, segundo Schwartz (1998):

O primeiro ingrediente da competência industriosa contempla e mede o grau de apropriação do primeiro momento, isto é, em que a situação se desenrola em conformidade à imagem de um protocolo experimental. Essa referência à prática científica indica que todo processo ergológico deve tentar antecipar suas sequências, e portanto, ao modo desta, neutralizar e, até um certo ponto, anular a dimensão “conjuntural” da situação de trabalho, o fato de esta ocorrer aqui e agora pela mediação de seres singulares com objetos e ambientes técnicos particulares (SCHWARTZ, 1998, p. 106).

Esse *primeiro ingrediente da competência* adota conteúdos variados, abrange o domínio do conhecimento necessário para exercer a atividade, domínio das normas e dos protocolos em situação de trabalho.

Para que a máquina de costura funcione corretamente existem procedimentos básicos a serem seguidos, espera-se que as costureiras sejam capazes de dominar a máquina para que o equipamento funcione corretamente no seu trabalho. “O desafio maior da costura é você conseguir dominar a máquina, para sentar na máquina e costurar mesmo, tem que ter muito treino senão você não consegue” (JADE, 2021).

Um dos primeiros pontos a ser verificado antes de começar a costurar é a colocação correta da agulha na máquina, um simples erro ao colocar a agulha pode levar ao funcionamento incorreto do

equipamento. No manual de instruções da máquina reta, produzida por uma fabricante mundial de máquinas de costura doméstica, a colocação da agulha é descrita da seguinte forma:

Desligue a máquina antes de manusear a área da agulha. Selecione o tamanho apropriado de agulha de acordo com o tecido e a linha usados. 1) gire manualmente o volante em sua direção até que a barra da agulha alcance sua posição mais elevada. 2) solte o parafuso, e introduza a agulha com seus recortes voltados para a direita. 3) introduza a agulha o máximo que puder no sentido da seta. 4) aperte firmemente o parafuso. 5) Certifique-se de que o rasgo longo da agulha esteja voltado para a esquerda.

Jade utiliza a máquina de costura reta da marca Yamata, a colocação e substituição de agulhas na máquina é tarefa frequente no seu dia a dia de trabalho, ela domina a técnica para colocar a agulha na máquina sem utilizar a prescrição descrita no manual, Jade explica a atividade da seguinte forma:

Quando eu preciso trocar a agulha eu afrouxo o parafuso aqui (indica o parafuso na máquina) até a agulha cair, não tira o parafuso todo. Pego a agulha nova, tem que ter cuidado para colocar a agulha do lado certo, o lado reto da agulha fica para a esquerda ou lado que tem a “cava” da agulha fica para a direita. Aí é só encaixar a agulha e apertar o parafuso. É um processo muito simples (JADE, 2021).

A costureira deve executar diversas tarefas antes de iniciar a utilização da máquina de costura, outros exemplos de procedimentos descritos no manual de instrução são: colocar a bobina na caixa de bobina; passar a linha no cabeçote da máquina; ajustar a tensão da linha; e ajustar o comprimento do ponto. No caso das costureiras entrevistadas, os manuais de instrução ou procedimentos escritos não estão disponíveis e também não fazem parte da rotina para desenvolvimento das atividades realizadas. Para garantir a execução da atividade, as costureiras são treinadas na prática e têm suas dúvidas esclarecidas por outras costureiras mais experientes. Para Ágata não é possível identificar como ela aprendeu cada procedimento que deve executar na máquina, ela simplesmente domina esse saber: “Nunca li o manual. Acho que aprendi errando, olhando e perguntando como fazia. As vezes dava errado aí eu fazia de novo e dava certo”.Á

Segundo Schwartz (1998, p. 108), “determinar o primeiro ingrediente da competência, domínio técnico-conceitual, em cada caso particular e avaliar seu grau de apropriação pelos indivíduos supõe, portanto, procedimentos ajustados à própria definição desse tipo de ingrediente”. Sendo assim, nessa pesquisa não se buscou condutas das costureiras visando maior aproximação aos procedimentos formais a serem seguidos, não foi identificada a rotina de treinamentos dos procedimentos e nem treinamento individualizado para as costureiras. Constatou-se que tanto Jade quanto Ágata cons-

tituem atributos consubstanciais para executar a atividade de trabalho.

O domínio dos procedimentos antecedentes, ou seja, do conhecimento que as costureiras possuem sobre a máquina de costura é importante para orientar as atividades no ofício, no entanto as competências previstas estão muito longe de serem suficientes para dar conta das situações do dia a dia. O conhecimento construído por meio da experiência profissional é um ponto forte no ofício de costureira e representa o *segundo ingrediente da competência*. De acordo com Schwartz (1998) a competência segue um protocolo de experimentação, experiência ou encontro:

O que também chamamos de Registro 2 ou dimensão “experimental” nos parece ser uma característica universal de todo processo ergológico: não existe situação de atividade que não seja afetada pela infiltração do histórico no protocolo. Isso requer, portanto, uma forma de competência ajustada ao tratamento dessa infiltração, tratamento por definição jamais padronizado e que, por isso mesmo, reforça a contingência da situação (SCHWARTZ, 1998, p. 106).

Nesse sentido, a experiência construída permite que a costureira constitua conhecimentos práticos de acordo com as situações vivenciadas. Determinar a espessura e o tipo de agulha corretamente de acordo com o tipo de tecido que será costurado é um ponto importante a ser verificado antes de começar a atividade,

Muita gente tem medo de costurar, fala assim: “não vou costurar porque toda hora eu quebro uma agulha”. A costura é assim mesmo, até nós que somos profissionais dependendo do que você vai fazer as vezes você quebra agulha uma atrás da outra (JADE, 2021).

No manual de instrução da máquina consta uma tabela de agulhas sugeridas para cada tipo de tecido, no entanto a simples descrição deste procedimento no manual não é suficiente.

A costureira precisa dominar os procedimentos para a escolha correta das agulhas. Ágata explica o processo:

Existe vários tipos de agulhas, todas vão da numeração mais baixa para tecidos mais finos e numeração mais alta para tecidos mais grossos. Cada tipo de agulha faz um tipo de ponto. A que eu mais uso é agulha de ponta para costurar tecidos de algodão. Eu também uso a agulha para tecidos com elastano (ÁGATA, 2021).

Ainda que Ágata não utilize o manual de instrução, e faça a escolha das agulhas baseada na própria experiência, poderia argumentar que as informações descritas por ela estão previstas no manual. No entanto, a costureira além de dominar os processos de uma vasta gama de tarefas prevista, precisa estar atenta ao que há de inédito em cada situação, Jade relata sua experiência com agulhas:

Eu uso a agulha mais forte que tem, da marca Orange, é a mais cara de todas. Ela

custa R\$15 o pacotinho com 10 agulhas, mas vale a pena comprar ela, dura muito mais. Se eu compro outra marca mais barata quebra muita agulha aí toda hora eu tenho que parar a máquina, atrasa todo meu trabalho. E também meu lucro vai embora, fica todo nas agulhas (JADE, 2021).

Na fala de Jade, evidencia-se como ela lida com situações imprevistas e desafiadoras e como toma as melhores decisões em cada situação, podendo, desta forma, desenvolver competências estratégicas de gestão do negócio, envolve, o domínio de elementos econômicos (preço da agulha; relação custo x benefício; cálculo de lucro), organizacionais e operacionais – tempo gasto para substituição das agulhas – numa sequência que vai do geral ao particular, de forma articulada. A tarefa prevista, aparentemente simples, de substituição da agulha na máquina tem grande impacto na atividade da costureira, impacta diretamente nos valores percebidos como atributos de uma boa costureira, pontualidade, compromisso e qualidade. Jade relata que “quando a agulha quebra, você vai abrir a costura, você vê que o tecido está todo furado, o tecido rasga”.

Este caráter impreciso da atividade coloca desafios para as costureiras que são os de diagnosticar adequadamente os problemas, mostrando-se mobilizadas para atuar naquela situação. Ágata evidencia o aspecto inusitado das demandas da atividade ao falar do problema de quebra de agulha ao

costurar um tipo de blusa específico com aplicação de paetê:

Eu fiz uma blusa de paetê aqui, que pelo amor de Deus!! Você acredita que teve um dia que eu gastei mais de 10 agulhas no overloque, por causa do paetê? Você acredita que mesmo se ficasse uma faísca do paetê a agulha quebrava? (ÁGATA, 2021).

As falas das costureiras evidenciaram que, conforme o tempo de experiência no desenvolvimento das atividades, vão criando habilidades para agir diante das situações, Ágata explica como consegue costurar as blusas com aplicação de paetê: “Para eu conseguir costurar eu tive que tirar 1 cm de fora a fora no paetê para eu passar a costura na reta e depois só passar uma beiradinha no overloque”.

O domínio da atividade, que somente as experiências são capazes de fornecer, não pode ser previsto e descrito em normas e procedimentos. As experiências vivenciadas permitem que as costureiras aprimorem o conhecimento sobre o ofício, a conjugação dos ingredientes 1 e 2 no dia a dia de trabalho conduz ao *terceiro ingrediente da competência* que se refere à capacidade de realizar a articulação entre as normas antecedentes e as experiências.

[...] um terceiro ingrediente da competência pode ser definido como capacidade e propensão variáveis para “estabelecer uma dialética” ou uma consonância entre os dois primeiros. Trata-se, então, de

uma disposição mais ou menos aguda para identificar de modo contínuo uma situação como atualização circunstanciada, e, portanto, requerendo um tratamento ajustado a ser criado, de uma configuração genérica permitindo em teoria uma programação sequencial de operações (SCHWARTZ, 1998, p. 106).

Em uma situação real os ingredientes 1 e 2 se mostrarão mais eficientes quando colocados em interação, a intervenção será bem-sucedida quando o procedimento formal e a face singular de cada situação de trabalho estiverem em sinergia, ou seja, supõem um bom equilíbrio dos ingredientes, compreender o que há de padrão em uma dada situação e, ao mesmo tempo, perceber o que ela tem de distinto (SCHWARTZ, 1998).

Tem um jeito de guiar o tecido. Cada tecido você guia de um jeito, você tem que deixar o tecido ir normal. Se você espiçar a peça para fazer rápido, no final a peça vai ficar maior que a medida. Já aconteceu de eu fazer a roupa e ir puxando o tecido, assim sem sentir, aí quando a peça saiu lá no final ela estava “desbeçada”, estava com excesso de viés. Tudo tem que ter esse manuseio correto (JADE, 2021).

Foi possível identificar que as costureiras usam tanto o conhecimento possível de ser prescrito quanto as suas próprias experiências para realizar o trabalho, a atividade desenvolvida pelas costureiras ao guiar o tecido requer um conhecimento

técnico/teórico – ajustes da máquina – além de experiência em relação à forma de lidar com cada tipo de tecido, já que a atividade de guiar o tecido requer um gesto específico.

No guiar o tecido, a atenção da costureira está voltada para o gesto, para além do conhecimento técnico/teórico em escolher o tipo adequado de agulha, ajustar a tensão da linha, o tamanho do ponto e outros ajustes da máquina, a experiência e a habilidade de lidar com o tecido são extremamente importantes e determinantes a realização da atividade.

Quando você vai costurar um tecido que estica muito, a lycra por exemplo, você prende o tecido na máquina você tem que puxar o tecido um pouco, não tem mistério nem truque é só jeitinho de costurar mesmo. Se você esticar muito o tecido, a máquina vai pular o ponto, aí não fica bom (ÁGATA, 2021).

É nesse âmbito do gesto que se localiza uma importante fonte de competência no ofício de costureira, ou seja, a capacidade de compreender quais ações são necessárias para desenvolver a atividade. A competência das costureiras está em entender os ajustes da máquina, sob os quais exercem pouco de controle, e por meio de gestos concretos (Ágata fala em “jeitinho de costurar”) e viabilizar o trabalho real executado.

Você nunca deve empurrar ou puxar o tecido na máquina, esse é o trabalho da

máquina. O nosso trabalho é só guiar o tecido para seguir a medida e não deixar a costura ficar torta. Para você ter mais controle da máquina você precisa pisar no pedal com as pontas dos dedos (ÁGATA, 2021).

No relato acima Ágata fala como deve intervir na máquina de costura de modo a permitir que a atividade seja realizada com sucesso, a experiência do gesto constitui condição para a aquisição da competência. As competências estão relacionadas com as situações do trabalho real, a partir do exercício da atividade a costureira desenvolve o saber-fazer ancorado em um conhecimento técnico/teórico.

Tem tecido que é ruim de trabalhar, mexer com tecido com muito elastano é muito difícil, mas tem que fazer. Você precisa preparar tudo muito bem quando vai trabalhar com tecido tipo lycra. A agulha tem que ser aquela de ponta arredondada, se usar a agulha do dia a dia que a gente usa para outros tecidos ela vai furar o tecido todo. A agulha ponta bola quando bate no tecido da lycra não fura o fio do tecido.

Outro item importante é a tensão na linha, se estiver muito apertado a linha vai romper e vai embolar tudo no tecido, se a linha estiver muito solta o ponto vai ficar frouxo (JADE, 2021).

A fala de Jade ilustra de modo representativo o conhecimento construído na prática, que atua sinergicamente com o conhecimento técnico/teóri-

co. “Eu faço assim, antes de costurar a peça final eu pego um pedaço do tecido e vou testando o tipo de ponto, a tensão na linha e o modo de guiar o tecido. Gosto de saber como o tecido vai se comportar“ (JADE, 2021).

As costureiras suscitam suas competências no exercício diário de sua atividade, espaço permanente de debates de normas e valores. As competências estão relacionadas, não de forma exclusiva, com as micro decisões que precisam ser tomadas no dia a dia, que podem ser traduzidas pela criatividade e inventividade que prosperam a cada situação enfrentada e que se materializa em novos arranjos que contribuem para atualizar permanentemente o ofício de costureira.

Foi possível perceber que muitas vezes o trabalho da costureira é fortemente influenciado pelas condições de trabalho, principalmente pela demanda de atividades a serem realizadas aliada à falta de estrutura física adequada para desenvolvê-las. Esses fatores remetem ao *quarto ingrediente de competência*, o ponto de vista do trabalhador sobre o debate de normas e valores, as impostas e as instituídas na atividade, Schwartz (1998) alerta para a recorrência parcial do ingrediente quatro em todos os outros:

Recorrência: temos dito que o terceiro ingrediente (a instauração de uma dialética entre os dois primeiros) supunha trabalho, esforço, uso de si; que esse trabalho, como qualquer trabalho, tinha níveis, diferenças possíveis de qualidade na sua

realização; que as modalidades desse uso de si, mais ou menos retraídas, mais ou menos dilatadas, estabeleciam portanto laços dialéticos com as formas possíveis de armazenamento na forma de patrimônio oferecidas e construídas no meio de trabalho (constatação que delimita a definição do ingrediente 4). Contudo, isso só vale, de modo provavelmente mais indireto, para os dois primeiros. Gere-se melhor o trabalho como encontro (ingrediente 2), como acúmulo e interface de singularidades, ele será mais bem incorporado por meio de vigilância, atenção, interesse por todos os sintomas dessa historicidade contanto que se consiga nele inscrever patrimônios (SCHWARTZ, 1998, p. 118).

Detectou-se nas falas das costureiras uma competência básica para aquisição das demais, diz respeito à motivação delas com o seu trabalho, sem a identificação com o ofício, sem o impulso do querer, o processo de aquisição de competências não avança ou pelo menos não se dá na mesma intensidade de quando existe esse engajamento, Ágata afirma: “Com uma agulha de mão eu faria meu trabalho, a costureira tem que saber se virar com o que ela tem”. Notoriamente, para que esse engajamento se sustente a costureira busca condições para que ocorra essa motivação:

Eu tenho este tanto de máquina, cada máquina faz um tipo de costura. Então eu uso várias máquinas para adiantar meu trabalho. Eu faria tudo que eu faço em uma máquina só? Sim, claro que fa-

ria. A questão é o tempo, tendo muitas máquinas eu ganho tempo, eu não preciso ficar trocando de linha ou trocando de ponto. Eu consigo fazer várias peças sem um atraso na entrega, porque eu só uma pessoa produzindo (ÁGATA, 2021).

No ofício de costureira a atividade pode ocorrer tanto no espaço público quanto no espaço privado, o trabalho exige grande dedicação das mulheres, e faz com que tenham que realizar o processo de trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo no mesmo espaço físico.

Durante a pesquisa observou-se o arranjo físico designado como espaço para realização do trabalho produtivo de costura dentro da própria casa das entrevistadas. Este local, chamado aqui de sala de costura, corresponde à distribuição física dos elementos do ofício no espaço doméstico, sendo assim, observou-se: iluminação, temperatura, ventilação, mobiliário e as máquinas utilizadas.

Jade reservou em sua casa um quarto para ser a sala costura, o quarto está localizado ao lado da cozinha. Observou-se que a iluminação, a ventilação e a temperatura são inadequadas, provocando desconforto durante as atividades realizadas na jornada de trabalho. Sobre o mobiliário, Jade utiliza uma cadeira não acolchoada e sem possibilidade de ajustes para o posicionamento correto, a cadeira inadequada favorece o desconforto postural.

Ágata relatou sentir dores nas costas, em virtude da incorreta postura ao desempenhar suas atividades. Na sala de costura de Ágata ficam três

máquinas: máquina reta, máquina para fazer bainha e overloque. Para realizar a atividade de forma mais eficaz e no mais curto espaço de tempo a Ágata precisa utilizar a máquina correta, adequadamente regulada e com acessórios necessários, para isso ela utiliza a mesa de costura para deixar todos os objetos (pinça; bobina; tesoura; linhas) a serem manipulados sempre ao seu alcance. Com isso frequentemente adota uma mesma postura durante toda a jornada de trabalho, a essa rotina de trabalho inadequado o corpo responde em forma de dor, e este fator provavelmente contribui para a desarmonia no trabalho de Ágata.

Ainda que no dia a dia as costureiras nem sempre tenham as melhores condições de trabalho para se manterem motivadas, elas demonstram satisfação diante das atividades realizadas, o que remete ao quarto ingrediente da competência das costureiras para atuar no ofício.

O *quinto ingrediente da competência* trata do fortalecimento das potencialidades, Schwartz (2007a, p. 214) fala em “ativação ou a duplicação do potencial da pessoa, com suas incidências sobre cada ingrediente”.

Criatividade existe, porque se você não souber, como diz... as vezes você pega uma roupa difícil, aí aquela roupa você não está sabendo montar, você gera uma criatividade para facilitar o modo de fazer a roupa tem hora que ajuda. Tem hora que você nunca fez aquela peça, você tem que ter a criatividade de tentar fazer uma peça primeiro para ver se fica boa

e depois você prosseguir com as outras (JADE, 2021).

O desejo por oportunidades de aprender – Jade fala em criatividade – e o objetivo de garantir a melhor qualidade no trabalho realizado está expresso nas falas das costureiras. Foi possível perceber que as costureiras gostam muito do que fazem e, por isso, buscam aprimorar-se com as condições disponíveis para o trabalho. “É maravilhoso quando você conhece pessoas que amam a costura igual você ama, você se apaixona ainda mais. Por isso não posso dizer que sei tudo sobre costura, eu aprendo todo dia” (ÁGATA, 2021).

A natureza do trabalho de costura realizado em casa confere à costureira a capacidade de articulação do processo de trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, diz respeito ao debate de normas e valores que cada mulher vive em seu meio para implicar-se na realização de algo,

Eu costurava dentro de casa, aí era mais difícil. O feijão estava lá no fogo de repente um gritava: “olha o feijão queimando”. Outra hora era os meninos brigando. Eu saía correndo para olhar, com isso eu me distraía da costura. Minha vida era assim enquanto os meninos estavam pequenos (ÁGATA, 2021).

Mesmo diante de situações geradoras de estresses – jornada múltipla e simultânea – as quais desmotivam e frustram, as costureiras permaneceram no ofício, sem prejudicar o resultado do trabalho

desenvolvido. “Para ser uma costureira tem que saber o que quer, ter boa vontade. Porque a costura é estressante, as vezes a gente fica meio estressada e depois começa a ver que aquilo não é um bicho de sete cabeças que a gente imagina” (JADE, 2021).

Conforme Schwartz (2007a, p. 216) a partir do momento em que um meio tem valor para você, todos os ingredientes da competência podem ser potencializados e desenvolvidos. Sendo assim, desvendar a jornada múltipla e simultânea das mulheres em relação à organização do trabalho – produtivo e reprodutivo – possibilita compreender saberes e valores operantes nas situações de trabalho, Cunha (2014a) fala em: olhar de forma mais plural sobre a experiência como um caminho para encontrar um sujeito mais inteiro, pleno de sentidos no manejo do dia a dia do trabalho e da vida.

A abordagem ergológica destaca a importância das relações interpessoais presentes nas situações de vivência do dia a dia de trabalho e a capacidade das pessoas se colocarem de forma ativa frente a essas situações, vale demarcar, que as normas, saberes e valores que perpassam o trabalho são provenientes de um sujeito histórico dotado de intencionalidade no seu agir. O trabalho da costureira implica na capacidade de saber lidar com as pessoas e ter controle do próprio comportamento, no exercício das competências a costureira faz uso de si por si e uso de si pelos outros.

Embora cada costureira desenvolva a atividade de forma individual em casa, o caráter coletivo do trabalho foi identificado no ofício das costureiras.

Jade informa sobre essa competência no processo de trabalho:

Eu compro a linha e faço aquele modelo, aquela linha fica aqui parada até “Deus sabe quando”, até aparecer outro tecido no mesmo tom, vai só acumulando linha, está cheio de linha no quartinho, fica lá parado.

Falo com todo mundo que costura: antes de comprar linha pega meu telefone e vem aqui em casa e olha se eu tenho. Quando eu tenho, deixo a pessoa levar. Geralmente a gente faz uma troca de cones de linhas (JADE, 2021).

O *sexto ingrediente da competência* constitui a capacidade de “tirar partido das sinergias de competências, em situação de trabalho” (SCHWARTZ, 2007b, p. 197). O sexto ingrediente representa, conforme Durrive (2011, p. 62), a origem e o resultado de tudo o que a pessoa realiza: a qualidade das interações, as sinergias coletivas, a ligação com os outros – essa ligação que dá um sentido global ao agir individual.

Segundo Schwartz (2007b) o sexto ingrediente da competência é essencialmente a capacidade de avaliar para si e para os outros, seu próprio perfil de ingredientes. O autor discute a constituição de entidades coletivas relativamente pertinentes:

[...] no “agir em competência”, alguma coisa se movimenta em torno da criação, da qualidade e da perenidade dessas entidades coletivas relativamente per-

tinentes. Dissemos a que ponto isso era um filão de eficácia e de performance e que nada se faria corretamente se não se criasse permanentemente essas circulações coletivas, visíveis ou invisíveis, formais ou informais, que estão fora de todas as prescrições ou organogramas, mas que são a própria vida no trabalho (SCHWARTZ, 2007b, p. 216).

No trabalho das costureiras a constituição das entidades coletivas relativamente pertinentes está intimamente relacionada a competência de mobilizar redes de apoio com outras mulheres na mesma situação, relacionam-se ao laço informal entre as costureiras que se arranjam para compor seu espaço de trabalho.

Quando eu tenho alguma dificuldade na costura, geralmente eu chamo a Ângela [*amiga costureira*] ela me ajuda. Ela fez curso de modelagem sabe desenhar e cortar qualquer modelo de roupa, ela tem o conjunto certo para entender de costura. A Ângela sempre tem outras ideias de como fazer a roupa (JADE, 2021).

Tendo explanado cada ingrediente da competência, constatou-se não ser possível prescrever uma lista de competências necessárias ao ofício de costureira. Cada ingrediente oferece pistas que guiam as costureiras para um agir em competência. Schwartz (2007b) usa o termo “agir em competência”, ao invés de competência, justamente porque competência não é uma noção simples e homogê-

nea, o agir em competência supõe uma combinação de ingredientes e estes são importantes para garantir a qualidade do trabalho a ser realizado.

Agir em competência

A partir dos dados empíricos desta pesquisa, foi possível observar que o domínio das técnicas do ofício e o tempo de experiência na costura, aliados à motivação das costureiras, favorecem o agir em competências nas atividades de trabalho. Por outro lado, a falta de condições adequadas de trabalho, especialmente em relação a materiais, equipamentos e estrutura adequados, prejudica o trabalho produtivo das mulheres.

O trabalho das costureiras apresenta mudanças frequentes e são influenciadas por questões domésticas que permeiam a vida das mulheres. Essas mudanças causam impactos importantes na realização do trabalho, no caso de Ágata ela trabalhava na sala de televisão da casa, deixava os filhos entretidos com a televisão enquanto tentava realizar algumas atividades do ofício, no entanto sua atenção estava focada no cuidado com os filhos.

Quando meus filhos eram pequenos era uma loucura, eles eram grudados comigo. Eu costurava na sala de casa, eles ficavam assistindo TV e eu o tempo todo de olho neles. Um menino chorava eu levantava da máquina correndo e ia acudir. O serviço não rendia, de dia eu só fazia

o serviço simples. Eu tirava o atraso do serviço quando eles estavam dormindo, nessa época eu trabalhava até de madrugada (ÁGATA, 2021).

As condições para o agir em competência constituem-se por meio de uma permanente gestão de si mesmo, uma relação com a própria história. Schwartz (2004) explica da seguinte forma:

A gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados. Toda gestão supõe escolhas, arbitragens, uma hierarquização de atos e objetivos, portanto, de valores em nome dos quais estas decisões se elaboram (SCHWARTZ, 2004, p. 23).

O autor corrobora o argumento ao afirmar que na transformação do trabalho reside micro histórias e valores múltiplos – do si biológico e do si social. As competências que as costureiras aplicam nas atividades de trabalho se configuram a partir de uma combinação de ingredientes que estão presentes nas situações de trabalho, para Schwartz (2007b) a competência está no encontro do sujeito com a atividade, sendo antes de tudo um agir aqui e agora.

Referenda-se que compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo, prevê articulação de conceito, como normas antecedentes, as renor-

malizações e o uso de si, assim como apreender a maneira que se aplicam o debate de normas, saberes e valores nas atividades desempenhadas pelas costureiras.

Schwartz (2011b) na Conferência proferida no IV Congresso Nacional de Serviço Social na Saúde da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) sob o título “Intervention, expérience et production de savoirs: Questions de rencontres”, traduzida no texto “Intervenção, experiência e produção de saberes”, fala de valores que não têm conteúdo perfeitamente definido e estabilizado, mas que ancorada nas normas de vida dos profissionais, um trabalho extremamente afiado de articulação entre as regras gerais construídas nos procedimentos do ofício e uma extrema disponibilidade diante dos casos singulares.

[...] a experiência e as microescolhas de gestão das situações se ancoram em um patrimônio de saberes acumulados e regulados por coerências internas nascidas de encontros fecundos entre normas antecedentes da profissão e da saúde. Dessa forma, tem-se que o saber pertinente para se tratar à situação é um saber datado, que deve ser, para fazer sentido na situação singular do aqui e agora, de acordo com esta bela expressão: “esmiuçado” (SCHWARTZ, 2011b, p. 24).

No ofício das costureiras o confronto entre as normas antecedentes e a necessidade de renormatização ocorre de forma muito parecida, o prazo de

entrega da roupa é uma imposição, principalmente na produção de peças em grande quantidade para confecções. Para Jade a qualidade da roupa é um valor extremamente importante:

Eu gosto de entregar a roupa passada, para ficar mais ajeitadinha para ver se ficou boa, tem tecido que amassa muito. Eu passo a roupa conforme eu vou costurando, por exemplo eu passo a roupa antes de fazer o acabamento no *overloque*, quero garantir que a costura vai ficar tudo para o mesmo lado (JADE, 2021).

Para garantir a qualidade no serviço realizado Jade insere mais uma tarefa no ofício, passar a roupa, essa tarefa adicional pode levar ao atraso na entrega da roupa, logo ocorre uma renormalização que pode ser negativa do ponto de vista das imposições do próprio serviço. Contudo, não realizar a atividade de tal forma, frustra e desmotiva a costureira para o trabalho, e, conseqüentemente compromete o trabalho realizado, uma vez que dificulta o desenvolvimento das atividades de acordo com o que a costureira entende ser “com qualidade”. Schwartz (2011b) fala da relação estreita, frequentemente subestimada ou tão simplesmente ignorada, entre a ligação com o mundo dos valores e a maneira de realizar a atividade.

Schwartz (2000a) diz que trabalho é uso de si, quer dizer que ele é uma mobilização das competências e dos recursos do indivíduo, sendo que a forma como as escolhas se processam é sempre

singular e implica um debate de normas e valores. Logo, ainda que o serviço de costura em larga escala se apresente com uma mera execução, a costureira não age de forma mecanizada, há um uso de si que jamais é abandonado no confronto entre as normas antecedentes e a necessidade de renormalização, trata-se da capacidade de escolha com os recursos possíveis.

[...] toda atividade de trabalho era uma espécie de dramática, uma arbitragem permanente entre o uso de si “por si mesmo” e o uso de si “pelos outros” – os outros remetendo tanto à vizinhança de trabalho, aos próximos, quanto aos quadros hierárquicos, à empresa, às suas regras, a toda sorte de ambientes que demandam à pessoa realizar um certo número de objetivos com os quais ela compartilha – ou não compartilha ou compartilha mais ou menos – e tudo está aí! (SCHWARTZ, 2007a, p. 202).

As normas antecedentes correspondem a tudo que direciona o ofício, são procedimentos elaborados para orientar as costureiras sobre suas condutas na execução do trabalho, já o uso de si representa o lado humano diante dos casos singulares da situação de trabalho, trata-se de uma série de elementos combinados para fazer emergir o agir competente. Schwartz (2012, p. 106) “constata que a experiência vivida e produtiva do trabalho não pode jamais ser adequadamente pré-descrita no instante por ajustamentos de palavras, de sequên-

cias de frases, porque toda configuração social da atividade é sempre, em parte, inédita”.

Durrive (2011), corrobora a afirmação:

Toda situação de trabalho se presta a uma dupla abordagem. É o local onde se realiza uma tarefa, pensada anteriormente e provocadora de uma intensa atividade intelectual pelo trabalhador. Mas é igualmente um momento único da vida, com suas arbitragens. Nesse caso, a tarefa não é mais vista como primeira, ela entra no ‘debate de normas’ que caracteriza a atividade do trabalhador sob o ângulo vital, aquele das escolhas que um ser humano não cessa de fazer (DURRIVE, 2011, p. 47).

De acordo com o autor as normas antecedentes têm duas características importantes, primeira-se refere ao fato de se posicionarem antes de começar o trabalho que elas tornam possível, a segunda característica é que elas não levam em conta a singularidade de quem se prepara para agir. Na mesma direção, Viegas (2013) citando Yves Schwartz, afirma que nenhuma situação de trabalho pode ser abordada unicamente a partir das normas antecedentes ou procedimentos, porque não se pode antecipar as renormalizações, nas palavras do autor:

Se existir atividade humana e atividade industriosa como debate de normas, quer dizer que ninguém pode antecipar perfeitamente as consequências do

debate de normas, o que chamamos de renormalizações. Renormalizações são o resultado dos milhões de debates de normas que sempre se desenvolvem no trabalho. Se quisermos conhecer a atividade humana que se apresenta frente a nós, nas empresas, em qualquer situação onde existe atividade, não podemos vacilar quanto ao resultado (VIEGAS, 2013, p. 347).

Schwartz (2007b) evoca o conceito de “dramáticas de uso de si” para ampliar a discussão das competências, demonstrando que cada indivíduo articula os ingredientes a sua maneira, com sua história e seu perfil. As falas das costureiras, descritas ao longo do texto, evidenciam como os ingredientes da competência são geridos, a experiência construída pelas mulheres é determinante para a tomada de decisão, além disso contribui para o desenvolvimento das potencialidades de cada costureira, possibilitando atualização de saberes e habilidade na atividade, favorecendo um cenário de sucesso do trabalho.

A atividade aparece como uma dramática, porque cria a necessidade de se fazer escolhas (microescolhas), um drama individual ou coletivo, a dramática do uso de si tem lugar quando ocorrem eventos que rompem os ritmos das sequências habituais, antecipáveis, da vida. Daí a necessidade de reagir, no sentido de tratar esses eventos, fazer uso de si. “Ao mesmo tempo, isso produz novos eventos e, por conseguinte, transforma a relação com o

meio e entre as pessoas”. (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018 p. 16).

A competência é requisitada precisamente quando as normas antecedentes se mostram discrepantes em relação às demandas reais da situação de trabalho. O agir competente remete sempre ao indivíduo, às suas habilidades, aos seus saberes e às suas arbitragens. De acordo com Naujorks (2017, p. 34) a dimensão das atividades corriqueiras, do dia a dia é o espaço por excelência da reprodução da ação humana. Entretanto, apesar de seu caráter corriqueiro, esta dimensão da atividade constitui-se como o espaço da ação que foge justamente ao prescrito e ao normativo. É no dia a dia de trabalho que a distância entre a dimensão prescrita do trabalho e o real do trabalho, tal como ele é de fato realizado, se evidencia. Ou seja, é na atividade diária que o sujeito encontra as aberturas para, frente a uma impossibilidade da normatividade da experiência, realizar sua ação enquanto sujeito.

A abordagem ergológica destaca a importância das relações interpessoais presentes nas situações de vivência do dia a dia de trabalho e a capacidade das pessoas se colocarem de forma ativa frente a essas situações, vale demarcar, que as normas, saberes e valores que perpassam o trabalho são provenientes de um sujeito histórico dotado de intencionalidade no seu agir.

De acordo com Naujorks (2017) a dimensão das atividades corriqueiras, do dia a dia é o espaço por excelência da reprodução da ação humana. Entre-

tanto, apesar de seu caráter corriqueiro, essa dimensão da atividade constitui-se como o espaço da ação que foge justamente ao prescrito e ao normativo. É no dia a dia de trabalho que a distância entre a dimensão prescrita do trabalho e o real do trabalho, tal como ele é de fato realizado, se evidencia. Ou seja, é na atividade diária que o sujeito encontra as aberturas para, frente a uma impossibilidade da normatividade da experiência, realizar sua ação enquanto sujeito.

7

Atividade e Divisão Sexual do Trabalho

Um dos problemas proposto nesta pesquisa é a pertinência de se considerar as competências de forma sexuada e imputá-las às mulheres e aos homens de maneira natural. Parte-se do pressuposto que não é pertinente tal naturalização, neste contexto, a categoria gênero aqui proposta busca combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres, discutindo a opressão da mulher como socialmente construída.

Na divisão sexual do trabalho, o papel da mulher está definido para contribuição à reprodução social sem remuneração, as mulheres dividem seu tempo entre suas atividades no mundo de trabalho produtivo e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família, trabalho reprodutivo.

Para Hirata (2002), a articulação entre trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo doméstico deve conduzir a uma nova abordagem dentro da divisão sexual do trabalho que permita ampliar com categorias extremamente simplista, na esfera produtiva, entendida como produção de valores, e esfera reprodutiva, a produção de valores de uso não mercantis, dando lugar à elaboração de novos conceitos que ultrapassem a universalidade aparente dessas categorias baseadas em um modelo masculino.

Atividade: circulação de saberes e valores

Os aportes teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa contribuíram para uma maior aproximação do trabalho real das costureiras e, por conseguinte, da defasagem entre as dimensões da prescrição e do efetivamente realizado. Atividade foi um conceito central que possibilitou compreender o trabalho como um lugar permanente de micro escolhas, de debate de normas e valores. Segundo Schwartz (2004), analisar a atividade de trabalho implica se interessar por todos os usos de si que se fazem nessa atividade, por todas as circulações ali presentes, pelos efeitos das conjunturas e pelas determinações históricas sobre essa atividade.

Pela dinâmica social da divisão sexual do trabalho, as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, portanto enfrentam o desafio de compatibilizá-lo com o trabalho remunerado, isto se dá por intermédio de métodos diversos, via gestão do tempo com horas adicionais de trabalho a noite e redução do intervalo de descanso, por exemplo.

Olhar para a atividade de trabalho das costureiras implicou em observar os usos de si – uso de si por si e uso de si pelos outros – que essas mulheres realizam no seu dia a dia. Para Schwartz (2004, p. 39), toda atividade humana é comensurável a uma experiência, a uma negociação problemática entre

normas antecedentes e as normas de sujeitos singulares, sempre a serem redefinidas aqui e agora, o que torna possível, entre o tempo de trabalho assalariado e o tempo privado, a circulação de valores e de patrimônios.

A circulação de valores e saberes independe de onde, quando e quem realiza a atividade, pois toda ação humana envolve usos de si para si e para os outros, no entanto, para compreender os valores e saberes que circulam na atividade da costureira que trabalha em casa, é preciso trazer a discussão proposta pela divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo para determinar como a atividade da mulher é determinada parcialmente por normas antecedentes e também por normas que se reconstróem no encontro, sempre singular, com variabilidades inscritas nas situações de trabalho no contexto doméstico.

Helena Hirata e Danièle Kérigoat (2020) no texto “Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres”, revisitam as definições de divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, mostrando a atualidade teórica desses conceitos para pensar a definição do trabalho e sua centralidade. A problemática da divisão sexual do trabalho e a questão correspondente de relações sociais de sexo têm uma longa história:

Elas nascem na França, no fim dos anos 1970, num contexto social e econômico bastante particular: o do movimento feminista da segunda onda e de movimentos sociais então muito fortes, com

a emergência de novos atores até então invisibilizados (os jovens, as mulheres, os/as imigrantes). Também se deve lembrar o movimento maciço de assalariamento crescente das mulheres, iniciado nos anos 1960. Em tal contexto, tratava-se para nós, sociólogas feministas, de destrinchar as velhas conceitualizações em vigor na Sociologia. A partir da afirmação de que o trabalho doméstico era trabalho, no sentido pleno, contestamos a separação entre Sociologia da Família e Sociologia do Trabalho, mostrando que a teorização em termos de papéis sociais era inadequada para pensar a realidade do trabalho. Afirmamos que era impossível falar de divisão social do trabalho ancorando-a na doxa marxista, sem dar um lugar determinante à divisão sexual do trabalho (HIRATA; KÉRGOAT, 2020, p. 23).

Schwartz (2000a) desvenda o trabalho como lugar de debate, sempre envolvendo uso de si, uso de si pelos outros, visto que o trabalho é, em parte, normas heterodeterminadas e valores construídos historicamente. E também uso de si por si, já que o sujeito cria estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio. No ofício de costureira, essa realidade faz emergir no curso da atividade novos valores e saberes.

No trabalho, o sujeito é colocado diante de diferentes racionalidades e valores, Schwartz (2004) propõe a abordagem do trabalho como atividade industriosa, o conceito não está associado ao espaço físico das indústrias, trata-se de uma realidade

muito mais ampla, o autor define o conceito como uma ação humana qualquer – trabalho para si, trabalho doméstico, atividade lúdica, esportiva – e também o trabalho economicamente reconhecido.

O vocábulo ‘atividade’ não faz mais, nitidamente, a distinção com os serviços ou as prestações múltiplas de que a vida cotidiana, fora do tempo remunerado, é o caldeirão e o espaço. Mas, justamente, isso não é um indício de que é preciso pensar, ao mesmo tempo, tanto as especificidades não redutíveis entre os espaços e os tipos de exigências, quanto as circulações em todos os sentidos (para retomar um termo utilizado anteriormente) entre os diferentes ‘usos de si’ nas diferentes esferas, tornados possíveis por sua inclusão no conceito geral de atividade? Desse ponto de vista, datar o ‘nascimento’ do trabalho quando da emergência do regime salarial é cortar suas comensurabilidades - mais ou menos frouxas, mais ou menos estreitas – com as outras formas da atividade humana, por exemplo, com as atividades tradicionalmente assumidas pelas mulheres na família ou no grupo social, e cujas raízes remete a outras épocas (SCHWARTZ, 2004, p. 39).

Hirata e Kérgeat (2020) explicam que, no que diz respeito ao trabalho feminino, as profissões requerem qualidades que são consideradas inatas (pelo sexo, mas também pela origem étnica), e não adquiridas por uma aprendizagem, portanto, são fatos da natureza e não da cultura:

[...] é como se a menina originária de classes populares, por sua educação específica de futura reprodutora e o exercício cotidiano do trabalho doméstico, não precisasse adquirir as qualidades para exercer esses empregos. Assim, essas mulheres não são babás ou diaristas porque não foram formadas ou foram malformadas pelo aparelho escolar, mas porque elas são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo – que elas devem assegurar dado o seu lugar na divisão sexual do trabalho e, mais amplamente, na divisão social no seu conjunto (HIRATA; KÉRGOAT, 2020, p. 25).

De forma semelhante, acontece no ofício de costureira, como a construção dos saberes e competências ocorrem sempre em referência a espaço do privado, fora dos canais qualificação formal, aparece-lhes como uma competência natural o que se torna um obstáculo para que as costureiras sejam reconhecidas convenientemente. Essa realidade faz com que as costureiras tenham como demanda gestão econômica e social e o contexto de necessidade do trabalho remunerado como fonte de renda da família, as pressiona a aceitar condições precárias de trabalho.

Toda abordagem do indivíduo nas atividades industriais criam condições exteriores objetivadas, processos tecnológicos, modos operatórios prescritos pela divisão do trabalho, tradição ou cultura unilateralmente definidos, esta é a dimensão de um engajamento problemático, mas irrefutável

das experiências subjetivas no espaço do trabalho (SCHWARTZ, 2000a, p. 39). A análise da atividade possibilita compreender as dimensões subjetivas da situação de trabalho, de acordo com Brito e Oliveira (2011) a situação de trabalho é um conjunto de meios físicos, de objetos materiais e simbólicos, de sujeitos humanos, de tecnologia e de organização, mas também o resultado de escolhas organizacionais se referindo aos objetivos e aos meios para atingi-los: as escolhas de ação, a realização das ações relativas a sujeitos específicos, aos meios, aos objetos, às técnicas.

Em busca de melhor conhecer o trabalho do ponto de vista do sujeito e as situações de trabalho, Schwartz (2004, p. 43), “é mais algo como um gerir-se coloca problema numa síntese de capacidades diferentes a serem implementadas, no ordenamento das prioridades, nas escolhas a serem feitas, que também são, insidiosamente, maneiras de se escolher”.

A utilização da noção atividade se desenvolve a partir da ideia de valores quantificáveis e valores sem dimensões, os valores que operam no ofício de costureira não estão desassociados dos valores que movem as costureiras no seu dia a dia. Elas expressam valores que circulam entre seu ofício e sua vida, circulação de valores e saberes que constrói, nessa costureira, o engajamento necessário para intervir de maneira satisfatória nos problemas gerados na situação de trabalho. Quando as normas antecedentes não conseguem prever certas varia-

bilidades a costureira reconfigura o meio como seu próprio meio, a atividade é executada por um indivíduo portador de história e saberes em um permanente debate de normas e valores com micro-escolhas. De maneira mais ampla, toda atividade é retrabalho das normas e valores, portanto, fonte de novos saberes à espera de serem mobilizados para gerar o agir em competência.

Competências do feminino?

Os resultados da pesquisa discutidos até este ponto possibilitaram identificar e compreender alguns ingredientes de competência no ofício de costureira, desvelando sua complexidade, que contribui para desmistificar a naturalização de competências de mulheres. Schwartz (2007a) fala da impossibilidade de objetivação da competência,

[...] ideia de listar, de colocar sobre um mesmo plano tudo o que constitui a competência, me parece totalmente absurda. Mas avaliar não é absurdo, mesmo que quase sempre o seja. Acho que este é um paradoxo incontornável: é um exercício necessário para uma questão insolúvel. Não se chegará jamais a objetivar a competência. Mas tentar fazê-lo me parece normal, porque, repito, todo mundo avalia, talvez intuitivamente, e o faz desde o momento em que se empreende algo junto. É possível, eventualmente, encontrar, inventar maneiras inteligentes e fe-

cundas, meios de avaliar e diferenciar, para cada um de nós, perfis diferentes de competência (SCHWARTZ, 2007a, p. 219).

De acordo com o autor, competência não é uma noção simples e homogênea, mas relativa a dimensões heterogêneas e imensurável da experiência humana, diante disso tem-se a noção de competência industrial, constituída por um conjunto de ingredientes heterogêneos cuja combinação contextualizada é responsável pelo agir em competência. A competência industrial é uma “combinatória problemática de ingredientes heterogêneos que não podem ser todos avaliados nos mesmos moldes, e muito menos ainda quando ela inclui uma dimensão de valor, uma vez que ninguém dispõe de uma escala absoluta de avaliação dos valores” (SCHWARTZ, 1998, p. 106).

Na perspectiva da abordagem ergológica, entende-se o trabalho como uma atividade humana, ou seja, competência não pode ser equiparada, com saberes técnicos, saberes da experiência, saberes do corpo, normas e valores, constitui-se um conjunto combinado e contextualizado que é responsável pelo agir em competência. Nesse contexto, as competências abarcam também as relações sociais de sexo, vivenciadas no espaço de interação social, cuja análise deve ir além da simples polarização entre o masculino e o feminino, em que se considera as características biológicas de cada sexo como responsáveis pela desigualdade entre homens e mulheres.

O ofício de costureira pode ser considerado como verdadeiro nicho ocupacional feminino, a título de exemplo, pode-se mencionar que o trabalho é realizado no âmbito privado, observa-se a constituição de espaços sexuadaos que transforma o mundo público em masculino e o privado, em feminino. A separação dos espaços desenrola-se com suporte nas características concebidas como naturais, homens para a razão e para os negócios, enfim para a vida pública e, para as mulheres o desenvolvimento de habilidades e competências que estavam relacionadas à posição que ocupavam na família e na sociedade, como a cooperação com o outro sexo, a obediência, o altruísmo, a docilidade, a delicadeza entre outros adjetivos, fez com que o mundo privado da casa e tudo o que lhe dizia respeito, fosse transformado em território feminino, essas são concepções biologizantes e representações sexistas, em voga entre o final dos séculos XIX e início do XX (PERROT, 2005), mas que em certa medida permanece nos dias atuais.

Neste contexto, percebe-se mais permanências do que avanços nas condições de trabalho da mulher, as determinações inerentes aos papéis sociais resultam em implicações diferenciadas no mundo do trabalho, além disso, tais diferenças são apropriadas pela sociedade e transformadas em desigualdades. Saffioti (1981) explica que a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas dife-

rentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. Constatase que a divisão sexual interfere nas formas de trabalho, reforçando, também, os estereótipos e que por vezes, as próprias mulheres reforçam os papéis sexuais desempenhados socialmente.

Olinto (2012, p. 69) explica, por meio do conceito de segregação horizontal, que as mulheres tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levadas a considerar como mais adequadas para elas. Por meio da segregação horizontal as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens.

A segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero. Como as profissões femininas tendem a ser menos valorizadas no mercado de trabalho a segregação horizontal das mulheres está diretamente relacionada aos princípios organizadores de separação e hierarquia, conforme já explicado anteriormente, primeiramente separa-se em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e, posteriormente, atribui maior valor social agregado ao trabalho do homem em detrimento do trabalho de mulher (HIRATA; KÉRGOAT, 2007).

Os estereótipos são moldados pelas características sociais e históricas, são construídos por uma dada sociedade em um determinado momento e ditam como o indivíduo de cada sexo deveria ser e agir, portanto a discussão deve ser direcionada para a ampliação das interpretações que são dadas às diferentes possibilidades de interação entre homens e mulheres no mundo de trabalho, que podem ser reconhecidas e identificadas nas relações sociais de sexo.

Hirata e Kérigoat (2020) corroboram o argumento ao afirmar que colocar a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo no centro dos dispositivos de análise é uma necessidade, visto que permite não apenas tornar visíveis um grande número de fenômenos que passariam despercebidos, mas igualmente dinamizar os conceitos de trabalho e de divisão social do trabalho e abordar de maneira inclusiva os movimentos sociais em toda a sua amplitude e diversidade.

Compreender as sociedades atuais e sua evolução passa, portanto, pelo reconhecimento da centralidade do trabalho. Mas não é a partir de qualquer conceitualização do trabalho. Ela necessita levar em conta o “trabalho reprodutivo” (como fizeram as feministas italianas) ou, como teorizou a escola francesa da divisão sexual do trabalho, o “trabalho doméstico”, entendendo que ele recobre tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho parental ou o trabalho doméstico de saúde. Uma digressão se impõe. As duas noções

designam sensivelmente a mesma realidade empírica, porque para nós o trabalho doméstico remetia ao conjunto do trabalho reprodutivo (HIRATA; KÉRGOT, 2020, p. 24).

De acordo com Briguglio (2020), as desigualdades entre mulheres e homens na organização social do trabalho contemporâneo são constatadas de maneira mais imediata no trabalho industrial, em que, desde sua concepção, utiliza o trabalho de mulheres e crianças como uma maneira de aprofundar a exploração. No mesmo sentido, a modalidade do trabalho na confecção, concebida como trabalho industrial tipicamente capitalista e feminino, em sua dimensão contemporânea é atravessado por diversas mudanças globais e se estrutura em intensa informalidade, sendo permeado por tensões relativas ao trabalho em domicílio, que incidem de maneiras diferentes entre as trabalhadoras e os trabalhadores.

No caso do ofício de costureira, mesmo com as mulheres nunca tendo apresentado nenhuma predisposição particular para a atividade, o aproveitamento de saberes e fazeres domésticos utilizados no ofício da costura contribuiu para a construção de uma imagem feminina idealizada, onde a mansidão, a resignação e habilidade com os trabalhos minuciosos eram características femininas e assim, a imagem da mulher era associada ao lado fraco, aquele a que apenas era destinada às tarefas simples e leves, consideradas de menor importância.

Hirata e Kérgoat (2008) propõem pensar a divisão sexual do trabalho a partir da masculinidade e feminilidade evidenciando o poder dos estereótipos sexuais no mundo do trabalho, a masculinidade é associada ao trabalho pesado, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia.

Neste sentido, observa-se que as representações sexistas são fabricadas e difundidas pela vida social, são características ensinadas às mulheres como sinônimos de feminilidade, ou seja, características indissociáveis à ideia de trabalho feminino, entretanto, um olhar mais atento possibilita compreender que a desigualdade de gênero presentes no trabalho feminino é um produto construído pela socialização e pelo acesso a experiências diferentes por mulheres e homens.

No cerne do ofício de costureira o protagonismo feminino deve ser destacado, a atividade ganhou força a partir das mulheres, elas foram as primeiras costureiras. Inicialmente apenas visando contribuir com a manutenção da reprodução do grupo familiar as mulheres tinham em casa uma máquina e costuravam para os membros de sua família, conforme relato de Jade, “Minha avó tinha aquela máquina antiga de pezinho de pedalar. Ela e minhas tias compravam os tecidos e faziam roupas para o pessoal de casa”.

A costura como “coisa de mulher” reafirmava os papéis indissociáveis de mãe, esposa e dona de casa, às mulheres eram destinadas as tarefas como costurar e bordar, conhecidos como prendas domésticas e que eram práticas ensinadas de mãe para filha. A costura abrangia atividades realizadas em casa como parte do processo de socialização feminino, uma maneira de servir aos filhos e ao marido e em último caso, de complementar a renda da família.

Wanda Maleronka (2007), no livro *Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher*, procura compreender a situação social das costureiras. A autora reconstitui a formação recebida pelas costureiras, que geralmente acontecia no próprio lar, constituindo-se em um tipo de saber de mulher passado de geração em geração, por meio do qual corpos e mentes eram disciplinados para o trabalho (SIMIONI, 2008, p. 569).

Com o passar do tempo a atividade de costura, anteriormente exercida de forma gratuita, foi apropriada pelas mulheres como trabalho produtivo remunerado, as mulheres com tecidos, linhas, agulhas e máquinas de costura foram de suma importância para o mercado de trabalho. Sendo assim, o ofício de costureira é expressivo quando analisado como força de trabalho feminino, possibilitou de forma significativa a inserção das mulheres no espaço público, nas fábricas e em novos postos de trabalho.

Maleronka (2007) explica que o ofício fomentou o desenvolvimento das atividades do setor têxtil, as costureiras autônomas e as operárias têxteis –

as primeiras alocadas em casa, as segundas nas indústrias – acabaram coexistindo durante o período de grande florescimento da indústria têxtil e permanecendo até os dias atuais, tornando-se então um ofício feminino exemplar, fortemente caracterizado pela informalidade representada pelas atividades exercidas dentro da esfera doméstica.

Diante da expansão dessa atividade, o ofício de costureira abriu espaço para a mão de obra feminina, estimulando outros arranjos na lógica do trabalho produtivo, as costureiras possuem múltiplos mecanismos que são acionados para constituir a renda da família. Elas exercem o ofício em diferentes modalidades – produção da peça completa; conserto e reparo de roupas; e facção – e para cada modalidade do ofício são requisitados diferentes saberes e competências.

Jade e Ágata conhecem e realizam todo o processo do ofício da costura, como trabalham em casa e sozinhas, controlam todo o processo da costura desde a criação, passando pelo desenho e confecção dos moldes, o corte, o alinhavar, o costurar e o consertar. Também possuem todas as ferramentas necessárias para realizar a atividade, sendo que a mais importante é a máquina de costura. “Vamos supor se eu tenho uma peça igual uma camisetinha de alcinha de viés, por ela eu corto outra. Mas o bom mesmo é a gente desenhar, cortar e pegar aquele modelo que você quer e riscar e fazer, aí sim é o serviço completo” (ÁGATA, 2021).

As costureiras entrevistadas são proprietárias dos meios de produção e não possuem uma relação de subordinação direta ao capital (ainda que pertençam a classe mais pobre, fruto do lugar que ocupam no sistema capitalista), elas trabalham em casa de forma autônoma e empreendedora, sua demanda e produção se liga diretamente à cliente final.

Olha, a primeira coisa que eu acho importante também é a questão de você conhecer suas clientes. Você precisa meio que saber o que está acontecendo dentro da casa da sua cliente, se ela está trabalhando se o marido está desempregado. Você depende da situação financeira dela para garantir seu serviço (ÁGATA, 2021).

A fala de Ágata explicita uma competência que se apresenta determinante para a costureira autônoma que trabalha em casa, ela precisa conhecer o próprio negócio, o ambiente econômico e suas peculiaridades organizacionais, a partir do domínio desses elementos cada costureira desenvolve estratégias que lhe serve de norte para realizar o trabalho numa sequência que vai do geral ao particular, de forma articulada. “Tem época que eu tenho mais conserto e ajuste de roupas, aí eu sei que a situação está mais difícil, está todo mundo sem dinheiro. Os ajuste e conserto eu faço rápido, não dá para cobrar muito caro, aí eu ganho na quantidade” (ÁGATA, 2021).

O agir competente das costureiras ganha vida em um elevado grau de autogestão do próprio tra-

balho, o domínio de todo processo do ofício lhes garante por exemplo a liberdade para atuar em diferentes modalidades do ofício. Sendo assim, para lidar com a sazonalidade do trabalho, as costureiras precisam gerir as variabilidades do negócio, trata-se de uma competência para gestão dos imprevistos externos, mas que precisam ser tratados dentro das diferentes modalidades do ofício de costureira. Por exemplo, Jade atua também como costureira faccionista na montagem de roupas, ou seja, recebe das confecções as peças, o trabalho consiste em costurar as partes da roupa já cortadas: “Eu pego serviço de facção para garantir uma renda quando eu sei que estou com poucas clientes para fazer roupa completa. Eu dou os ‘meus pulos’, não fico parada esperando a crise chegar”.

Costureira faccionista é a profissional que presta serviços terceirizados às oficinas de costuras ou grandes confecções. Ela recebe lotes de peças cortadas para costurar conforme a peça piloto e a ficha técnica que também são fornecidas. Uma das principais habilidades requisitadas da costureira é a capacidade de copiar fielmente a sequência de montagem das peças inteiras, partindo da montagem da peça piloto da ficha técnica.

É talvez nessa modalidade, costureira faccionista, que se localiza uma notável prescrição do trabalho, ou seja, trabalhando no ofício na modalidade de faccionista as costureiras precisariam desenvolver algumas tarefas específicas, o trabalho consiste em atender especificações sob as quais não exer-

cem controle. No entanto, Pereira e Aranha (2006), no artigo “O saber das costureiras faccionistas da indústria de confecção de Divinópolis” evidenciam que mesmo no trabalho em domicílio os empresários (donos de grandes confecções) têm buscado explicitar e apropriar-se dos conhecimentos das costureiras. Isso fica claro, por exemplo, quando as autoras verificam que cada vez mais os empresários buscam as costureiras faccionistas para resolver problemas que eles não conseguem, tais como dificuldades no corte das peças, na definição de modelos, na finalização de produtos, entre outros.

Para as grandes confecções, a terceirização da mão de obra se justifica pelos aspectos de simplificar o processo produtivo, reduzir os custos e se desassociar totalmente de qualquer vínculo empregatício com as costureiras, além de pagarem um valor inferior para cada costureira. Na cadeia têxtil, o ramo de confecções faz uso intensivo do trabalho, empregando majoritariamente mulheres e é fortemente marcado pela informalidade. A reprodução da divisão sexual do trabalho, nesse setor, garante, assim, o substrato que sustenta condições precárias e rebaixadas de trabalho que destoam de setores tradicionais da indústria, ressalta-se que o trabalho no setor de confecção sempre apresentou condições muito inferiores ao prescrito na legislação nacional, pois uma das estratégias de concorrência desse segmento é recorrer à subcontratação da produção, deslocando-a para regiões onde os custos do trabalho são mais baixos (COLOMBI; LEMOS; CORRÊA, 2020, p. 241).

Do ponto de vista das costureiras, elas precisam desenvolver apenas algumas tarefas específicas, não tendo uma visão da produção da peça inteira. No entanto, é nesta atividade de costureiras faccionistas que são evidenciadas outras competências para além dos ingredientes já discutidos anteriormente. As costureiras faccionistas adquirem saberes, a partir das relações estabelecidas dentro do grupo familiar, no relacionamento com outras costureiras, com empresários, nos grupos sociais que frequentam ou nas relações de/com o trabalho. “Esses saberes estão relacionados às formas de viver e vivenciar o mundo, e isso constitui uma faceta da sua relação com o saber” (PEREIRA; ARANHA, 2006, p. 104).

O aspecto mais evidente na atividade da costureira faccionista é como o processo produtivo geralmente é estruturado, gestão de estoque, cronograma de entrega, gestão financeira são elementos constantes no trabalho. As mulheres costureiras possuem o domínio do processo da costura bem como múltiplas competências relacionadas a atividade empreendedora, competências caracterizadas culturalmente como traços masculinos como, por exemplo, a racionalidade, a autoconfiança e o empreendedorismo. Estas competências, por sua vez, são mobilizadas e incorporadas a atividade, de forma inconsciente, muitas vezes nem são percebidas por elas com competências. “O aviamento é sempre por minha conta, se eu for comprar para sobrar eu perco dinheiro, é um dinheiro parado é um dinhei-

ro que eu gastei, mas se não vier mais roupa desse tom é um dinheiro perdido” (JADE, 2021).

No caso de Jade, ela recebe da confecção apenas o tecido já cortado, outros materiais como linhas, agulhas, zíper, viés e elásticos devem ser providenciados por ela. Neste contexto, ela é capaz de intervir de modo a permitir que tenha lucro no processo produtivo ainda que tenha pouca liberdade para definir quanto receberá por cada peça de roupa montada. Ela recebe o pagamento por semana ou quinzena, mas sempre depois que as roupas são entregues.

Quer isso dizer, que ela deve ser capaz de lidar com questões complexas para além do ofício, por exemplo precisa de planejamento financeiro e cronograma de entrega, para fazer a gestão com sucesso; também precisa ter um bom conhecimento em gestão de estoque, gestão do tempo, disponibilidade da máquina de costura, sobre finanças, dentre outras, e conjugando-os com as variabilidades que se manifestam em seu dia a dia.

De acordo com Pereira e Aranha (2006), a costureira confunde-se com seu próprio trabalho, traz algo que é próprio de cada uma e que está muito relacionado à sua trajetória pessoal. Essa singularidade acarreta diferentes formas de vivenciar o cotidiano de trabalho, de apreender, de gerir e de organizar o trabalho, conforme exemplo apresentado:

[...] trabalhar é criação, aprendizagem, desenvolvimento, dominação e aquisição de saberes. Quando, por exemplo, as irmãs faccionistas observadas durante

a pesquisa de campo, alegam dividir no processo de trabalho as tarefas da produção e enquanto uma fica mais com a costura e tenta resolver os problemas da produção, a outra fica com a parte de negociação do preço das peças, de cobrança das notas e organização da quantidade de peças, na verdade, percebemos que elas estão em um processo de compartilhamento de saberes, de aprendizagem, de desenvolvimento (PEREIRA; ARANHA, 2006, p. 106).

No exemplo citado pelas autoras, ainda que as duas costureiras e estabeleçam uma divisão das tarefas, elas se desdobram no processo de trabalho, aprendem, adquirem saberes e, com isso, passam a dominar o processo de trabalho como um todo, sendo capazes de, na ausência da outra, dar prosseguimento ao que deve ser feito, e esses saberes são importantes para suas vidas. Assim, o trabalho não é só produção de mercadorias e de mais-valia, é também criação de si, do mundo e de diversas relações sociais (PEREIRA; ARANHA, 2006).

Schwartz (2000a) esclarece que o ser humano não é passivo diante das normas que antecedem a realização do trabalho expressas, por exemplo, na ficha técnica ou peça piloto – caso das costureiras faccionistas, ela não reproduz simplesmente a norma, ela faz uso de si e estabelece um debate com as normas, alterando estas normas, renormalizando-as. Toda investigação baseada na abordagem ergológica do trabalho demonstra que a atividade desenvolvida pelos indivíduos traz o esforço para

dominar o meio e organizá-lo segundo seus valores, para o autor:

Toda forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre variáveis para serem geridas, em situações históricas sempre em parte singulares, portanto escolhas a serem feitas, arbitragens – às vezes quase inconscientes – portanto, o que eu chamo de “usos de si”, “usos dramáticos de si”. Simplesmente, em nossa época, é verdade que a forma do trabalho como emprego ou mercadoria é, de um modo geral, quer dizer, nem sempre, o modo mais rico de ativação dentre estes modos “dramáticos” (SCHWARTZ, 1996, p. 151).

Schwartz (1998) expressa claramente que o agir em competência, integra o conjunto da relação entre, de uma parte, os homens e as mulheres e de outra parte seu meio, seu meio de vida, no seio do qual se encontra o meio de trabalho. Assim, o agir em competência é fruto das relações sociais e acontece de forma permanente no processo de trabalho das costureiras.

Jade e Ágata mencionam que a experiência de vida as deixou mais preparadas para sua atividade, favorecendo que compreendessem melhor tanto as competências para o ofício quanto as situações de gestão do negócio.

Os resultados discutidos nesta pesquisa possibilitaram identificar e compreender o agir competente da mulher costureira, desvelando sua complexi-

dade, e assim, desmistificando a naturalização de “competências feminina”. O agir em competência dessas mulheres ficam invisíveis e são considerados de menor valor, mas são imprescindíveis no mundo de trabalho, as costureiras apreendem constantemente o ofício na prática e nas relações sociais, assim como na troca com as clientes e com outras mulheres. Costurando em casa, de forma autônoma, elas conseguem suprir as necessidades de sobrevivência da família.

Importante ressaltar que, uma das características mais marcantes do trabalho domiciliar é o fato de esta ser uma atividade essencialmente feminina, este fenômeno apresenta um viés de gênero muito demarcado, pois facilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reforçando e naturalizando a responsabilidade de conciliarem trabalho e família.

Pelo fato de ser desenvolvido na própria casa, o ofício de costureira implica necessariamente em transformar a casa no espaço de sua produção, exigindo organização do espaço doméstico, seja nos aspectos físicos, sociais e familiares. Observou-se que, embora a atividade resulte implicitamente em invasão da sua intimidade, como as costureiras não possuem condições para destinar um espaço exclusivamente para o trabalho, tanto as costureiras, quanto seus familiares demonstram uma aceitação da invasão de sua intimidade como algo inerente ao ofício.

Com a transformação da casa em local de produção, novos conhecimentos são requeridos, muitas costureiras começaram exercendo o ofício em máquinas manuais ou de pedais, mas para acompanhar o processo de modernização aprenderam a costurar nas máquinas de motor industriais.

Essas máquinas novas rodam de acordo como você pisa, é igual carro. Quanto mais você acelera mais ela corre, se você pisar devagar ela vai mais lenta. Tem que pegar o jeito da máquina, pisar leve e sentir a máquina aí você vai acelerando até a costura ficar boa. (ÁGATA, 2021).

Ainda que já adaptadas a costurar em máquinas de mão ou de pedal, para atender as altas demandas de produção as costureiras desenvolveram condição para a aquisição de novas competências, utilizar as máquinas industriais possibilitou uma nova organização do trabalho, desta forma ao lado da experiência as costureiras precisaram de novos conhecimentos.

A máquina industrial é mais rápida você não precisa ter muita dificuldade. A máquina pequena antiga você tem dificuldade para encher carretilha, na industrial você também tem que encher, mas se você encher várias carretilhas você adianta seu serviço (JADE, 2021).

Sobre a modernização do setor de confecção, Brigguglio (2020), faz um alerta importante, ainda que o setor tenha passado por um conjunto de transfor-

mações importantes em relação a tecnologia, a produção segmento industrial permanece assentada no binômio máquina de costura e costureira.

8

Considerações Finais

Como ponto de partida para a pesquisa, foram propostas algumas inquietações: “trabalho de mulher” e “lugar de mulher”; “mulher é detalhista”; “mulher é paciente”; “mulher é mais habilidosa”, tais estereótipos pautados em uma lógica inerente à constituição do sexo feminino sempre me incomodou, principalmente quando explanadas como competências naturais da mulher.

Enfatiza-se a necessidade de ampliar a discussão em busca de desvelar os processos sócios históricos que determinam as desigualdades entre os sexos na sociedade e na atuação profissional, não obstante tem-se ainda uma longa jornada para dar visibilidade a efetiva contribuição feminina para a reprodução social e para a atividade econômica no campo dito produtivo. As mulheres tendem a reproduzir no mundo do trabalho as atividades que realizam no espaço privado, destacando-se, em geral, em ocupações com remuneração inferior ou nenhuma remuneração. O trabalho é visto a partir de uma perspectiva masculina dentro de um sistema de valores patriarcal.

A partir da análise da divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos, identifica-se fatores contributivos, ainda que não explícitos, que impedem que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades que os homens. Percebe-se que as

diversas desigualdades existentes, implicadas na relação entre os sexos, não são resultados de diferenças físicas ou psicológicas, mas são criadas a partir das relações sociais construídas histórica e culturalmente.

A determinação de lugares e funções para homens e mulheres de maneira natural, como se suas capacidades fossem inerentes ao sexo biológico e, portanto, impossíveis de serem superadas, ainda existem na sociedade atual, e é justamente a possibilidade de superação que intriga e conduz à busca desta pesquisa.

Hirata e Kérgoat (2020, p. 23) afirmam ser “impossível falar de divisão social do trabalho ancorando-a na doxa marxista, sem dar um lugar determinante à divisão sexual do trabalho”. As autoras mostram que a teorização em termos de papéis sociais era inadequada para pensar a realidade do trabalho. Nesse sentido, reconhecer que as relações sociais em uma sociedade de classes com a presença do patriarcado apresentam expressões simbólicas e materiais na vida das mulheres, significa não conceber esses processos como naturais e imutáveis.

A categorização assentada na divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo propõe que, a compreensão das relações de trabalho entre os sexos implique necessariamente em se reconhecer o trabalho da mulher como experiência diferente do trabalho exercido pelo homem. Abordar o trabalho da mulher significa estar diante de um universo de aspectos bastante amplos em que vários temas

podem se encontrar, existe aí um patrimônio riquíssimo que esta pesquisa propôs esmiuçar para localizar uma questão em especial: em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

Tem-se ainda uma longa jornada para dar visibilidade a efetiva contribuição feminina para a reprodução social e para a atividade econômica no campo do trabalho produtivo. Para facilitar a busca por respostas subdividiu-se a questão principal de pesquisa em quatro outras, a saber: Que normas, saberes e valores perpassam a atividade no ofício de costureira? De que forma as mulheres constituem saberes, quais os conflitos vivenciados e estratégias desenvolvidas por elas na situação de trabalho? Como se dá o agir competente em situações de trabalho no ofício de costureira? Qual o impacto na análise da atividade de trabalho ao se considerar os saberes de forma sexuada e atribuí-los às mulheres e aos homens de forma diferenciada e naturalizada de acordo com o sexo biológico?

Na busca destas respostas, percorreu-se um vasto referencial teórico procurando elementos conceituais que ajudassem a elucidar as questões, assim, como se depreende das questões apresentadas, esta pesquisa se debruçou sobre o conjunto teórico de dois eixos principais: i) abordagem ergológica do trabalho; ii) relações sociais de sexo.

Apresenta-se mais pausadamente em que consistiu o campo teórico da presente pesquisa e quais suas delimitações.

Posicionar-se em uma pesquisa por meio da abordagem ergológica significa ter o intuito de compreender o trabalho como um misto de conhecimentos técnicos com ação humana, numa relação repleta de singularidades diante das demandas do mundo trabalho. As normas prescritas ganham um novo contexto para, então, buscar debater o ponto de vista do sujeito. Schwartz (2007a) propõe compreender o ponto de vista da atividade humana a partir da tensão apresentada no triângulo Atividade-Valores-Saberes, onde toda atividade de trabalho comporta debates de normas; os valores estão presentes no mais microscópico dos atos de trabalho, as escolhas de atividades, sobre as quais pesam os valores geram também trajetórias de saberes.

A dinâmica baseada na separação de “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, toma como referência a diferença sexual. Mulheres e homens são direcionados a assumirem diferentes funções sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas e não outras. No entanto, essa divisão baseada na concepção de que a diferença biológica dos sexos masculino e feminino representaria também uma diferença de habilidades e competências que mulheres e homens carregariam naturalmente em seus corpos biológicos, são argumentos que contribuem para a desvalorização do trabalho feminino, naturalizando as desigualdades entre os sexos.

Segundo Hirata e Kérgeat (2007), a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: o princípio de separação e o princípio hierarquização. Primeiramente separa-se em “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” e, posteriormente, atribui maior valor social agregado ao trabalho do homem em detrimento do trabalho de mulher. As autoras ressaltam que tais princípios organizadores rebaixam o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie.

Dar visibilidade ao modo singular da atividade feminina frente às proposições do meio é o fio de onde pode-se tecer a trama para compreender em que medida os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

Schwartz (1998) define competência como um conjunto de ingredientes necessários à execução de qualquer atividade, desta forma determinar competências para o trabalho trata-se de uma questão insolúvel, não sendo possível uma definição de competência separada das condições do dia a dia necessárias ao viver.

Importante reforçar que, não se trata apenas compreender a condição de uma categoria de sexo (a mulher) no trabalho, mas de empreender análises em termos de relações sociais, articulando as

relações de classe e de sexo, Hirata e Kérgoat empenharam esforços na análise articulada das dimensões da produção e reprodução, desafiando as teses mais consolidadas no campo do trabalho e, sobretudo, alargando a compreensão sobre o trabalho, isto é, em tal formulação de divisão e organização do trabalho, as relações de exploração e opressão são vistas de modo articulado.

A atividade é impactada por competências, mais ou menos invisíveis, decorrentes da experiência nas diferentes esferas sociais. Duas dessas esferas, a do trabalho doméstico e a do trabalho produtivo, são particularmente importantes na estruturação de saberes e na constituição de valores pertinentes ao mundo do trabalho. Em uma leitura das relações sociais de sexo como uso de si, na abordagem ergológica, buscou-se reconhecer tanto a determinação social entre feminino e masculino – o uso de si pelos outros – quanto uma estratégia de ação sobre essa mesma determinação (uso de si por si).

O levantamento dos estudos sobre atividade, permitiu perceber que os estudos analisados discutem a atividade por meio da abordagem ergológica do trabalho, contudo, essas pesquisas pouco permitem acompanhar em detalhes a atividade de trabalho da mulher, evidentemente essas pesquisas não podem ser criticadas pelo que não se propuseram a responder, cada uma possui seu valor e traz sua contribuição particular. Entretanto, a questão permanece: como analisar a atividade a partir das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho?

Schwartz (2007a) argumenta que o sujeito faz valer suas próprias regras de vida para construir sua identidade, a dimensão coletiva do trabalho coloca em cena histórias inigualáveis, trazendo uma oportunidade de o sujeito tornar singular o meio, tentando fazer valer ali suas próprias normas de vida, suas próprias referências, por meio de uma síntese pessoal de valores.

A sociológica materialista e feminista trouxe abundante contribuições para análises do trabalho em sua dimensão coletiva e individual, sendo que passagem do individual para o coletivo têm sentidos e significados segundo o sexo/gênero, Kérigoat (2002) construiu a análise sob o prisma do “sujeito sexuado do trabalho”.

Compreender o trabalho enquanto produto da vivência individual e coletiva foi o que balizou esta pesquisa. Schwartz (2007a) reflete sobre a necessidade de renovar nosso olhar sobre a relação entre a construção dos saberes e as experiências de vida, pensar novas formas de interferência dos saberes na experiência, para Schwartz (2007a) o uso que o sujeito faz de si no trabalho é singular e a consciência desta singularidade permite a objetivação e a desnaturalização das atividades de trabalho.

Assim, para além da compreensão do trabalho como espaço de produção de saberes e circulação de valores, que envolve o sujeito singular em atividade, procurou-se estruturar uma outra perspectiva em que é possível discutir o ponto de vista da atividade a partir da divisão sexual do trabalho

para compreender a situação de trabalho, pois entre uma prescrição normativa qualquer e a gestão de situações singulares, a mulher se defronta no seu dia a dia com questões que são comuns ao gênero feminino, faz-se necessária uma dialética entre a abordagem ergológica do trabalho e as relações sociais de sexo.

Nesse ponto, retomando a problematização teórica proposta Schwartz (1996), trata-se de pensar o trabalho como enigma, ou seja, como porta de entrada extremamente rica para problemas epistemológicos maiores.

Para responder aos questionamentos propostos na pesquisa, uma série de mediações foram necessárias, levantamento bibliográfico; estudo teórico; pesquisa empírica. Mas uma proposição implícita em todo esse processo era que, enquanto pesquisadora, o objeto seria melhor elucidado se eu realizasse um mergulho no ofício de costureira, sendo assim participei de um do curso de corte/costura e observei uma costureira fazendo uma camisa feminina.

Participar do curso durante os quatro meses, possibilitou um outro olhar para a pesquisa, encontrei ao longo deste estudo preliminar, referências entre o entrelaçamento do trabalho doméstico e o trabalho de costurar, as quais apontam para narrativas do feminino. Muitas são as histórias sobre o costurar, todas as mulheres parecem ter algo a dizer a respeito, são memórias e lembranças de contos de avós, mães e tias costureiras.

Na minha percepção enquanto aluna do curso, sem experiência prévia na atividade e também enquanto pesquisadora, questiono se a falta de reconhecimento das próprias competências não estaria baseada em razões tradicionais e culturais, suportadas pela desvalorização dos saberes e competências ditas femininas.

Desta forma, questionei qual o elo entre a experiência da mulher construída nas relações sociais na esfera do trabalho reprodutivo e a experiência no ofício de costureira?

É oportuno agora retomar as proposições do presente estudo e refletir um pouco sobre seus achados. A análise dos dados está sustentada nas categorizações propostas: 1 – Normas, saberes e valores no ofício de costureira; 2 – Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo; 3 – Agir em competência no ofício de costureira; 4 – Atividade e Divisão Sexual do Trabalho.

Sobre as normas, saberes e valores no ofício de costureira, constatou-se que a atividade das costureiras não apresenta um procedimento formal escrito. No entanto, a atividade não é desprovida de normas, as costureiras fazem de seu trabalho um espaço de normas que tenham pertinência com a atividade, normas e valores que possuem sentidos para elas e para o ofício.

Não se tratou de investigar qualquer situação ou discorrer sobre qualquer atividade, mas de analisar uma situação bem delimitada e inscrita no âmbito doméstico. Para as costureiras o espaço de

trabalho é o mesmo espaço de casa. Esse espaço representa o ponto de partida para as costureiras desenvolverem suas habilidades na prática da re-normalização, deter certo controle do espaço é determinante para que elas possam reinterpretarem e reinventarem as normas, sendo que cada costureira interpreta e aplica as normas a partir de um conjunto de elementos que são influenciados pelo contexto específico em que à situação de trabalho se desenvolve.

Na observação da atividade foi possível evidenciar normas antecedentes, por exemplo estabelecer um prazo de entrega; planejamento na compra de insumos (linhas; agulhas; botões; outros); organizar o espaço de trabalho. Abordar o ofício de costureira significa estar diante de um universo de aspectos bastante amplos, em que várias normas, saberes e valores podem se encontrar. Observou-se, que característica como pontualidade, compromisso e capricho são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma boa costureira.

Em geral as costureiras apontam como positivo o reconhecimento de seu trabalho, ainda que algumas atividades possam ser pouco valorizadas, o produto final do trabalho está associado a valores além do valor monetário. Contudo, as costureiras não estão do lado de fora da relação entre valores mercantis e não mercantis, elas visam a possibilidade de maiores ganhos financeiros em contradição com a relação com aspectos qualitativos da atividade. Ambos os valores, mercantis e não mer-

cantis, encontram e estão em conflito no mesmo mundo do trabalho.

Em relação ao trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, nas palavras de Souza-Lobo (1989, p. 171) o “trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre”. Kérgoat (2010) propõe o termo consubstancialidade para explicar o entrelaçamento das variáveis sociais para assinalar a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes, segundo o qual as relações sociais de sexo, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis.

No caso das costureiras a esfera privada – contexto doméstico – e a esfera pública –ofício de costureira – acontece no mesmo espaço físico, desta forma, apresenta-se um conjunto de novas experiências vivenciadas pelas mulheres. Observou-se que o trabalho das costureiras está sobreposto ao papel que a mulher desempenha como dona de casa, como esposa e como mãe. Não existe uma separação entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado de costura e o tempo das tarefas domésticas no espaço da casa. Neste caso, o conceito de trabalho duplicado parece insuficiente para apreender a dinâmica real de trabalho. Como as costureiras permanecem no mesmo espaço, não ocorre uma interrupção da jornada de trabalho na costura, pelo contrário, ela é contínua nesse espaço onde diferentes tarefas são realizadas, elas realizam um trabalho múltiplo e simultâneo.

Dentre as diferentes atividades exercidas pelas mulheres, o estudo ora apresentado está direcionado à situação de trabalho das costureiras, em especial ao trabalho das costureiras que trabalham em casa, considerando que tais atividades requerem uma organização complexa para dar conta do imbricamento entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo que ocorrem no mesmo espaço. O campo social é atravessado por tensões entre grupos de interesses diferentes, envolvendo relações de poder, dominação, opressão e exploração. O conceito de consubstancialidade concebe intersecções e interpenetrações que formam esse nó no seio de uma individualidade ou de um grupo.

As costureiras trabalham muitas horas por dia, trabalham também aos sábados, domingos e feriados, trabalham sem jornada de trabalho definida e muitas vezes incorporam a família no trabalho produtivo, principalmente outras mulheres da família (filhas, irmãs, mãe). Também foi possível observar que no mesmo espaço coexistem, os utensílios domésticos e os equipamentos industriais – máquinas, tecidos e matéria-prima.

As costureiras exercem suas atividades em locais, nos quais a precariedade é evidente e há pouca estrutura em seus postos de trabalho. Observou-se, em particular, a baixa remuneração, a demanda intensa da família em relação às atividades domésticas e as exigências do trabalho produtivo, que favorecem o ritmo intenso de trabalho que podem ocasionar-lhes desgaste e adoecimento, em função das condições de trabalho.

Sabe-se que a inadequação das condições de trabalho pode ser considerada um fator de adoecimento pelo trabalho, no entanto foram detectadas dificuldades das costureiras em reconhecerem, no desempenho de suas atividades, situações possíveis de comprometimento de sua saúde.

Ao analisar o agir em competência, constatou-se que a costureira, em sua área de atuação profissional, utiliza-se dos elementos do processo do ofício – normas, instrumentos, máquinas – nos quais estão implicadas as dimensões da vida social e familiar.

Para que a máquina de costura funcione corretamente existem procedimentos básicos a serem seguidos, as costureiras podem consultar o manual de instrução da máquina para realizar a tarefa, um dos primeiros pontos a serem verificados antes de começar a costurar é a colocação correta da agulha na máquina, um simples erro ao colocar a agulha pode levar ao funcionamento incorreto do equipamento. As costureiras demonstram domínio técnico-conceitual, para dominar a máquina para que o equipamento funcione corretamente no seu trabalho. Além disso, a experiência construída permite que a costureira constitua conhecimentos práticos de acordo com as situações vivenciadas, por exemplo determinar a espessura e o tipo de agulha corretamente de acordo com o tipo de tecido que será costurado é um ponto importante a ser verificado antes de começar a atividade.

A atividade de guiar o tecido, requer um gesto específico, neste ponto foi possível identificar que

as costureiras usam tanto o conhecimento possível de ser prescrito quanto as suas próprias experiências para realizar o trabalho, a atividade desenvolvida pelas costureiras ao guiar o tecido requer um conhecimento técnico/teórico – ajustes da máquina – além de experiência em relação à forma de lidar com cada tipo de tecido. É nesse âmbito do gesto que se localiza uma importante fonte de competência no ofício de costureira, ou seja, a capacidade de compreender quais ações são necessárias para desenvolver a atividade. A competência das costureiras está em entender os ajustes da máquina, sob os quais exercem pouco de controle, e por meio de gestos concretos viabilizar o trabalho real executado.

Detectou-se nas falas das costureiras uma competência básica para aquisição das demais, diz respeito à motivação delas com o seu trabalho. Sem a identificação com o ofício, sem o impulso do querer, o processo de aquisição de competências não avança ou pelo menos não se dá na mesma intensidade de quando existe esse engajamento.

A natureza do trabalho de costura realizado em casa confere à costureira a capacidade de articulação do processo de trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, diz respeito ao debate de normas e valores que cada mulher vive em seu meio para implicar-se na realização de algo, assim, mesmo diante de situações geradoras de estresses – jornada múltipla e simultânea – as quais desmotivam e frustram, as costureiras permaneceram no ofício.

A concepção de competência assume formas fluidas, perspectiva mais dinâmica que ultrapassam os saberes conceituais/técnicos/científicos, fala-se, então, em saberes da experiência que articulados possibilitam manifestar um novo conhecimento, a mobilização destes saberes na atividade constitui o agir em competência. A competência no ofício de costureira não está explícita, mas nem por isso é menos evidente: é preciso superar a rigidez imposta pelos saberes científicos (construídos por meio de escolarização formal), o saber conceitual é apenas uma dimensão da competência, o agir em competência está em coexistência com outras dimensões da esfera social e esfera experimental, o que remete à própria experiência da atividade humana.

Caminhar por essa via, no entanto, somente é possível se a competência for analisada e compreendida não como uma característica estática que o sujeito tão somente pode portar, mas como um atributo inscrito no sujeito em determinada situação. Nessa linha, a competência se configura não como um atributo absoluto, mas uma relação social formada por elementos múltiplos e heterogêneos.

Por isso, ainda que determinar competências para o trabalho seja uma questão insolúvel, o agir em competência pode ser perfeitamente identificável nas condições do dia a dia. O sentido de competência, contudo, não se esgota com a identificação das normas, saberes e valores do ofício. Outra variante, ainda no âmbito doméstico aponta que o

agir em competência de uma pessoa se estabelece pela relação adequada em todas as esferas – público e privado – entre saberes conceituais e saberes da experiência, nessa linha de entendimento se concluirá a complexidade dos saberes inerentes ao ofício de costureira, desse processo emergirá a competência da mulher.

Qual o impacto na análise da atividade de trabalho ao se considerar os saberes de forma sexuada e atribuí-los às mulheres e aos homens de forma diferenciada e naturalizada de acordo com o sexo biológico? Acredita-se na potencialidade da construção de uma tela analítica mais fina, capaz então de melhor dimensionar o trabalho da mulher.

Atribuir o agir em competência de forma sexuada e atribuí-lo às mulheres e aos homens de forma diferenciada e naturalizada de acordo com o sexo biológico retém bem os problemas discutidos nas relações sociais de sexo. Os resultados da pesquisa possibilitaram identificar e compreender o agir em competência no ofício de costureira, desvelando sua complexidade e assim, desmistificando a naturalização de competências de mulheres.

Referências

- ABIT, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Disponível em: <http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- ABRAHÃO, Júlia Issy. Reestruturação produtiva e variabilidade do trabalho: uma abordagem da ergonomia. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16 n. 1, p. 49-54, 2000.
- ALMEIDA, Grazielle Tomaz de. *Saberes profissionais e a linguagem na atividade de trabalho: a experiência na construção civil*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2000.
- ANGELIN, Paulo Eduardo. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Conexão*, Araraquara, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- ARANHA, Antônia Vitória Soares. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 2, p. 12-29, 1997.

ASSUNÇÃO, Ada A.; LIMA, Francisco de Paula Antunes. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade do trabalho. In: RENÉ MENDES (org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu. 2003, p.1768-1789.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Reflexões acerca da constituição sexuada do sujeito em Danièle Kérigoat. *Revista de Ciências Sociais*, Paraíba, n. 53, p. 40-56, 2020.

BARBOSA, Carla Melissa. *Histórias de vida e costura: os saberes e sabores da mulher artífice*. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. *Revista de ciências sociais-política & trabalho*, João Pessoa, n. 53, p. 72-89, 2020.

BOGDAN, Robert C.; BILKEN Sari Khopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Resolução CNS n° 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BRASIL. *Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. *Projeto de Lei n° 7.806/2014*. Regulamenta a profissão de costureira em todo o território nacional e dá outras providencias. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/620217>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. [S.n.t.] Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRIGUGLIO, Bianca. Evidências da plasticidade e atualidade da divisão sexual do trabalho a partir de quatro modalidades concretas. *Revista de ciências sociais-política & trabalho*, n. 53, p. 53-71, 2020.

BRITO, Jussara Cruz de; OLIVEIRA, Simone Santos. A dimensão gestonária do trabalho e o debate de normas e valores no teleatendimento. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 265-284, 2011.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. *O Progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: Unifem/Fundação Ford/Cepia, 2006.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CLOT, Yves *et al.* Entrevista: Yves Clot. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 99-107, 2006.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani; LEMOS, Patrícia Rocha; CORRÊA, Ellen Gallerani. Ofensiva patronal e vulnerabilidade labora: os efeitos iniciais da reforma trabalhista a partir do relato de empresários e sindicalistas da indústria de confecção paulista. *Revista de ciências sociais-política & trabalho*, João Pessoa, n. 53, p. 239-257, 2020.

COSTA, Matheus Felisberto; MUELLER, Rafael. Flexibilização e precarização do trabalho docente. *Revista de ciências sociais-política & trabalho*, João Pessoa, n. 53, p. 181-197, 2020.

- CUNHA, Daisy Moreira. Saberes, qualificações e competências: qualidades humanas na atividade de trabalho. In: REUNIÃO DA ANPED, 28, 2005, Caxambu. *Quarenta anos de Pós-Graduação em educação no Brasil: produção de conhecimentos, poderes e práticas*. Caxambu: ANPED, 2005.
- CUNHA, Daisy Moreira. Lições de pedra: das minas de saberes e valores. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 3, p. 228-235, 2009.
- CUNHA, Daisy Moreira. Problema de trabalho e questões de linguagem. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 49-64, 2010.
- CUNHA, Daisy Moreira. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 17, n. spe1, p. 55-64, 2014a.
- CUNHA, Daisy Moreira. A atividade entre a experiência e o conceito: fundamentos da abordagem ergológica do trabalho. In: MAGALHÃES, Livia; TIRIBA, Lia (org.). *Experiência: o termo ausente*, 2014b. p. 173-196.
- DANIELLOU, François; LAVILLE, Antoine; TEIGER, Catherine. Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 7-13, 1989.
- DANIELLOU, François. *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.
- DIAS, Deise de Souza. *Trabalho docente no ensino fundamental*. A tessitura de saberes numa perspectiva ergológica. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DEESE, 2012.
- DINIZ, Marli. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2012.
- DUGUÉ, Elisabeth. A lógica da competência: o retorno do passado. In: TOMASI, Antônio. (org.). *Da qualificação à competência: pensando o século XXI*. Campinas: Papirus, 2004.
- DURRIVE, Louis. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 47-67, 2011.
- DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. In: DI RUZZA, Renato; LACOMBLEZ, Marianne; SANTOS, Marta (org.). *Ergologia, trabalho, desenvolvimentos*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2018. p. 11-29.
- FALZON, Pierre. *Ergonomia*. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.
- FISCHER, Maria Clara Bueno. A arte de aprender a trabalhar coletivamente na vida de uma costureira. *Revista Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 17-27, 2016.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do Profissionalismo-Teoria, Profecia e Política*. Edusp, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. Espaço aberto a polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GUÉRIN, François *et al.* *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgar Blucher, 2001.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Sociologia e natureza: classes, raças e sexos. In: KÉRGOAT, Danièle; FALQUET, Jules (org.). *Travail, Care et Politiques Sociales. Débat Brésil-France*. Partie 4 intersection des multiples inégalités: genre, race et classe sociale. 2016.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. A transversalidade do gênero: desafiando cânones nos estudos brasileiros do trabalho. *Revista de ciências sociais-política & trabalho*, João Pessoa, n. 53, p. 35-52, 2020.
- GUIMARÃES, Soraia; QUIRINO, Raquel. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantins, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017.
- GORINI, Ana Paula Fontenelle; SIQUEIRA, Sandra Helena. *Complexo têxtil brasileiro*. Brasília: BNDES Setorial, 2002.
- HIRATA, Helena. Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Em Aberto*, Brasília, v. 15, n. 65, 1995.

- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena. *Por quem os sinos dobram? In: TEIXEIRA, Marilane et al. (org.) Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 15-30.
- HIRATA, Helena. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004.
- HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, p. 15-22, 2011.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.
- HIRATA, Helena. KÉRGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 94, p. 93-100, 1994.
- HIRATA, Helena. KÉRGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena. MARUANI, Margareth (org.). *Novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003.
- HIRATA, Helena. KÉRGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 263-278, 2008.

HIRATA, Helana; KÉRGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos cadernos NAEA*, Belém-Pará, v. 11, n. 1, p. 39-50, 2009.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 53, p. 22-34, 2020.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: TEIXEIRA, Marilane *et al.* (org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 65-69.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. *Trabalho (o conceito de)*. Dicionário crítico feminino. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HUGHES, Everett. The making of a physician – General statement of ideas and problems. *Human organization*, v. 14, n. 4, p. 21-25, 1955.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese dos Indicadores Sociais*. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

KÉRGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- KÉRGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J. M. MEYER, Dagmar E. WALDOW, Vera R. (org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KÉRGOAT, Danièle. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-posições*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2002.
- KÉRGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.
- KÉRGOAT, Danièle. *Lutar, dizem elas*. Recife: SOS CORPO, 2018.
- LAVILLE, Antoine. *Ergonomia*. Tradução: Márcia Maria Neves Teixeira. São Paulo: EPU, Edusp, 1977.
- LIMA, Francisco de Paula Antunes. Medida e desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo? *Production*, São Paulo, v. 4, n. SPE, p. 3-17, 1994.
- LIMA, Francisco de Paula Antunes. Novas tecnologias construtivas e acidentes na construção civil: o caso da introdução de um novo sistema de escoramento de formas de laje. *RBSO*, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 53-67, 2007.
- LIMA, Francisco de Paula Antunes. Ergonomia, ciência do trabalho, ponto de vista do trabalho: a ciência do trabalho numa perspectiva histórica. *Revista Ação Ergonômica*, v. 1, n. 2, 2011.
- LIMA, Júnia de Souza. *De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na companhia de Fiação e tecidos cedro e cachoeira (1872-1930)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2009.

- MALERONKA, Wanda. *Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher, São Paulo 1920-1950*. São Paulo: Senac, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Escriba, 1968.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MONTEIRO, Antônio Roberto Giriboni. *Gestão da qualidade e do desenvolvimento de produtos nos arranjos produtivos locais de confecção do Paraná*. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 2008.
- MORETTO, Anacléia Fernanda; CHESANI, Fabíola Hermes; GRILLO, Luciane Peter. Sintomas osteomusculares e qualidade de vida em costureiras do município de Indaial, Santa Catarina. *Fisioterapia e Pesquisa*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 163-168, 2017.
- MOTTA, Alda Britto. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos pagu*, n. 13, p. 191-221, 1999.
- MONTMOLLIN, Maurice; DARSES, Françoise. *A Ergonomia*. 2. ed. Lisboa: Editora Instituto PIAGET, 2011.

- NAUJORKS, Carlos José. Cotidiano e identidade na clínica da atividade e na ergologia. *PSI UNISC*, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 33-47, 2017.
- NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, 2007.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. *Expressão Popular*, São Paulo, 2006.
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Revista Aurora*, Marília, v. 3, n. 2, p. 59-62, 2010.
- NOUROUDINE, Abdallah. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 69-83, 2011.
- ODDONE, I. Psicologia dell'organizzazione della salute. *Psicologia della Salute*, Milano, n. 1, p. 39-47, 1999.
- OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, 2012.
- PASCHOARELLI, Luís Carlos; SILVA, José Carlos Plácido da. *A evolução histórica da ergonomia no mundo e seus pioneiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEREIRA, Rosângela Maria; ARANHA, Antônia Vitória Soares. O saber das costureiras faccionistas da indústria de confecção de Divinópolis. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 101-115, 2006.

- PEREIRA, Rosângela Maria. *De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção? A complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção*. 2011. 320 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, Porto Alegre, 2011.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- PIZYBLSKI, Elisandra Montes. *Capacidade de carga, sintomas musculoesqueléticos e classificações posturais na atividade de costureiras*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2015.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Um toque de clássicos – Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- QUIRINO, Raquel. *Mineração também é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na Mineração de Ferro*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- QUIRINO, Raquel; PUIATI, Tatiane Franco. Trabalho e relações de gênero na política: mulheres em cargos de comando nos altos escalões do governo do estado de minas gerais. *Submissionsonlyattheaddressbelow. Soumissions à l'adresseci-dessous*, v. 22, n. 2, p. 183-197, 2013.
- QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/trabalhoeeducacao>. Acesso em: 28 out. 2016.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de Investigação em Ciências Sociais-Trajectos*. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

RESENDE, Ana Paula. *A organização social dos trabalhadores Fabris em São João Del-Rei: O caso da companhia industrial São Joanense. 1891/1935*. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero. *Cadernos de Crítica Feminista*, São Paulo, n. 2, v.2, p. 20-21, 2009.

SANTOS, Angelita Antônia dos. *A saúde entre o trabalho e a vida: uma análise referenciada nas abordagens Ergonômicas e Ergológicas da Atividade*. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Eloisa Helena. Trabalho prescrito e real no atual mundo do trabalho. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 1, p. 21-34, 1997.

SANTOS, Thais Felipe Silva; ALARCÓN, Maria Beatriz; ROCHA, Edna Fernandes. Avaliação de fenótipo: a participação do assistente social. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 212-225, 2020.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e valor. *Revista Tempo Social*, São Paulo, n. 2, v. 8, p. 147-158, 1996.

- SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 65, p. 101-140, 1998.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. *Pro-posições*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 34-50, 2000a.
- SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & educação*, v. 7, p. 38-46, 2000b.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 21-34, 2003.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e gestão: níveis, critérios e instâncias. In: FIGUEIREDO, M. et al. (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SCHWARTZ, Yves. Do desvio teórico à atividade como potência de convocação dos saberes. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2007a.
- SCHWARTZ, Yves. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007b.
- SCHWARTZ, Yves. A experiência é formadora? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 35-48, 2010.
- SCHWARTZ, Yves. Qual sujeito para qual experiência? *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 55-67, 2011a.
- SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 19-43, 2011b.

- SCHWARTZ, Yves. Atividade simbólica e atividade industrial, In: PREVITALI, Fabiana Santana (org.). *Trabalho, Educação e reestruturação produtiva*. São Paulo: EJR Xama Editora. 2012.
- SCHWARTZ, Yves. Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. *Revista virtual de estudos da linguagem*, [s.l], edição especial n. 11, 2016.
- SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Mulheres e moda em São Paulo: das vitrines iluminadas às sombrias salas de costura. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 31, p. 565-572, 2008.
- SORJ, Bila. Trabalho remunerado e não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014.
- SORJ, Bila; ABREU, Alice Rangel. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro. In: ABREU, A. R. P., SORJ, B. (org.). *O trabalho invisível*. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- SORJ, Bila; JORGE, Angela Filgueiras; ABREU, Alice Rangel. Desigualdade de gênero e raça o informal no Brasil em 1990. *Estudos feministas*, Santa Catarina, p. 153-178, 1994.
- SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira. As origens da ontologia do ser social: a questão do método/Origins of the ontology of social being: the question of the method. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 143-155, 2015.

- SOUSA LIMA, Ângela Maria. Uma análise sobre os impactos da reestruturação produtiva nas organizações representativas dos trabalhadores do setor têxtil/vestuário do Paraná. *Fisioterapia Pesquisa*, São Paulo, v. 2, n. 24, p.163-168, 2017.
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor. *Cadernos Cedes*, São Paulo, v. 25, p. 249-259, 2005.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. *Perspectivas: Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 4, p 43-47, 1981.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 169-182, 1989.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. 2. ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- TARGINO, Maria das Graças. Quem é o profissional da informação? *Transinformação*, Campinas, v. 12, p. 61-69, 2000.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.
- TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. *A construção social da qualificação dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte: estudo sobre os mestres-de-obras*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 1999.
- TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. Qualificação ou competência? *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 51-61, 2002.
- TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010.

- TRIVIÑOS, Augusto. A dialética materialista e a prática social. *Movimento*, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2, p. 121-142, 2006.
- TRIERWEILLER, Andréa Cristina, *et al.* A estratégia operatória utilizada pelos trabalhadores e o hiato existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real. *Revista Gestão Industrial*, Paraná, v. 4, n.1, p.1-16, 2008.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Édson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- VIANNA, Rodolfo. Marxismo e filosofia da linguagem à luz d'A ideologia alemã. Bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso*, Porto, n. 3, p. 29-41, 2010.
- VIDAL, Mario Cesar. *Introdução à Ergonomia*. Grupo de Ergonomia e Novas Tecnologias CESERG – Curso de Especialização Superior em Ergonomia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- VICENTINI, Cláudia Regina Garcia. *Ferramentas e metodologia de projeto aplicados na criação de produtos para a indústria têxtil-confecção*. 2010. 157 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Engenharia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- VIEGAS, Moacir Fernando. Histórico e conceitos da ergologia: entrevista com Yves Schwartz. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 327-340, 2013.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

Sobre a autora

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa é pesquisadora, engenheira e professora. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (UFMG); doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, na linha de pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana (FaE/UFMG); mestra em Educação tecnológica pelo Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, na linha de pesquisa: Práticas Educativas e Tecnologias Educacionais (PPGET/CEFET-MG). Faz parte da Comissão Editorial da Revista Trabalho & Educação, periódico publicado pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE) da FAE/UFMG. Participa como pesquisadora em projetos contemplados por editais de fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

